



Universidades Lusíada

Ribeiro, Diana Alexandra de Jesus

A Organização das Nações Unidas e a (in)eficácia da mediação de conflitos internacionais, gestão de crises e manutenção da paz : o caso da Bósnia-Herzegovina

<http://hdl.handle.net/11067/4477>

Metadados

Data de Publicação

2018

Resumo

Resumo: A guerra da Bósnia-Herzegovina aconteceu após o término da Guerra Fria, sendo considerada o conflito mais longo e violento que ocorreu em território Europeu após a II Guerra Mundial. Neste sentido, ainda hoje existe relevância em compreender as motivações e resultados do conflito armado na Bósnia, integrando o papel da comunidade internacional na resolução do mesmo, e analisar a eficácia das missões de paz conduzidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para tal, recorre-se a uma r...

Abstract: The Bosnia and Herzegovina war happened after the end of the Cold War and it is considered the longest and most violent conflict in European territory after World War II. In this regard, there is still relevance in understanding the motivations and results of the armed conflict in Bosnia, incorporating the international community's role when it comes to solving it, as well as analyzing the effectiveness of the peacekeeping missions conducted by the United Nations. In order to do so, i...

Palavras Chave

Relações Internacionais, Organização das Nações Unidas - Manutenção da paz - Bósnia-Herzegovina, Organização das Nações Unidas - Mediação de conflitos - Bósnia-Herzegovina

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-15T08:17:52Z com informação proveniente do Repositório



Universidade Lusíada – Norte (Porto)

**A Organização das Nações Unidas e a (in)eficácia da
mediação de conflitos internacionais, gestão de crises e
manutenção da paz: o caso da guerra da Bósnia-Herzegovina**

Diana Alexandra de Jesus Ribeiro

Orientadora: Prof.^a Doutora Joana Castro Pereira

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre

Porto – 2018

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof.^a Doutora Joana Castro Pereira, pela disponibilidade constante e por toda a dedicação, auxílio, esclarecimentos e recomendações que enriqueceram a presente dissertação.

Aos entrevistados que se disponibilizaram a partilhar o seu conhecimento, prestando, desta forma, um contributo engrandecedor ao trabalho de investigação efetuado.

Aos meus pais, por todo o apoio e incentivo, sem eles a concretização deste projeto jamais seria possível.

Resumo

A guerra da Bósnia-Herzegovina aconteceu após o término da Guerra Fria, sendo considerada o conflito mais longo e violento que ocorreu em território Europeu após a II Guerra Mundial. Neste sentido, ainda hoje existe relevância em compreender as motivações e resultados do conflito armado na Bósnia, integrando o papel da comunidade internacional na resolução do mesmo, e analisar a eficácia das missões de paz conduzidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para tal, recorre-se a uma revisão da literatura, à análise de dados quantitativos e ainda à realização de duas entrevistas a peritos na temática. Os resultados demonstram a ineficácia operativa das missões de paz levadas a cabo pela ONU em território bósnio. Apesar de atingir alguns dos objetivos propostos – nomeadamente a criação de um estado e a manutenção da paz – a atuação da ONU não foi eficaz no que diz respeito ao auxílio à construção de uma nova Bósnia-Herzegovina, desenvolvida e próspera. As missões de paz da organização não se revelaram objetivamente consistentes.

Palavras-chave

Organização das Nações Unidas; Guerra da Bósnia-Herzegovina; Missões de paz; *Peacebuilding*; *Peacekeeping*; Segurança.

Abstract

The Bosnia and Herzegovina war happened after the end of the Cold War and it is considered the longest and most violent conflict in European territory after World War II. In this regard, there is still relevance in understanding the motivations and results of the armed conflict in Bosnia, incorporating the international community's role when it comes to solving it, as well as analyzing the effectiveness of the peacekeeping missions conducted by the United Nations. In order to do so, it is used a review of the literature and quantitative data analysis, and also two interviews with experts on the theme. The results demonstrate the operational inefficiency of the peace missions carried out by the United Nations in Bosnian territory. Although they have attained certain goals – such as the creation of a state and in terms of peacekeeping – the UN has not been effective in helping to build a new, well-developed and prosperous Bosnia and Herzegovina. The organization's peace missions were not objectively consistent.

Keywords

United Nations; Bosnia and Herzegovina war; Peace missions; *Peacebuilding*; *Peacekeeping*; Security.

Índice

Resumo.....	v
Abstract	vii
Lista de Abreviaturas	xi
Índice de Figuras	xiii
Introdução	1
1. Revisão da literatura.....	5
1.1. Enquadramento teórico	5
1.1.1. Teorias das organizações internacionais.....	5
1.1.2. <i>Peacebuilding</i>	9
1.1.3. <i>Peacekeeping</i>	11
1.1.4. Teorias das Relações Internacionais e o processo de <i>peacebuilding</i>	14
1.1.5. Segurança	21
1.2. Enquadramento histórico	24
1.2.1. Evolução das organizações internacionais	24
1.2.2. Organização das Nações Unidas.....	26
1.2.3. Guerra da Bósnia-Herzegovina	33
1.2.4. Missões de paz conduzidas pela ONU	40
1.2.5. Consequências do conflito armado.....	46
2. Análise da atuação da ONU e da evolução da sociedade bósnia	50
2.1. Metodologia	50
2.2. Análise e discussão	53
2.2.1. Evolução da sociedade bósnia pós-guerra.....	53
2.2.2. Eficácia do contributo da ONU no processo de paz.....	57
2.2.3. O futuro da Bósnia-Herzegovina.....	69
Conclusão.....	73
Referências Bibliográficas	77
Anexos	i
Guião de Entrevista (Entrevista 1)	ii

Guião de Entrevista (Entrevista 2) xii

Lista de Abreviaturas

ONU - Organização das Nações Unidas

OIs - Organizações Internacionais

IMF - International Monetary Fund

IATA - International Air Transport Association

IAEA - International Atomic Energy Authority

WHO - World Health Organization

ONG - Organização Não Governamental

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SDN - Sociedade das Nações

EUA - Estados Unidos da América

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

UNPROFOR - United Nations Protection Force

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

UNPAs - United Nations Protected Areas

UNPF - United Nations Peace Force

UNCRO - United Nations Confidence Restoration Operation

UNPREDEP - United Nations Preventive Deployment Force

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

ICFY - International Conference on the Former Yugoslavia

UNMIBH - United Nations Mission in Bosnia and Herzegovina

UNTAES - United Nations Transitional Administration for Eastern Slavonia

UNMOP - United Nations Missions of Observers in Prevlaka

UNMIK - United Nations Mission in Kosovo

CTK - Conselho Transitório do Kosovo

EAIC - Estrutura Administrativa Interina Conjunta

CPK - Corpo de Proteção do Kosovo

UNPSG - United Nations Civilian Police Support Group

UE - União Europeia

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

CS - Conselho de Segurança

IPTF - United Nations International Police Task Force

AR - Alto Representante

Índice de Figuras

- Figura 1 - UN Photo/Yould. (1945). *The San Francisco Conference: The United States Signs United Nations Charter*. Obtida em: www.unmultimedia.org/photo/a a 28 de abril de 2018.....31
- Figura 2 – Gervasio Sánchez. (1993). *Coches aparcados en batería*. Sarajevo. Obtida em: <http://www.arteinformado.com/agenda/f/sarajevo-guerra-y-paz-68570> a 28 de abril de 2018.....36
- Figura 3 - Picture-Alliance. (1995). *Os presidentes Milosevic, da Sérvia, Izetbegovic, da Bósnia-Herzegovina, Tudjman, da Croácia, e o negociador da UE, em Dayton*. Obtida em: <https://www.dw.com/pt-br/1995-acordo-de-dayton-encerra-guerra-da-b%C3%B3snia/a-332295> a 28 de abril de 2018.....39
- Figura 4 - Mikhail Evstafiev. (1992). *A United Nations peacekeeper from Norway holds his helmet as a Hercules C-130 transport plane lands at Sarajevo airport in the summer of 1992*. Obtida em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Evstafiev-bosnia-sarajevo-un-holds-head.jpg> a 28 de agosto de 2018.....41
- Figura 5 - Shutterstock, Inc. (2003). *Panorama da destruição da cidade de Sarajevo em março de 1996*. Obtida em: <https://alunosonline.uol.com.br/historia/fragmentacao-iugoslavia-guerra-bosnia.html> a 28 de abril de 2018.....49
- Figura 6 – Trading Economics. (2018). *Bósnia-Herzegovina - Taxa de Desemprego*. Obtida em: <https://pt.tradingeconomics.com/bosnia-and-herzegovina/unemployment-rate> a 10 de julho de 2018.....55

Introdução

A guerra da Bósnia-Herzegovina caracterizou-se como o conflito mais longo e violento que ocorreu em território Europeu após a II Guerra Mundial, tendo resultado de divergências de caráter político e religioso impulsionadas pelo fim da Guerra Fria e da consequente mudança a nível geopolítico, bem como pela ascensão de fervores nacionalistas rivais no território em questão. Neste sentido, ainda hoje existe relevância em compreender as motivações e resultados do conflito armado ocorrido na Bósnia-Herzegovina, integrando o papel da comunidade internacional na resolução do mesmo, nomeadamente procedendo a uma análise da eficácia da gestão de crise e das missões de paz conduzidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), organização criada após a II Guerra Mundial, cujo principal intuito se prende com a união das nações, em prol da manutenção da paz e do desenvolvimento sustentável, com base em princípios de dignidade e justiça.

A guerra da Bósnia-Herzegovina teve a duração de três anos (1992-1995), tendo-se caracterizado pela afirmação de três etnias com diferentes visões político/religiosas, nomeadamente bósnios, croatas e sérvios. Neste sentido, a guerra em questão culminou em crimes extremamente violentos que resultaram, consequentemente, em milhares de mortos. O conflito surgiu após as eleições de Sarajevo, que sucederam numa coligação dos três partidos étnicos, ainda que o líder do partido muçulmano - o Partido de Ação Democrática - tenha assumido o poder total do governo, declarando a independência da Bósnia-Herzegovina (Johnstone, 2005). Os membros pertencentes à etnia sérvia manifestaram-se, contudo, contra este objetivo, tendo em conta que apenas pretendiam manter a Federação das Repúblicas Jugoslavas, tal como os croatas, ainda que inicialmente tenham sido a favor. Essencialmente, ambas as etnias, sérvios cristãos ortodoxos e croatas católicos, posicionaram-se contra o objetivo dos bósnios muçulmanos, na medida em que ambos receavam a criação de um futuro estado islâmico. Assim, e dada a impossibilidade de se chegar a um consenso benéfico para as diferentes etnias co-existent, foram levados a cabo diversos distúrbios e ataques mútuos, os quais culminaram, muito rapidamente, numa guerra extremamente violenta (Cutileiro, 2003), marcada por táticas de guerra desumanas, tais como, tortura, utilização de campos de concentração, violações em massa e práticas de genocídio, através de massacres e assassinatos (Mello Valença, 2006).

Desde o início da guerra, a ONU tentou alcançar uma solução diplomática viável para a crise em causa, tendo protagonizado uma série de tentativas políticas. Neste sentido, na fase inicial do conflito em 1991, a ONU, em conjunto com a Comunidade Europeia, tentaram, efetivamente, impedir a dissolução da Jugoslávia e, consequentemente, evitar a guerra civil na Bósnia-Herzegovina através de diversos empreendimentos políticos e diplomáticos exequíveis, face à crise que se tinha instalado (Calvocoressi, 2011). Desta forma, foram enviados representantes para reunirem com os líderes das repúblicas, tendo em vista uma solução viável para os diversos conflitos despoletados nos Balcãs. Contudo, e face às diversas tentativas, tornou-se de facto evidente, a impossibilidade de reunificação da Jugoslávia e o estabelecimento da paz (Aguilar, 2003). Já em agosto de 1992, constituiu-se em Genebra a Conferência Internacional para a ex Jugoslávia, a qual foi presidida por um representante das Nações Unidas e por um representante da Comunidade Europeia, tendo sido caracterizada enquanto fórum de discussões e de negociações entre todas as partes do conflito. Posteriormente, já em 1993, a ONU aprovou o Plano de Ação Conjunta, o qual foi estabelecido por diversos países, nomeadamente Estados Unidos da América, Rússia, França, Reino Unido e Espanha com o intuito de reposição da paz, ainda que no âmbito das várias discussões que se seguiram, não se tenha chegado a um consenso (Apostolava, 1994). Assim, as diversas tentativas de celebração de acordos políticos com o objetivo do cessar-fogo não se revelaram bem-sucedidas.

A guerra da Bósnia-Herzegovina caracterizou-se como um marco no que diz respeito aos processos identitários, uma vez que as diferentes etnias nacionais - bósnios, sérvios e croatas - definiram os seus lados no conflito. Na verdade, o Acordo de Dayton - assinado oficialmente em Paris, no ano de 1995 - que remete, essencialmente, para a Constituição da Bósnia-Herzegovina, conduziu ao fim do conflito através da divisão do território em duas entidades autónomas, designadamente a Republika Srpska (ou República Sérvia, representando cerca de 49% do território) e a Federação da Bósnia-Herzegovina (muçulmano/croata, representado cerca de 51% do território) (Peres, 2013). Com efeito, importa enfatizar que o término da guerra se deveu à interferência das potências ocidentais em finais de 1995, uma vez que apenas com o auxílio das mesmas, foi possível delinear todos os termos das negociações e, desta forma, agradar a todas as partes envolvidas, nomeadamente, bósnios muçulmanos, croatas católicos e sérvios ortodoxos.

Por conseguinte, o Acordo de Dayton acaba por reconhecer as nacionalidades croata, sérvia e bósnia, bem como os seus respetivos idiomas, sendo portanto reconhecida a diversidade étnica e cultural presente no território (Peres, 2013). Porém, importa enfatizar que o acordo revela-se, igualmente, responsável por uma segregação entre as diversas etnias mencionadas, sendo que discrimina, semelhantemente, as restantes minorias residentes no território em questão.

Ora, partindo dos pressupostos acima apresentados, definiu-se o problema central a ser tratado nesta dissertação, nomeadamente analisar as missões de paz levadas a cabo pela ONU na Bósnia-Herzegovina, e a posterior evolução do país, procurando-se, neste sentido, avaliar o grau de eficácia da atuação da organização em questão.

Por sua vez, de forma a dar resposta ao problema colocado, definiram-se seis objetivos específicos que se elencam seguidamente:

1. Problematizar e definir conceitos como segurança, *peacebuilding*, *peacekeeping*, e aplicar a abordagem das principais teorias das Relações Internacionais ao processo de *peacebuilding*;
2. Compreender as motivações e resultados do conflito na Bósnia-Herzegovina, integrando o papel da comunidade internacional na resolução do mesmo;
3. Enquadrar o papel desempenhado pela ONU na restauração, e consequente manutenção, da paz internacional;
4. Avaliar a eficácia da gestão da crise e missões de paz levadas a cabo pela ONU, durante e após o conflito armado;
5. Avaliar as repercussões da ONU no auxílio ao desenvolvimento do país e da sociedade bósnia, através de uma análise ao estado atual da Bósnia-Herzegovina;
6. Projetar o futuro da sociedade bósnia.

Assim sendo, a presente dissertação estrutura-se em dois capítulos centrais.

O primeiro capítulo desenvolve-se em torno da revisão da literatura, nomeadamente do enquadramento teórico e do enquadramento histórico. São abordados conceitos como *peacebuilding*, *peacekeeping*, e segurança, e as principais abordagens teóricas das Relações Internacionais. Realiza-se igualmente uma contextualização histórica da evolução das organizações internacionais, da ONU, e da guerra da Bósnia-Herzegovina, contextualizando as missões de paz levadas a cabo pela ONU no país,

entre 1992 e 2002, ou seja, durante e após o confronto ocorrido. São também analisadas as consequências do conflito armado. Neste sentido, o enquadramento teórico sustentou-se, conseqüentemente, em conhecimento obtido através da revisão da literatura e conseqüente análise de bibliografia, sendo que, na secção e subsecções em questão, a conceptualização em redor das definições e legitimidade de conceitos como manutenção e construção da paz, bem como a maneira como as diversas teorias das Relações Internacionais abordadas visualizam tal processo, revelou-se, efetivamente, fulcral para todo o entendimento e conseqüente elaboração da presente dissertação. Tal revisão da literatura serviu igualmente como base de conhecimento fundamental para o enquadramento historiográfico acerca do conflito estudado, nomeadamente as suas origens, as suas causas e o seu decurso.

No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada na presente dissertação para dar resposta ao problema apresentado, procedendo-se posteriormente à análise e discussão da evolução da sociedade bósnia no que concerne à edificação social, económica e política da região, desde finais da guerra até à atualidade, seguindo-se a análise da eficácia do papel desempenhado pela ONU relativamente ao processo de paz, destacando-se, para tal, a revisão da literatura efetuada, baseada em diversos autores conceituados, nomeadamente Mazower, Oellers-Frahm, Harland, Hazen, Oeter, Richmond & Franks, entre outros. Importa igualmente destacar a análise efetuada ao relatório intitulado “UN Conflict Dynamics Assessment for Bosnia and Herzegovina” (2015), bem como os contributos das entrevistas realizadas, mais concretamente a um membro integrante das missões de paz das Nações Unidas no território bósnio, e ainda a um doutorado em questões relacionadas com a região dos Balcãs. No final, é também realizada uma projeção do futuro da sociedade bósnia tendo em conta a situação atual, nomeadamente através da análise de estatísticas apresentadas no relatório intitulado “Bosnia and Herzegovina 2018 Report”, elaborado pela Comissão Europeia, bem como através da entrevista realizada ao especialista na temática em questão.

Por fim, apresentar-se-á a conclusão, onde se resumem as ideias-chaves da dissertação e se apresentam as limitações do presente estudo e possibilidades de investigação futuras.

1. Revisão da literatura

1.1. Enquadramento teórico

1.1.1. Teorias das organizações internacionais

As organizações internacionais encontram-se, atualmente, intrinsecamente conectadas à política internacional, sendo que se revelam, assim, instrumentos extremamente importantes para o exercício político. Desta forma, destacam-se três escolas de pensamento no que remete à abordagem relativa às organizações internacionais, mais concretamente o realismo, o institucionalismo e o construtivismo.

De acordo com a teoria realista, as organizações internacionais (OIs) são percecionadas como desprovidas de essência, bem como pouco ou nada eficientes, uma vez que não são capazes de mudar a natureza humana, intrinsecamente conectada à ambição e, conseqüentemente, procura de poder desmedida. Neste sentido, as organizações internacionais revelam-se, igualmente, incapazes de controlar a natureza anárquica do sistema internacional, que acentua, conseqüentemente, a luta pelo poder. Assim, de acordo com a perspectiva em questão, as OIs remetem, essencialmente, para instrumentos utilizados pelos estados dominantes de forma a levarem a cabo a primazia dos seus interesses e para que o seu poder político seja, efetivamente, mais eficaz, ou seja, as organizações em questão refletem, acima de tudo, os interesses dos estados dominantes. Um exemplo de tal remete para o facto de determinadas organizações internacionais privilegiarem o voto dessas mesmas potências, concedendo-lhes direitos de veto especiais, como acontece, por exemplo, com a International Monetary Fund (IMF) e o Banco Mundial, que privilegiam, assim, os estados ocidentais industrializados, mais concretamente, os Estados Unidos da América. Importa igualmente destacar o Conselho de Segurança da ONU, que concede, efetivamente, aos seus cinco membros permanentes o direito de vetar decisões (Rittberger, Zangl & Kruck, 2012). Desta forma, o estabelecimento e conseqüente sucesso das OIs depende essencialmente da existência de uma potência hegemónica indubitavelmente poderosa, que possua, assim, recursos de poder esmagadores.

Já a escola institucionalista, ou institucionalismo neoliberal, perceciona o sistema internacional - tal como os realistas - enquanto anárquico, contudo, no que remete à cooperação pela via das organizações internacionais, considera-a totalmente

racional. De facto, a perspetiva em questão transmite que as organizações/instituições internacionais surgem, mais provavelmente, em situações onde o interesse comum dos estados se revela superior aos seus interesses próprios, uma vez que a política internacional é guiada, de acordo com a escola de pensamento em questão, por constelações de interesse, ou seja, os estados possuem um interesse comum no que remete a adquirir ganhos mútuos e, conseqüentemente, evitar perdas mútuas. Desta forma, tal acontece através da cooperação - independentemente de cada estado possuir determinados incentivos para abster-se de cooperar. Assim, segundo o institucionalismo neoliberal, até os estados mais poderosos dependem de outros estados, sendo que renunciam, neste sentido, a estratégias de auto-ajuda, focando-se, ao invés, no estabelecimento de relações cooperantes e estáveis dentro do contexto das organizações internacionais. Por sua vez, tal conceção enfatiza que as organizações internacionais têm adquirido importância devido, sobretudo, ao aumento de relações complexas caracterizadas pela interdependência, nomeadamente no que remete à área da política internacional. Neste sentido, as OIs reduzem a incerteza, bem como custos de transações, facilitando a negociação e estabilizando, conseqüentemente, as expectativas dos estados relativamente aos demais. Assim, procede-se à remoção de obstáculos que possam insurgir-se contra a via da cooperação e privilegia-se a cooperação internacional (Rittberger, Zangl & Kruck, 2012).

Segundo a escola de pensamento construtivista, a criação de instituições/organizações de cariz internacional depende, essencialmente, da existência de um consenso no que remete aos valores e normas sociais, ou seja, a criação de organizações internacionais torna-se mais provável quando os valores e normas que representam são, de facto, amplamente partilhados pelos estados. Neste sentido, importa igualmente destacar a importância da percepção cognitiva, uma vez que os problemas são percebidos de forma diferente, consoante as diferentes sociedades, sendo que a existência de diferenças basilares a tal nível, prejudica, desta forma, o sucesso das OIs. Neste sentido, a criação de organizações internacionais eficientes é, com efeito, mais plausível quando as sociedades participantes partilham uma percepção básica de um eventual problema. A perspetiva construtivista salienta, igualmente, o papel duplo das OIs, nomeadamente no que concerne à reflexão de valores e normas sob os quais se erguem, influenciando, ao mesmo tempo, os valores e normas das sociedades participantes. Desta forma, as organizações internacionais podem, efetivamente, moldar

a ação dos estados, dependendo da configuração dos seus interesses, podendo, semelhantemente, através dos valores e normas subjacentes, influenciar o interesse, bem como a identidade dos estados e, conseqüentemente, toda a estrutura do sistema internacional (Rittberger, Zangl & Kruck, 2012). Segundo a abordagem construtivista de Barnett e Finnemore, OIs podem ser definidas como exemplos de burocracia moderna, sendo que possuem uma hierarquia, continuidade e impessoalidade, e são dotadas de perícia. Assim, são considerados organismos poderosos, não apenas no que remete a recursos materiais e informativos, mas igualmente, em termos da sua capacidade de regular o mundo, podendo alterar o comportamento de outros atores, bem como criar novos interesses, atores e atividades (Jönsson, 2013).

As relações inter-organizacionais apresentam-se igualmente como uma possível abordagem no que remete às OIs. Tal abordagem implica, primeiramente, que a análise convencional do “sistema fechado” de unidades organizacionais independentes desse lugar, por sua vez, a uma perspectiva de “sistema aberto”, focada na interação entre as mesmas. De facto, a enorme proliferação de organizações internacionais implicou a necessidade de cooperação e coordenação, devido à possível emergência de potenciais conflitos entre as variadas organizações que lidam, assim, com questões internacionais semelhantes. Desta forma, a perspectiva inter-organizacional enfatizou a informalidade, ao invés da organização formal, nomeadamente tendo em conta os progressos nas áreas da tecnologia, transportes e comunicação, que permitiram, conseqüentemente, o acesso facilitado, bem como o contacto entre atores distantes, dando origem, por sua vez, a processos globais que não podem ser localizados ou isolados, devido ao facto de transcenderem as fronteiras dos estados ou de outras entidades territoriais. Neste sentido, relações inter-organizacionais são, efetivamente, fortalecidas por elos interpessoais. Assim, estudos empíricos de redes informais que envolvem organizações internacionais incluem a International Air Transport Association (IATA), a International Atomic Energy Authority (IAEA), e ainda, a World Health Organization (WHO), entre outras (Jönsson, 2013).

Outro aspecto relativo às OIs remete para o conceito de aprendizagem organizacional. Ora, a aprendizagem é comumente entendida como um processo vivenciado pelos indivíduos, contudo, os teóricos das organizações internacionais entendem tal conceito em termos de mudança cognitiva, em resposta a novas informações obtidas através da interação com o ambiente da própria organização.

Assim, de acordo com a perspectiva em questão, as organizações internacionais adotam um comportamento conduzido pelo hábito, privilegiando, por conseguinte, a adaptação ao invés da aprendizagem propriamente dita (Jönsson, 2013).

Segundo Inis Claude¹, são quatro os pré-requisitos para o desenvolvimento das organizações internacionais, nomeadamente, a existência de estados soberanos, sendo que o fluxo de contactos deve ser, obrigatoriamente, significativo entre esses mesmos estados, o surgimento de problemas, claramente assumidos pelos próprios estados, que advêm da coexistência, e por último, a necessidade de criação de instituições que regulem as relações entre os estados (Herz & Hoffman 2004).

Durante a Guerra Fria - caracterizada por um sistema internacional regido pela bipolaridade - reconheceu-se, com efeito, a importância que as organizações internacionais possuíam no que remete à cooperação internacional, mais precisamente, no que diz respeito ao campo da manutenção da paz. Estruturas como o Tribunal Penal Internacional são decorrentes deste tipo de organismos, onde se verifica a necessária delegação de um poder basilar no processo democrático e de Direito, a aplicação da justiça face a um acontecimento que, aos olhos internacionais, seja passível de uma condenação acintosa e que transmita uma mensagem de ausência de impunidade por parte de líderes políticos, ou militares de vários estados-nação (Herz&Hoffman, 2004).

Já o multilateralismo atual revela-se, efetivamente, fundamental para a existência das organizações internacionais, podendo tal ser explicado através de três fatores, nomeadamente a necessária indivisibilidade que indica que os princípios acordados são aplicados de forma igual a todos os estados; a não discriminação entre estados assente no seu tamanho, religião ou estatuto de potência a nível internacional; e por último, a reciprocidade, que se apresenta como um conceito assente e comumente aceite por todos, sendo que, enquanto no passado os tratados se normalizavam pelo carisma regional ou bilateral, com o surgimento de organizações de carácter internacional, tal alterou-se (Herz & Hoffman, 2004).

Em suma, ao longo das últimas décadas, drásticas e importantes mudanças ocorreram a nível da política e sistema internacional, sendo que a proliferação de

¹Inis Claude (1922 -2013) foi um reconhecido e conceituado estudioso em Relações Internacionais e organizações internacionais.

organizações internacionais se encontra, de facto, intrinsecamente conectada a tal processo. Neste sentido, o estudo das OIs é, com efeito, guiado por um distinto e diversificado corpo de disciplinas, bem como por diferentes perspetivas teóricas.

Na subsecção seguinte, será abordado o conceito de *peacebuilding*, desenvolvido, precisamente, pela ONU.

1.1.2. *Peacebuilding*

De acordo com o sexto Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali (1992, p. 21), o conceito de *peacebuilding*, ou construção da paz, pode ser caracterizado como a “ação de identificar e apoiar estruturas que tenderão a fortalecer e solidificar a paz de forma a evitar a recorrência do conflito”. Tal significa que o conceito em questão remete para a reconstrução e reabilitação de regiões ou países que se encontram em contexto pós-conflito - como no caso do pós-guerra da Bósnia-Herzegovina - sendo, portanto, a intervenção, a consolidação, e manutenção da paz a longo prazo, essenciais para evitar o reacender de hostilidades.

O conceito de *peacebuilding* foi então desenvolvido durante os anos 1990, a par com o conceito de segurança humana, estando ambos interligados na medida em que o *peacebuilding* têm como um dos principais objetivos, a própria construção da segurança humana, que pressupõe a proteção dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, entre outros.

O estabelecimento e conseqüente desenvolvimento do conceito em questão pela ONU foi ainda influenciado por diversos fatores, nomeadamente o fim da Guerra Fria, o processo de globalização e o conseqüente surgimento de novos atores e ameaças no panorama da segurança internacional, que conduziram, assim, à mudança desse mesmo conceito, bem como a experiência institucional da ONU na realização de operações de paz, cujo sucesso se revelou, de facto, limitado (Cavalcante, 2010).

Contudo, embora o conceito de *peacebuilding* tenha sido utilizado pela ONU apenas a partir do ano de 1992, nomeadamente, no relatório intitulado *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping*, importa salientar que

tal conceito surge na década de 1970, através de Johan Galtung, considerado um dos fundadores dos Estudos da Paz (Cavalcante, 2010).

Segundo Galtung (1976, p. 297), o *peacebuilding* caracteriza-se como um mecanismo complexo, cujo objetivo se prende com a abordagem das casualidades que conduziram ao conflito, bem como com a criação de estruturas capazes de promover o alcance de uma paz sustentável, sendo que a sua ação remete para “fatores mais profundos na relação entre as partes, para que se chegue a algumas ideias sobre como uma resolução auto-sustentável de um conflito possa ser encontrada”.

Posteriormente, em 2007, o Comité Político do Secretário-geral da ONU, procedeu a uma descrição de *peacebuilding* mais abrangente:

“O peacebuilding envolve uma variedade de medidas destinadas a reduzir o risco do acender ou reacender de um conflito através do fortalecimento das capacidades nacionais a todos os níveis para ações de gestão de conflitos, e para estabelecer as bases para uma paz sustentável e o desenvolvimento. As estratégias de peacebuilding devem ser coerentes e adaptadas às necessidades específicas do país em questão, baseadas no governo nacional, e devem abranger uma cuidadosa e estruturada definição de prioridades, e deste modo reduzirem relativamente o conjunto de atividades destinadas a alcançar os objetivos acima”(UN Peacebuilding: an Orientation, 2010, p. 5).

Mais recentemente, tem surgido novas ideias que sugerem que o *peacebuilding* necessita de possuir um carácter transformativo de forma a ser bem sucedido. Efetivamente, de acordo com Hove (2018, p.23), “até que seja realmente possível transformar a constituição do país ou da região e todo o sistema de valores que oriente o país numa direção voltada para o futuro, as perspectivas de obtenção de uma paz duradoura são limitadas”.

Resumidamente, o *peacebuilding* caracteriza-se como um processo de elevada complexidade que envolve diversas medidas de caráter político, judicial e social destinadas à reabilitação de instituições e solidificação da paz num contexto pós-conflito. Neste sentido, o principal intuito do *peacebuilding* remete para a reconstrução de um estado, alicerçada numa paz sustentável e no desenvolvimento.

Seguidamente, irá ser realizada uma problematização do conceito de operação de paz.

1.1.3. *Peacekeeping*

Segundo Bellamy & Williams (2011), o desenvolvimento do conceito de *peacekeeping*, ou operação de paz, pode ser dividido em dois períodos, nomeadamente Vestefália e pós-Vestefália. Numa fase inicial, as tradicionais operações de *peacekeeping* caracterizavam-se como uma ferramenta capaz de facilitar acordos de paz, bem como manter a ordem entre os estados, baseada no princípio da soberania, princípio esse presente no Tratado de Vestefália (1648). Posteriormente, e após diversas mudanças ocorridas a nível global, nomeadamente o fim da guerra fria e o processo de globalização, os mandatos das operações tornaram-se bastante mais complexos.

Efetivamente, as denominadas operações de *peacekeeping* pós-Vestefalianas, privilegiam a segurança humana, bem como o desenvolvimento sustentável, e objetivam, essencialmente, a proteção e propagação da democracia liberal, uma vez que os estados democráticos liberais constroem relações transnacionais pacíficas, baseadas na liberdade comercial e cooperação, com vista ao ganho mútuo, ou seja, de acordo com a concepção em questão, as sociedades que carecem de uma democracia liberal possuem maior probabilidade de eminência de conflitos, tanto internos como externos (Bellamy & Williams, 2004).

Neste sentido, atualmente, os problemas internos de um estado possuem proporções internacionais e o objetivo das operações de *peacekeeping* contemporâneas não remete apenas para a tentativa de pacificação mas sim para a construção da paz, durante e após o conflito, ou seja, a intervenção da ONU não se limita a celebrar um acordo de paz entre as partes envolvidas num determinado confronto, pelo contrário,

desenvolve mecanismos e estruturas capazes de auxiliar na reconstrução e manutenção de uma paz sustentável (Brugnolli, 2012).

As operações de *peacekeeping* foram, neste sentido, consolidadas pela ONU, nomeadamente através das primeiras missões correspondentes à intervenção não violenta em conflitos inter ou intra-estatais, que envolveram a atuação de meios militares, sejam estes meios correspondentes militares desarmados ou forças armadas, de forma a monitorar o cessar-fogo e reportar a situação em áreas de conflito (Brugnolli, 2012).

Segundo Martins Branco (2003, p. 99), “o facto das operações de paz não se encontrarem previstas no texto da Carta das Nações Unidas, não impediu que estas se viessem a revelar como um dos principais instrumentos da ONU no capítulo da paz e da segurança internacionais”. De facto, a Carta das Nações Unidas não prevê o uso de uma força internacional e imparcial de forma a proceder a uma estabilização dos conflitos, no entanto, as operações de *peacekeeping* são legitimadas no Cap. VII, pelo artigo 40º da Carta das Nações Unidas (1945), sendo caracterizadas como uma das diversas medidas provisórias:

“A fim de evitar que a situação se agrave, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir a respeito das medidas previstas no Artigo 39, convidar as partes interessadas a que aceitem as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias as ou aconselháveis. Tais medidas provisórias não prejudicarão os direitos ou pretensões, nem a situação das partes interessadas. O Conselho de Segurança tomará devida nota do não cumprimento dessas medidas”.

As operações de *peacekeeping* são, assim, recomendadas e oficialmente autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, através de uma resolução que deve conter o seu mandato. Por sua vez, os mandatos determinam os objetivos e as funções de cada missão, bem como a sua duração, e ainda detalhes específicos que variam de acordo com o tipo de operação a realizar (Brugnolli, 2012).

Contudo, importa referir que as operações de *peacekeeping* não são levadas a cabo, exclusivamente, pela ONU. Efetivamente, o Ocidente (composto por Estados-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia) tem vindo a aumentar as suas contribuições para as operações e missões híbridas de paz que decorrem no exterior do sistema das Nações Unidas (Bellamy & Williams, 2009).

De facto, apesar da relação entre o Ocidente e as operações de paz das Nações Unidas permanecer ambivalente desde 1948, as contribuições financeiras e materiais do Ocidente para as operações de paz das Nações Unidas diminuiu desde a publicação do Relatório Brahimi. Segundo Bellamy & Williams (2009), tal é bastante irónico, nomeadamente devido ao facto de o Relatório Brahimi ter enraizado no Ocidente, especialmente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a preferência pela doutrina das operações de paz no interior da abordagem da manutenção da paz por parte das Nações Unidas. No entanto, importa salientar que a proliferação de operações conduzidas por outras organizações internacionais e por outras coligações, a provisão de apoio unilateral para missões conduzidas pelas Nações Unidas e por organizações regionais, e a crescente complexidade no financiamento de missões das Nações Unidas e de outras organizações distintas, tem sugerido que as contribuições e o comprometimento do Ocidente com as operações de paz têm-se tornado, efetivamente, cada vez mais diversificado e complexo.

De acordo com Garcia (2004), as operações de paz devem basear-se nos seguintes princípios gerais: consentimento das partes, imparcialidade, uso limitado da força - exclusivamente limitado à autodefesa e defesa do mandato -, credibilidade para cumprir o mandato e capacidade de negociação e mediação.

Em suma, as operações de *peacekeeping* remetem para uma mobilização militar não violenta - salvo em autodefesa - destacada com o objetivo de monitorar o cessar-fogo, durante e após um determinado conflito, e para a criação de um ambiente propício a negociações, entre as partes envolvidas, para que se possa alcançar uma solução diplomática e uma paz sustentável.

Em seguida, será realizada uma análise às teorias das Relações Internacionais, bem como à sua abordagem relativamente ao processo da construção da paz.

1.1.4. Teorias das Relações Internacionais e o processo de *peacebuilding*

As inúmeras teorias das Relações Internacionais apresentam-se, com efeito, enquanto ferramentas de análise e formulação de hipóteses no que remete à explicação de fenómenos ocorridos no sistema internacional, permitindo-nos, assim, compreender o mundo que nos rodeia através de diferentes perspectivas, bastante pertinentes, porém, imperfeitas (Mcglinchey, Walters & Gold, 2017).

Existem, efetivamente, inúmeras teorias que têm vindo a surgir, bem como a competir com as denominadas teorias tradicionais - o realismo e o liberalismo - nomeadamente, o construtivismo, a escola inglesa, e o marxismo, sendo que as teorias tradicionais permanecem, contudo, legitimadas e centrais para a disciplina (Mcglinchey, Walters & Gold, 2017).

Ora, a corrente de pensamento realista possui uma visão da natureza humana pessimista, percepcionando o indivíduo como egoísta e sedento de poder, bem como destacando o lado conflituoso das relações internacionais. Apesar de ter ganhado ímpeto durante a II Guerra Mundial, sendo que “atribuiu a Segunda Guerra Mundial à ingenuidade da diplomacia de apaziguamento que prevaleceu no decurso do período entre as duas Guerras Mundiais” (Sousa & Mendes, 2014, p.204), as concepções da teoria em questão começaram a ser construídas bastantes séculos antes, nomeadamente através dos contributos do historiador grego Tucídides (Séc. V a.C.), do historiador italiano Maquiavel (Sécs. XV-XVI), do filósofo inglês Thomas Hobbes (Séc. XVII), entre outros. Tal como Maquiavel mencionou na sua obra, *O Príncipe* (1532), a principal preocupação dos líderes remete para a manutenção da segurança nacional, sendo que, de facto, de acordo com o pensamento realista a segurança revela-se como a principal preocupação dos estados e, por sua vez, os estados são percepcionados como os principais atores nas relações internacionais, convivendo num contexto internacional considerado anárquico. Essa anarquia é, precisamente, explicada pela existência - teórica - de uma “balança de poder” equilibrada, no que remete ao âmbito internacional, uma vez que os estados têm como principais objetivos a manutenção da coesão e poder interno, bem como a competição pelo domínio, o que impede, desta forma, a possível ascensão de um único estado globalmente poderoso superior aos demais. A racionalidade é, assim, outra das características subjacentes ao realismo, na medida em que os decisores políticos são percepcionados como atores racionais, uma vez que a

racionalidade associada à tomada de decisões, tem como principal intuito o superior interesse da nação (Antunes & Camisão, 2017). Já aquando da emergência da teoria realista no decorrer da II Guerra Mundial, o alemão Morgenthau, apontado como o pioneiro do realismo político, apresentou na sua obra - *Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace* (1948) - as concepções subjacentes à teoria em questão, nomeadamente o facto de a política ser governada por leis cujas raízes advêm da natureza humana, tal como a sociedade em geral. Além disso, de acordo com o autor em questão, o poder caracteriza-se como o conceito central do realismo na medida em que a procura de poder encontra-se intrinsecamente ligada à natureza humana (Sousa & Mendes, 2014). Por sua vez, diversas críticas à teoria realista impõe-se, sendo, assim, percepcionada enquanto legitimadora das relações internacionais conflituosas e, consequentemente, da guerra. Outras críticas remetem para o facto de o realismo configurar o estado como uma unidade sólida central, ignorando outros atores igualmente importantes, como por exemplo, o indivíduo (Antunes & Camisão, 2017).

A teoria realista, prevê, por um lado, e com base no trabalho e abordagem construída pelo teórico inglês Thomas Hobbes, a existência de três motivos primários responsáveis pelo surgimento de conflitos armados, nomeadamente o medo, a honra e o interesse. Ou seja, o medo que um “inimigo” mais poderoso se imponha, colocando, consequentemente, a honra em risco, que, por sua vez, necessita de ser defendida, bem como o superior interesse próprio que poderia conduzir à intervenção. Neste sentido, a teoria realista possui uma perspectiva particular relativamente ao processo de *peacebuilding*, na medida em que uma eventual intervenção é justificada pela reação a um, aos dois, ou aos três motivos mencionados. Assim, uma intervenção relativa ao *peacebuilding*, deve possuir o intuito de reabilitação e construção de um estado, para que as ameaças deixem de existir. Adicionalmente, o *peacebuilder* deve apelar a um argumento utilitário, ou seja, deve encorajar os indivíduos a concluírem que ganham mais com a paz do que com a continuidade do conflito, devendo, igualmente, transmitir melhores padrões de vida baseados na lei e na ordem. Por outro lado, muitos descartam a possibilidade do realismo se posicionar enquanto abordagem para o processo de *peacebuilding*, na medida em que as relações internacionais são, de acordo com a teoria em questão, regidas pelo princípio da anarquia e, desta forma, a manutenção do princípio da soberania nacional revela-se bastante mais importante do que uma intervenção de construção da paz, ou seja, a intervenção apresenta-se, segundo o

pensamento realista em evidência, como um claro desrespeito pelo princípio da soberania nacional (Hove, 2018).

Já o liberalismo, enquanto teoria das Relações Internacionais, surge, primeiramente, tendo como base o idealismo, desenvolvido, por sua vez, pelo filósofo Immanuel Kant, em finais do séc. XVIII. O idealismo é considerado algo “utópico”, devido ao facto de percepcionar o ser humano como bom por natureza, bem como por considerar desejável e facilmente atingível, a paz e a harmonia entre as nações. De acordo com a perspectiva em questão, sociedades que partilham valores liberais não possuem motivos para entrar em conflito, uma vez que nações liberais são governadas por cidadãos e, neste sentido, os cidadãos raramente desejam a guerra, ou seja, quanto maior número de nações liberais no mundo, mais pacífico este se tornaria. Tal concepção foi, posteriormente, desenvolvida através do liberalismo moderno, mais precisamente através da teoria da paz democrática que sugere que as relações internacionais entre estados que possuem um sistema democrático são, efetivamente, bastante mais pacíficas que as relações entre estados que carecem do sistema em questão (Gold & Mcglinchey, 2017). Assim, a teoria liberal assenta em determinados pressupostos, nomeadamente a liberdade individual, o direito natural à vida, a representatividade governamental - eleita democraticamente -, o direito à propriedade privada, bem como ao livre comércio (Nogueira & Messari, 2005). Em suma, a ideia central da teoria em questão, remete, essencialmente, para o facto de “as sociedades bem ordenadas tenderem a ser *auto-reguladas*, ou seja, serem capazes de corrigir, por meio de instituições e processos inerentes à sua organização, desequilíbrios, ineficiências e crises que ameacem a sua existência e reprodução” (Nogueira & Messari, 2005, p.90). Importa igualmente mencionar o pressuposto da interdependência económica, que sugere que a promoção de relações comerciais e económicas internacionais conduz, indubitavelmente, à paz internacional. De facto, segundo Polachek (2010), as relações comerciais e económicas tendem a fortalecer a cooperação entre estados, sendo que, quanto maior a intensidade dessas mesmas relações, mais forte será o vínculo, bem como a dependência mútua entre os estados cooperantes, devido ao superior interesse comum da promoção, e conseqüente manutenção, dos negócios internacionais, que se revelam, assim, extremamente benéficos, uma vez que contribuem para a prosperidade do setor económico. Desta forma, uma das explicações fornecidas pela perspectiva liberal no que concerne à existência de conflitos remete para

a ideia de que “a guerra seria favorecida por aquelas pessoas ou grupos que, contrariando os interesses gerais da sociedade, usam o estado para aumentar o seu poder económico (Nogueira & Messari, 2005, p. 92), o que significa que, de acordo com a conceção liberal, o objetivo das guerras remete, essencialmente, para a conquista de um maior poder económico, sendo motivadas, assim, pela ambição desmedida.

Neste sentido, a teoria liberal tende a conceber o conflito como um problema que deve ser necessariamente resolvido e, por sua vez, o processo de *peacebuilding* apresenta-se como uma das ferramentas através da qual é corrigido o comportamento errante de determinados estados, devolvendo-os ao seu lugar e repondo a ordem, para que, por fim, um sistema internacional estável e pacífico se encontre assegurado (De Coning, 2018). Deste modo, todo o processo referente ao *peacebuilding* é, efetivamente, influenciado, bem como conduzido pela ideologia da paz liberal (Hove, 2018). Por conseguinte, em 1919, o Presidente Norte-Americano Woodrow Wilson tentou, de facto, colocar em prática os pressupostos idealistas liberais da teoria baseados na política de cooperação, após a I Guerra Mundial, nomeadamente através da elaboração do famoso documento com catorze alíneas, cujo objetivo remetia para a reposição da paz, privilegiando a liberdade, o desenvolvimento, a autonomia, a imparcialidade e a criação da Sociedade das Nações (Nascimento, 2007). Ora, a SDN foi, assim, criada com o objetivo crucial da manutenção da paz internacional, contudo, não conseguiu alcançar o objetivo em questão, acabando derrotada, com a eclosão de uma outra grande guerra, a II Guerra Mundial. Consequentemente, e tal como mencionado anteriormente, a teoria realista destacou-se, claramente, nesta altura, nomeadamente com o intuito de justificar a presença constante da guerra (Gold & Mcglinchey, 2017). Contudo, importa destacar o crescimento da influência liberal após o término da Guerra Fria, nomeadamente devido aos pressupostos que emergiram após o fim da bipolaridade do sistema internacional, visando o ordenamento desse mesmo sistema, mais precisamente, “o fortalecimento de instituições, o crescimento do comércio internacional e a difusão de valores liberais” (Nogueira & Messari, 2005, p.128), sendo que a paz internacional se revela, desta forma, como um resultado dependente de tais processos, ou seja, após a derrota do comunismo, concluiu-se que o sistema internacional encontraria, efetivamente, uma maior estabilidade, sob a égide dos princípios liberais democráticos.

Por outro lado, o construtivismo - introduzido nas Relações Internacionais por Nicholas Onuf, através da obra *World of our Making* (1989), tendo sido popularizado,

por sua vez, através do artigo denominado “Anarchy is What States Make of It”, de Alexander Wendt (1992) (Zehfuss, 2001) - percebe o mundo como sendo socialmente construído, sendo que as normas sociais, convenções e regras são vistas como centrais, apresentando-se, conseqüentemente, como um padrão de comportamento apropriado para atores com uma determinada identidade, sendo por isso necessário conhecer a fundo essa identidade (Theys, 2017). De acordo com Wendt (1999), o construtivismo apresenta-se como uma concepção moderada, ou seja, distancia-se do idealismo radical, bem como de visões puramente materialistas. Deste modo, de acordo com a perspectiva em questão, a paz só se constrói de modo sustentável quando existe a compreensão da identidade, bem como da verdadeira natureza das coisas, nomeadamente da classe, género, etnia, entre outros (Conteh-Morgan, 2005). Assim, Richmond (2008) considera a existência de determinadas ideias-chave relacionadas com a construção da paz, de acordo com a perspectiva construtivista, nomeadamente a aceitação da intersubjetividade da identidade, a tensão entre a estrutura e agentes - sendo que a estrutura diz respeito a um sistema internacional constituído por elementos materiais e ideacionais (Theys, 2017), e os agentes são os responsáveis pela construção do mundo (Nogueira & Messari, 2005) -, a consequência das normas, cultura, e das instituições internacionais, bem como a importância da função ideacional das relações internacionais. Por conseguinte, os construtivistas reconhecem que os estados têm o seu comportamento determinado pelos seus interesses e pelas identidades associadas, depreendendo-se que o processo de *peacebuilding* é condicionado, desta forma, por essas mesmas identidades e pelos interesses que cada um dos intervenientes possui (Richmond, 2008). Neste sentido, uma intervenção relativa à construção da paz, deve remeter para a transformação do ambiente social e político que fomenta a desigualdade, que dá origem, por sua vez, à insegurança, bem como a várias interações adversas ao bem-estar da comunidade, sendo, assim, absolutamente necessário desenvolver infra-estruturas sociais, económicas e políticas que tenham como intenção a prevenção da violência e das desigualdades, desmantelamento de estruturas que contribuam para a existência do conflito, recorrendo ao cessar-fogo, à desmobilização de tropas, ao desarmamento, e, por último, à monitorização de eleições competitivas e justas entre antigos adversários (Theys, 2017).

Já a escola inglesa - fundada em finais da década de 1950 por historiadores e teóricos, destacando-se, mais precisamente, os contributos de Martin Wight e Hedley

Bull (Sousa & Mendes, 2014) -, é percebida por diversos académicos como sendo a base para o estudo da história internacional em termos das estruturas sociais da ordem internacional, sendo que, em comparação com outras teorias - que apenas se focam numa determinada área das Relações Internacionais - a escola em questão fornece uma abordagem holística das mesmas, tentando sempre perceber o mundo como um sistema universal (Stivachtis, 2017). Ora, um dos pressupostos fulcrais da escola inglesa remete para a diferenciação entre “sistema internacional” e “sociedade internacional” (Canesin, 2008), sendo que o sistema internacional define-se como um ambiente constituído pela interação entre unidades soberanas - os estados - que se reconhecem como tal (Canesin, 2008), e, por outro lado, a sociedade internacional define-se como um conjunto de estados soberanos que partilham determinados valores e concordaram em submeter as suas ações a um conjunto de regras e normas de interação, formando, assim, uma comunidade - como por exemplo, a Comunidade Europeia (Canesin, 2008) - . Assim, de acordo com a escola inglesa, o objeto de estudo das Relações Internacionais deve focar-se na compreensão da sociedade internacional (Sousa & Mendes, 2014). É, portanto, através de tal partilha e concordância que, segundo a escola inglesa, se pode construir a paz. Assim sendo, de acordo com a perspectiva em questão, os estados que formam uma determinada comunidade não se confrontam entre si, ao invés, mantêm relações pacíficas baseadas na cooperação, uma vez que fazem parte do círculo interno de uma sociedade internacional, compartilhando valores, normas, expectativas, bem como uma cultura comum que os une, fazendo lembrar uma “grande família” (MacQueen, 2016). No entanto, importa destacar que os membros deste círculo interno não fazem, efetivamente, parte de um ambiente social e cultural homogéneo. Acontece que os estados membros em questão partilham uma cultura política comum - como por exemplo, os estados democráticos - podendo-se afirmar, assim, que de acordo com a perspectiva da escola inglesa, uma cultura política compartilhada possui um impacto significativamente maior no que remete à construção da paz entre estados, comparativamente às diferenças da cultura social (Tenenbaum, 2012). Em suma, numa eventual intervenção de *peacebuilding*, devem ser transmitidos determinados valores e normas, bem como apelo à partilha e cooperação política, dado que apenas através de sociedades internacionais que partilham convicções e se submetem às mesmas leis, se torna possível alcançar, efetivamente, uma paz vindoura.

Já a teoria marxista surge no século XIX, nomeadamente através das obras do filósofo alemão Karl Marx, bem como de Friedrich Engels. Segundo Sousa & Mendes (2014, p.143), o marxismo “propôs, após o estudo da evolução do capitalismo (...), uma visão global das relações e transformações sociais, alicerçadas na mudança das condições de produção dos bens e serviços de uma sociedade e na luta de classes.”. De acordo com Pal (2017), o marxismo é caracterizado pela interdependência, sendo que na perspectiva marxista, o mundo só pode ser entendido como um todo, devendo-se, neste sentido, refletir numa ideia e, por sua vez, na ideia oposta, até que se alcance o conhecimento da verdade. Marx e Engels foram, igualmente, responsáveis pela introdução do conceito de dialética materialista, que defende que os movimentos históricos sociais ocorrem segundo as condições materiais da vida (Pal, 2017). Com efeito, de acordo com a teoria em questão, a existência de boas condições de vida revela-se um fator fundamental na construção e manutenção da paz, sendo que, desta forma, todas as concepções críticas sobre o mundo presentes na teoria marxista, bem como o incentivo à luta por um mundo melhor, derivam, essencialmente, do materialismo histórico-dialético. Assim, a relação entre o marxismo e a concepção atual do processo de *peacebuilding*, encontra-se, de facto, intrinsecamente conectada, nomeadamente tendo em conta os pressupostos transmitidos na teoria em questão, que vão de encontro, por sua vez, à atuação pretendida numa eventual intervenção de *peacebuilding*, mais precisamente, a luta por melhores condições de trabalho, contribuindo, assim, para a melhoria das condições de vida e diminuindo, conseqüentemente, o descontentamento que conduz ao conflito, bem como a valorização do trabalhador e a erradicação da exploração, ou seja, o respeito pela dignidade humana e pelo direito a salários dignos, entre outros. (Proudhon, 2002). Ora, ao longo da História, sempre se verificaram conflitos sociais constantes, existindo, ainda hoje, bastantes indivíduos afetados pelas desigualdades sociais, sendo que uma significativa parte da população a nível mundial não possui acesso, muitas vezes, aos bens mais básicos. Daí desflora a violência, a criminalidade e conseqüentemente, os conflitos, sendo que, de acordo com a perspectiva de Marx e Engels, de forma a combater a violência e o conflito há que lutar contra a discriminação e a desigualdade social, fomentando o direito a uma vida digna para todos os seres humanos (Scremin & Santos, s/d). Por conseguinte, tais objetivos, são, efetivamente, indissociáveis do processo de construção da paz.

Em síntese, as diferentes teorias das Relações Internacionais permitem-nos, efetivamente, compreender o mundo que nos rodeia através de diferentes perspectivas, sendo que as diversas teorias em questão possuem, de facto, abordagens bastante diversificadas no que remete à legitimidade do processo de construção da paz.

Na sequência da abordagem às teorias das Relações Internacionais efetuada, abordar-se-á, na subsecção seguinte, um conceito de extrema complexidade e, ao mesmo tempo, intrinsecamente conectado ao processo de construção da paz: segurança.

1.1.5. Segurança

A segurança caracteriza-se como um conceito de extrema importância e complexidade no panorama da política e das relações internacionais, não possuindo, desta forma, uma definição simplificada e concreta.

Ora, tendo como base a teoria realista das relações internacionais, a segurança revela-se como a principal preocupação dos estados, sendo apenas alcançada uma vez que as ameaças à mesma sejam travadas ou controladas por meio da força, devendo os governos, neste sentido, conservar a sua própria coesão no que remete à interação com o outro (Schäfer, 2013), desta forma, de acordo com a concepção em questão, os estados revelam-se como as únicas unidades que podem, efetivamente, prometer segurança, e, por sua vez, a consolidação do poder do estado é a única forma viável de realizar essa promessa (Booth, 2001). Por outro lado, e à luz da teoria liberal, a segurança pressupõe a existência da liberdade individual, da liberdade do mercado, e ainda da associação pacífica e voluntária da sociedade civil, e, neste sentido, apenas poderá ser alcançada através da via da democracia e das instituições subjacentes, bem como das organizações internacionais que devem, assim, assegurar a diplomacia e a manutenção da lei (Dantas, 2014). Já de acordo com o modelo construtivista social, a segurança apresenta-se como um conceito intrínseco à interação, ou seja, “a segurança é percebida como resultado da interação entre diversos atores” sendo, portanto, um conceito “intersubjetivo” (Schäfer, 2013, p.5). Efetivamente, de acordo com a teoria construtivista social, a segurança apenas será alcançada através da via da negociação.

De facto, segundo Sousa & Mendes (2014, p.216), “a segurança não é uma modalidade de ação, nem tão-pouco um estado adquirido ou estático. O estar seguro

pressupõe o conceito de defesa, mas vai para além dele, pois refere-se a objetivos a alcançar para além da própria sobrevivência”.

Para Wolfers (1962, p.149) “a segurança, num sentido objetivo, mede a ausência de ameaças aos valores adquiridos, num sentido subjetivo, a ausência de medo de que esses valores sejam atacados”.

Por outro lado, a aquisição de uma importância crescente da segurança internacional, que surge após a Guerra Fria e no decorrer da guerra da Bósnia-Herzegovina, demonstra a importância estrutural deste conceito nas relações internacionais. Efetivamente, a carta da ONU (Carta das Nações Unidas, 1945) tinha como principal foco a paz e a segurança, constando no artº1:

“Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas colectivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz; desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal”.

O conceito de segurança internacional sofreu, neste sentido, uma evolução na medida em que o conceito tradicional apenas considerava a dimensão militar, face a ameaças de ataque externo ou instabilidade interna. O fim da Guerra Fria e a intensificação do processo de globalização trouxeram, no entanto, novas considerações de carácter político, económico, social, cultural, ambiental e ecológico devido ao surgimento de novas ameaças, tais como, o terrorismo internacional, as alterações climáticas, a criminalidade organizada internacional, a pobreza, entre outros (Sousa & Mendes, 2014).

Por sua vez, a preocupação com o Homem passa a ocupar um lugar de destaque no âmbito da segurança. Em 1994, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) procedeu à elaboração do Relatório do Desenvolvimento Humano - redigido anualmente desde 1990 - onde é privilegiada a segurança humana, passando a existir uma nova abordagem centrada no indivíduo ao invés do estado. De facto, atualmente, existe um foco no que remete à proteção dos direitos humanos, bem como, à proteção contra o crime e violência, e é igualmente enfatizado o desenvolvimento sustentável (Schäfer, 2013). Este foi, efetivamente, considerado um marco fundamental na mudança do paradigma associado ao conceito de segurança, tendo sido a ONU, o principal precursor da propagação do conceito em questão.

A segurança é, portanto, considerada atualmente como um conceito universal e multidisciplinar a que todos os seres humanos têm direito. É também interdependente, na medida em que deve existir um espaço de cooperação de diversa índole entre atores internacionais em várias áreas, nomeadamente política, militar, económica, ambiental, entre outras, para que sejam estabelecidas bases para resolução de diferendos, sendo assim, igualmente privilegiado, o conceito de segurança global (Sousa & Mendes, 2014). A segurança depende também, contudo, da ação isolada dos países e baseia-se na prevenção e na humanidade. Neste sentido, a segurança humana caracteriza-se como uma prioridade internacional (Gouveia, 2013).

Em suma, a segurança deve garantir e proteger os direitos, deveres, valores e liberdades fundamentais dos indivíduos e das sociedades:

“The world will never be secure from war if men and women have no security in their homes and in their jobs” (Human Development Report, 1994, p. 24).

Na secção seguinte será realizado um enquadramento histórico relativo à evolução das organizações internacionais.

1.2. Enquadramento histórico

1.2.1. Evolução das organizações internacionais

Apesar de possuir um impacto mais significativo a partir do século XIX, o estudo aprofundado e alargado da transição de poderes para organizações de carácter internacional, mediadoras de conflitos e instrumentos de cooperação, bem como capazes de intervir em determinados assuntos de perigosidade iminente, surge ao longo da história da humanidade, mais concretamente desde os períodos clássicos. Desta forma, pode afirmar-se que o conceito de organização e as suas abrangências se caracteriza por uma enorme complexidade, ambiguidade, e ainda paradoxalidade (Jönsson, 2013).

Por conseguinte, previamente a Tucídides ter discutido os conceitos de diplomacia, tratados e alianças, há cerca de dois milénios atrás, a realização de acordos mútuos de comércio, ou pacificação, entre diversas comunidades já se revelava uma prática comum (Dai, Snidal & Sampson, 2010). Um exemplo de tal remete para o surgimento da Liga de Delos, que contribuiu para facilitar a cooperação entre as várias cidades-estado gregas, tal como a Liga Hanseática, uma associação de cidades do Norte da Europa que durou cerca de seis séculos, nomeadamente entre o século XI e XVII, tendo como principal objetivo potenciar o comércio entre várias cidades. Neste sentido, ambos os exemplos podem ser percecionados como paradigmáticos da cooperação internacional, em prol de um motivo comum, e consideradas as congéneres primevas das organizações internacionais modernas, amplamente conhecidas, com colocação cronológica no século XX (Herz & Hoffman, 2004). Alguns dos principais teorizadores da transformação do sistema internacional - como Emeric Crucé, Abbé de Saint Pierre e Immanuel Kant - desenvolveram propostas precursoras das organizações internacionais modernas, sendo que, por sua vez, muitas das normas definidoras das relações entre estados surgiram das Conferências de Estados, prática comum do século XVI, como por exemplo, o estabelecimento de um mar territorial que estendia a soberania (Herz & Hoffman, 2004). Ora, a importância das teorizações em questão remeteu para a necessidade de aplicação de uma regra comum, que deveria ser aplicada a todos os estados, de forma a ser mantido o equilíbrio. Contudo, importa mencionar que, apesar da antiguidade reconhecida, o estudo da cooperação internacional é, com efeito, recente, tendo o conceito de cooperação se cristalizado, mais concretamente na década de 1980 (Dai, Snidal & Sampson, 2010), como uma prática institucionalizada de coordenação

comportamental de atores independentes e, por conseguinte, com interesses particulares em jogo, sendo que para o necessário cumprimento de uma generalidade de objetivos, não devem ser levados como primazes tais interesses particulares, em detrimento da vontade geral (Dai, Snidal & Sampson, 2010), ou seja, jamais deve permitir-se que os interesses particulares impeçam a normalização da cooperação, sendo que o bem-estar de uma parte deve depender de um coletivo, ao invés de si próprio.

A realidade vivenciada na segunda metade do século XIX permitiu, efetivamente, que organizações com poderes supranacionais começassem a surgir para mediar conflitos, bem como para se apresentarem enquanto o fiel da balança. Semelhantemente, diversas organizações não governamentais (ONGs) surgem também nesta altura, como por exemplo a Cruz Vermelha, sendo que no final do século XX contavam-se já 27 mil organizações deste tipo (Sousa & Mendes, 2014).

Com a Revolução Industrial, e os consequentes progressos a nível industrial/comercial, novas ambições nascem por parte das potências europeias, mais concretamente no que respeita à dominação imperial e à exploração territorial, interesses esses que chocaram, por sua vez, entre si, devido à denominada “Corrida a África” que surge no seguimento da Conferência de Berlim de 1884. Por conseguinte, quando o estado-nação torna-se exangue na resolução de conflitos, consequência decorrente das crescentes relações económicas, bem como de uma maior interação entre as elites europeias, surgem, efetivamente, as condições ideais para a produção de um organismo novo, capaz de se responsabilizar por tal tarefa. Desta forma, apesar do Congresso de Viena, em 1815, ter procurado criar um organismo com tal substância e poder jurídico, apenas as regras da diplomacia ficaram, efetivamente, estabelecidas (Frederking & Diehl, 2015). Neste sentido, um dos momentos definidores do surgimento e efetiva existência das organizações internacionais remete para a Conferência de Haia, em 1899, proposta por Nicolau II - último czar russo - com o intuito de se proceder ao desarmamento generalizado das nações face a uma Europa que se encontrava em tumultos constantes. Por sua vez, o grau de institucionalização que surgiu em Haia, previa técnicas que só seriam utilizadas posteriormente, mais precisamente pela Sociedade das Nações, bem como pela Organização das Nações Unidas, como o estatuto de jurisdição sobre os países inseridos nas organizações mencionadas (Herz & Hoffman, 2004). Importa, contudo, destacar que a primeira organização a institucionalizar as relações entre os países de uma determinada região

foi, efetivamente, a União Internacional dos Estados Americanos, saída da Conferência Pan-Americana de 1889 que procurava, por conseguinte, limitar a Doutrina Monroe de intervenção militar dos Estados Unidos da América nos demais territórios do continente americano (Dwivedi, 2012).

Neste sentido, o desenvolvimento económico, a consequente inovação a nível tecnológico, o surgimento de novos estados a integrar o sistema internacional, nomeadamente após a erradicação imperial, bem como as grandes guerras mundiais, favoreceram a proliferação do número de organizações internacionais e organizações não governamentais, mais precisamente a partir do século XX (Herz & Hoffman, 2004).

O termo “organização internacional” é, assim, oficialmente reconhecido - ainda que indiretamente - aquando do surgimento da Sociedade das Nações, mais concretamente pelo Artigo 23, que sugere a necessária criação de organizações capazes de promover a cooperação internacional. Contudo, apenas após a II Guerra Mundial, o conceito em questão se tornou, efetivamente, reconhecido, passando a ser utilizado pelas próprias organizações (Rittberger, Zangl & Kruck, 2012).

Desta forma, em 1945, é criada a Organização das Nações Unidas, a principal organização de carácter internacional atual, sendo que na subsecção seguinte abordar-se-á a sua origem, funcionamento, e ainda as suas funções subjacentes.

1.2.2. Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas caracteriza-se como uma organização internacional criada após a II Guerra Mundial, cujo principal intuito remete para a cooperação entre os diversos países intervenientes (estados-membros). De facto, a ONU tem como objetivos a promoção e salvaguardada segurança internacional, da legislação existente, do desenvolvimento económico sustentável, da evolução social, dos direitos humanos e da paz mundial (Fernandes, 2011). Contudo, importa referir que a ideia da criação de uma organização com fins políticos equitativos, que gerisse os interesses gerais, numa perspetiva de continuidade e permanência, surgiu muito antes da II Guerra Mundial. Com efeito, a ideia da criação de uma organização que se mantivesse imparcial e que protegesse o sistema, sem estar refém de vantagens políticas ou económicas surge após a I Guerra Mundial (Fisas, 1998):

“Com a intensificação da corrida a uma ‘paz armada’ e a consciência que a declaração de guerra da Áustria à Sérvia (com o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando da Áustria, em Sarajevo, a 28 de Junho de 1914) arrastaria inevitavelmente todas as potências Europeias para uma guerra generalizada, começava a fazer sentido que as relações internacionais fossem conduzidas por OI’s. Em 1918, o mundo do pós-guerra precipitava a materialização prática deste ensejo, durante anos reduto exclusivo de teóricos e académicos” (Xavier et al., 2007, p. 14).

Após o término da I Guerra Mundial, no dia 8 de Janeiro de 1918, o Presidente Norte-americano Woodrow Wilson - 28º Presidente dos EUA - dirigiu-se ao Congresso Nacional para apresentar um documento com catorze alíneas cujo objetivo remetia para a reposição da paz. O documento em questão privilegiava a liberdade, o desenvolvimento, a autonomia, a imparcialidade e a criação da Sociedade das Nações (SDN), projeto que seria, posteriormente, considerado o principal antecedente da ONU (Nascimento, 2007). A Assembleia da SDN era representada por todos os estados-membros aderentes. Já no que remete ao Conselho, este encontrava-se representado por nove membros, cinco permanentes, nomeadamente EUA, Reino Unido, Itália, Japão e França, e quatro não permanentes, que seriam designados pela Assembleia (Kissinger, 1994). O Pacto Fundador da SDN incluiu 26 artigos que realçavam princípios estruturais, sustentados essencialmente em premissas como a preservação da paz e a prevenção de conflitos. Neste âmbito, os diferentes estados-membros comprometiam-se a agir conjuntamente contra outros estados, membros ou não da SDN, que violassem os princípios do Direito Internacional. Efetivamente, foram elaboradas duras regras para que o cumprimento dos princípios do Direito Internacional fosse levado a cabo, nomeadamente exclusão de estados-membros que atentassem contra a paz; cessação de todas as relações comerciais com países infratores; prevenção da guerra - art.º 12 do Pacto da SDN - através da recorrência a outros métodos promovidos pela organização, tais como, arbitragem, decisão judicial ou apreciação pelo Conselho, entre outros (Saraiva et al, 2013):

“(...) considerando que, para desenvolver a cooperação entre as nações e para lhes garantir paz e segurança é necessário: aceitar certos compromissos tendentes a evitar a guerra, manter publicamente relações internacionais fundadas na justiça e na honra, observar rigorosamente as prescrições do direito internacional, reconhecidas de hoje em dia como regra de procedimento efetivo dos Governos; fazer imperar a justiça e respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos tratados nas relações entre os povos organizados, adotam o presente pacto que cria a Sociedade das Nações” (SIMUNA, 2015, p. 17).

Contudo, e apesar de todos os esforços executados, a SDN não conseguiu evitar ser observada como o prolongamento da Conferência de Versalhes, onde os vencedores da I Guerra Mundial procederam a uma disputa na definição dos termos da paz e na sua coação ao inimigo, “(...) excessivamente onerosos para promoverem a reconciliação e insuficientemente severos para garantirem a subjugação” (Ribeiro, 1998, p. 19). De facto, posteriormente, em 1939, confirmavam-se os sinais lançados nas décadas anteriores, a SDN falhou na sua missão fundamental - não permitir que houvesse outra guerra à escala mundial - em grande parte devido ao facto de o conceito de segurança coletiva, como forma de solução para os conflitos não encontrar suporte em termos de mecanismos de responsabilização, para que os estados renunciassem totalmente do seu direito de guerra (Azambuja, 1995):

“Não admira, por isso, que ao não se definir expressamente as competências da Assembleia ou do Conselho em termos de intervenção efetiva na resolução de conflitos, se mantivessem as ambições expansionistas dos Estados-membros, a começar pelos fundadores e permanentes: Japão invade a Manchúria; a Itália invade a Etiópia; a Alemanha reocupa a Renânia, anexa a Áustria e invade a Checoslováquia. Por tudo isto, o descrédito era generalizado e o balanço pouco positivo, com as

expectativas iniciais a corresponder muito pouco à realidade conhecida” (Xavier et al., 2007, p. 24).

Importa, contudo, salientar que a SDN deixou no seu legado a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tinha o propósito de fomentar a melhoria das condições de trabalho em todo o mundo, reduzindo as tensões e desigualdades sociais. De facto, a OIT possuía uma estrutura extremamente inovadora para a época em questão, devido à existência de uma representação tripartida entre estados, entidades sindicais e patronato (Pires, 2016).

Já durante a II Guerra Mundial (1939-1945), os aliados encontravam-se fortemente dedicados em reorganizar todo o sistema internacional e neste sentido, a 14 de Agosto de 1941, Winston Churchill - Primeiro-Ministro Britânico - e Roosevelt - Presidente Norte-americano - apresentaram a Carta do Atlântico, onde constavam seis princípios fundamentais:

“1. O direito de todos os povos à segurança das suas fronteiras; 2. O direito dos povos de escolherem a forma de governo sob a qual desejam viver; 3. A igualdade de todos os Estados, vitoriosos e vencidos, de acesso às matérias-primas e de condições de comércio; 4. A promoção da colaboração entre as nações com o fim de obter para todos melhores condições de trabalho, prosperidade e segurança social; 5. A liberdade de navegação; 6. O desarmamento” (Ribeiro, 1998, p. 33).

Por sua vez, no ano seguinte, 26 Estados - entre os quais a URSS e a China - já tinham aderido aos princípios apresentados na Carta do Atlântico e desta forma, é assinada formalmente, em Washington, a Declaração das Nações Unidas, que será o impulso para a posterior criação da ONU. Um ano depois, a 1 de novembro de 1943, é assinada a Declaração de Moscovo após um encontro entre quatro países,

nomeadamente EUA, Reino Unido, URSS e China. Com efeito, com esta declaração, é explicitamente formulada pela primeira vez:

“A necessidade de estabelecer o mais rapidamente possível, uma Organização Internacional fundada no princípio de uma igual soberania de todos os Estados pacíficos, organização de que poderão ser membros todos esses Estados pacíficos, grandes e pequenos, a fim de assegurar a manutenção da paz e da segurança internacional” (Buerghenthal, 1988, p. 107).

Ora, após a II Guerra Mundial, a partir dos anos 50, começaram a surgir uma série de organizações internacionais com propósitos e extensões geográficas mais restritas, bem com, objetivas, e, simultaneamente, mais coerentes com novos desafios e prioridades em termos de colaboração económica e militar (Pinto, 2014). A ONU será, efetivamente, uma dessas organizações, que saberá utilizar o legado deixado pela SDN aproveitando todo o seu trajeto e procedendo a melhorias relativamente aos problemas verificados (Azambuja, 1995).

Neste sentido, em 1944, ocorre a Conferência de Dumbarton Oaks, orientada pelos princípios da SDN, baseados na paz e segurança mundial, tendo sido, desta forma, retomada a oportunidade de negociações. Esta conferência despoletou, por conseguinte, uma outra, realizada no dia 25 de Abril de 1945 - a Conferência Internacional em São Francisco, nos EUA - onde compareceram representantes das três grandes potências vencedoras da II Guerra Mundial, nomeadamente os EUA, Reino Unido e URSS, bem como a China, na qualidade de potência convocada. Nesta conferência nasceu a Carta das Nações Unidas que entrou formalmente em vigor a 24 de outubro de 1945 (o Dia Oficial da ONU). Esta carta foi validada por 2/3 dos 51 estados fundadores e pelos “cinco grandes”: EUA, França, URSS, Reino Unido e China. Mais tarde, já no ano seguinte, foi convocada uma sessão da Assembleia em Genebra, entre os dias 8 e 18 de abril de 1946, onde foram oficialmente transferidos os bens e recursos da SDN para a recém-criada ONU. Contudo, de forma a salvaguardar o envolvimento dos EUA, a sede

da ONU foi estabelecida em Nova Iorque e não em Genebra, devido à ligação à extinta SDN. (Saraiva et al, 2013).



Figura 1 - UN Photo/Yould. (1945). *The San Francisco Conference: The United States Signs United Nations Charter.*

Assim, nasceu oficialmente a ONU, que se caracteriza como uma organização internacional, intergovernamental, com orientação universal, que não tem como objetivo, no entanto, substituir os estados nem tornar-se num governo mundial. A OI em questão foi formada com o objetivo geral da “(...) concertação a nível político, sem prejuízo de prosseguirem uma multiplicidade de fins específicos, normalmente definidos em termos muito amplos” (Ribeiro, 1998, p. 95). Embora a ONU seja associada, comumente, à manutenção da paz e à segurança internacional, os seus objetivos vão muito além disso, sendo apresentados logo no primeiro artigo da Carta. De facto, os objetivos em questão são amplos e genéricos, de forma a abranger diversos temas preocupantes para a organização, tais como, a cooperação económica, social,

política, humanitária, militar, cultural e técnico-científica. Segundo Chaumont (1992, p. 77):

“A ONU é uma organização de nações soberanas - não um governo mundial -, que proporciona uma estrutura capaz de intervir na procura de soluções em disputas ou problemas, e virtualmente em qualquer assunto que concerne à humanidade”.

Em suma, pode concluir-se que a ONU é orientada por quatro princípios (Vaisse, 1996):

1. É uma associação formada por Estados voluntários, baseada no Direito Internacional.
2. É formada por um Tratado que vincula todos os Estados, motivando-os a não serem, ou virem a ser, subscritores de outros atos de Direito Internacional que violem os seus deveres, enquanto membros da ONU.
3. Possui uma constituição - Carta das Nações Unidas - que regulamenta e orienta as relações entre os Estados.
4. É dotada de personalidade jurídica, ou seja, é juridicamente independente dos seus membros, já que possui órgãos e instituições próprias, criadas para materializar todos os objetivos comuns da organização.

De acordo com Kissinger (1995), o bom funcionamento da ONU constitui um dos grandes desafios deste século, já que possuiu sua origem a partilha, assente num universo de perspectivas e conflitos violentos. Destaca-se, por último, a importância de suscitar e fomentar a paz e a segurança coletiva, apelando a todos os estados-membros que contribuam positivamente, englobando todos os aspetos associados a estas temáticas.

Posteriormente, irá ser realizada uma contextualização histórica do conflito armado despoletado no território da Bósnia-Herzegovina.

1.2.3. Guerra da Bósnia-Herzegovina

A guerra da Bósnia-Herzegovina caracterizou-se pela afirmação de três etnias com diferentes visões político/religiosas, nomeadamente bósnios, croatas e sérvios. O conflito teve a duração de três anos (1992-1995), tendo culminado, conseqüentemente, em milhares de mortos e em atos de extrema violência (Johnstone, 2005).

De acordo com Rados (1999, p.177), “a guerra na Bósnia-Herzegovina foi uma guerra civil, tribal, étnica, religiosa e propagandista”.

De facto, a Bósnia-Herzegovina é um território etnicamente diverso e o conflito teve origem na ascensão de fervores nacionalistas que culminaram na violação dos direitos humanos, tendo sido praticados crimes de ódio extremamente violentos:

“No início dos anos 1990 a Jugoslávia era um país com dois alfabetos (cirílico e latino), três línguas (esloveno, macedônio e servo-croata), quatro religiões (católica, ortodoxa, muçulmana e judaica), cinco nacionalidades (eslovena, croata, sérvia, muçulmana e macedônia) além de várias minorias nacionais como húngaros, búlgaros, albaneses, etc., e seis repúblicas (Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia Herzegovina, Macedônia e Montenegro). Foi nessa colcha de retalhos que se deu a guerra civil do final do século XX” (Aguilar& Mathias, 2012).

Contudo, e apesar de a guerra se ter despoletado oficialmente no ano de 1992, importa expor os acontecimentos antecedentes que conduziram às hostilidades.

Em 1918, após a I Guerra Mundial, o território da Bósnia-Herzegovina fazia parte do denominado “Reinodos Sérvios, Croatas e Eslovenos”, chefiado pela dinastia sérvia dos Karadjordjevic, tendo sido, posteriormente, alterada a designação para Reino da Jugoslávia. Após a II Guerra Mundial, a Bósnia-Herzegovina integrou a denominada República Socialista Federativa da Jugoslávia, juntamente com os territórios Esloveno, Croata, Sérvio, Macedônio e Montenegro. A constituição e conseqüente governação da República Socialista Federativa da Jugoslávia foi levada a cabo pelo general comunista

Josip Broz Tito, revolucionário e símbolo do movimento de resistência da Jugoslávia aquando da II Guerra Mundial - período durante o qual os territórios em questão se encontravam ocupados pelas forças fascistas alemã e italiana - efetivamente, Tito tornou-se o Primeiro-ministro da Jugoslávia a 29 de novembro de 1945, permanecendo no cargo até 14 de janeiro 1953, ano durante o qual assume a presidência vitalícia, até à sua morte no ano de 1980 (Rocha Almeida, 2012).

Após a morte do general Tito, defensor da união entre as diversas etnias, a República Socialista Federativa da Jugoslávia mantém-se até 1991, no entanto, o fim da guerra fria e o conseqüente desmembramento do bloco comunista que conduziram a uma mudança de cenário geopolítico e a crises de diversa índole, bem como o surgimento de sentimentos nacionalistas, impulsionaram a vaga independentista que ficaria marcada pelo violento conflito despoletado na Bósnia-Herzegovia.

Efetivamente, no ano de 1991, a Eslovénia, Croácia e Macedónia declaram independência da República Socialista Federativa da Jugoslávia, ao passo que a Sérvia e Montenegro formaram a denominada República Federal da Jugoslávia. A declaração de emancipação da República da Eslovénia culminou num conflito de pequena escala que teve a duração de dez dias, conflito esse pautado por confrontos entre o exército esloveno e o exército jugoslavo, que havia sido mobilizado com o objetivo de defender a República Socialista Federativa da Jugoslávia, tendo sido, contudo, mal sucedido, uma vez que foram cometidos erros a nível tático e estratégico que facilitaram o cerco por parte do exército esloveno (Rocha Almeida, 2012). Após a autodeterminação da Eslovénia, a Croácia seguiu o exemplo, no entanto, no caso da emancipação da Croácia originou-se um conflito que teve a duração de sete meses, tendo sido significativamente mais violento, e marcado, sobretudo, por confrontos entre membros das etnias croata e sérvia, cujos nacionalismos exacerbados conduziram a hostilidades contínuas no seio da Federação. O conflito apenas terminou através de um acordo mediado internacionalmente e da mobilização de uma força de manutenção de paz, por parte da ONU, contudo, importa salientar que o ambiente permaneceu hostil (Cutileiro, 2003). Por último, no que remete à autodeterminação da República da Macedónia, esta foi levada a cabo, oficialmente, em 8 de setembro de 1991, tendo sido realizado um referendo que contou com 95,26% dos votos a favor da independência. Esta aprovação maioritária por parte da população conduziu, por sua vez, à aprovação e consentimento da Comunidade Europeia (Drebes, 2012).

Neste sentido, o culminar da desintegração da República Socialista Federativa da Jugoslávia dar-se-ia com a declaração de independência do território da Bósnia-Herzegovina, e do conseqüente conflito gerado.

Ora, a guerra da Bósnia-Herzegovina iniciou-se, oficialmente, após as eleições de Sarajevo que resultaram numa coligação dos três partidos étnicos - bósnios, croatas e sérvios - de facto, “o poder executivo era exercido por uma câmara composta por dois muçulmanos, dois croatas, dois sérvios e um representante das etnias minoritárias, garantindo o acesso ao poder aos diferentes grupos étnicos bósnios” (Cousens & Cater, 2001, p. 27). Contudo, não obstante a eleição em questão, foi realizado um referendo relativo à independência da Bósnia-Herzegovina levado a cabo pelo líder bósnio do Partido de Ação Democrática, Alija Izetbegovic, que contou com o apoio de grande parte da população de origem muçulmana, bem como dos croatas católicos. Desta forma, o líder do Partido de Ação Democrática assumiu o poder do governo, procedendo à declaração da independência da Bósnia-Herzegovina com o intuito de criar um estado islâmico (Johnstone, 2005). Neste sentido, com a predisposição por parte da Comunidade Europeia em reconhecer oficialmente a independência da Bósnia-Herzegovina, a tensão aumentou significativamente devido à oposição e boicote dos sérvios que se manifestaram contra o objetivo em questão, tendo em conta que apenas pretendiam manter a Federação das Repúblicas Jugoslavas. Também os croatas, que inicialmente apoiaram a independência pretendida pelos bósnios, recebiam a criação de um futuro estado islâmico, tendo, desta forma, posteriormente, se posicionado contra a independência (Cutileiro, 2003).

Na verdade, os líderes bósnio sérvio - Radovan Karadžić - e bósnio croata - Mate Boban - tentaram conceber uma alternativa à autodeterminação da Bósnia-Herzegovina, através da assinatura denominado Acordo de Graz, no dia 6 de maio de 1992, cujo objetivo se prendia com a divisão do território da Bósnia-Herzegovina em duas entidades, nomeadamente a República Sérvia da Bósnia-Herzegovina, e a República Croata da Bósnia-Herzegovina, que não contou, contudo, com o apoio dos bósnios muçulmanos. Neste sentido, a tentativa de negociações pacíficas entre o líder sérvio e o líder bósnio não se revelou bem sucedida, e, em Abril de 1992, a Comunidade Europeia, bem como os Estados Unidos da América, procederam ao reconhecimento oficial da independência da Bósnia-Herzegovina, proclamada pelo líder bósnio, Alija

Izetbegovic (Rocha Almeida, 2012). Assim, eclodiu o conflito mais longo e violento ocorrido em território europeu após a II Guerra Mundial.

Com efeito, a guerra da Bósnia-Herzegovina caracterizou-se pelos confrontos diretos e extremamente violentos entre as diversas etnias. Os membros pertencentes à etnia sérvia, apoiados pelo Exército Nacional Jugoslavo, combatiam as forças bósnias e croatas que, por sua vez, combatiam igualmente entre si, sem existir distinção entre militares e civis. Durante este período negro importa destacar o cerco de Sarajevo. De facto, a capital da Bósnia-Herzegovina encontrou-se cercada desde o dia 5 de Abril de 1992 a 29 de Fevereiro de 1996, sendo considerado o maior cerco a uma capital, na história militar contemporânea. Bombardeamentos constantes e escassez de recursos vitais, tais como água e comida, fizeram, efetivamente, parte do dia-a-dia da população durante todo o cerco (Mello Valença, 2006).



Figura 2 - Gervasio Sánchez. (1993). *Coches aparcados en batería*. Sarajevo.

Desde o início da guerra, a ONU tentou alcançar uma solução diplomática viável para a crise em causa tendo protagonizado uma série de tentativas políticas. Neste

sentido, na fase inicial do conflito em 1991, a ONU, em conjunto com a Comunidade Europeia, tentaram efetivamente, impedir a dissolução da Jugoslávia e, conseqüentemente, evitar a guerra civil na Bósnia-Herzegovina através de diversos empreendimentos políticos e diplomáticos exequíveis, face à crise que se tinha instalado (Calvocoressi, 2011). Desta forma, foram enviados representantes para reunirem com os líderes das repúblicas, tendo em vista uma solução viável para os diversos conflitos despoletados nos Balcãs. Contudo, e face às várias tentativas, tornou-se, de facto, evidente a impossibilidade de reunificação da Jugoslávia e o estabelecimento da paz (Aguilar, 2003).

Já em agosto de 1992 constituiu-se, em Genebra, a Conferência Internacional para a ex Jugoslávia, a qual foi presidida por um representante das Nações Unidas e por um representante da Comunidade Europeia, tendo sido caracterizada enquanto fórum de discussões e de negociações entre todas as partes envolvidas no conflito. Posteriormente, e já em 1993, a ONU aprovou o Plano de Ação Conjunta, o qual foi estabelecido por diversos países, nomeadamente EUA, Rússia, França, Reino Unido e Espanha, com o intuito de reposição da paz, ainda que no âmbito das várias discussões que se seguiram, não se tenha chegado a um consenso (Apostolava, 1994).

Desta forma, as diversas tentativas de celebração de acordos políticos com o objetivo do cessar-fogo não se revelaram bem-sucedidas, devido, em grande parte, à falta da coerção necessária para levar as partes envolvidas no conflito a cumprir o acordado. Assim, o conflito na Bósnia-Herzegovina ficou marcado por táticas de guerra desumanas, tais como, tortura, utilização de campos de concentração, violações em massa, e práticas de genocídio, através de massacres e assassinatos (Mello Valença, 2006).

Não obstante o ponto extremo de violência, dada a atrocidade dos atos cometidos durante a guerra em questão, que posteriormente culminou na percepção da imperatividade do encontro de uma solução, o acordo consensual entre as três partes envolvidas ocorreu apenas em Agosto de 1995, após a ocorrência do massacre mais sangrento verificado em território europeu, após a II Guerra Mundial. Ora, o massacre em questão aconteceu na localidade de Srebrenica, mais concretamente onde cerca de 7 mil muçulmanos, prisioneiros dos soldados bósnios sérvios, acabaram por ser assassinados pelos mesmos “depois de conquistarem sem combate uma «área segura»

sob proteção das Nações Unidas” (Cutileiro, 2003, p. 71). Por outro lado, e de acordo com a perspectiva de Johnstone (2005), o caso de Srebrenica terá resultado de um plano delineado pelos bósnios muçulmanos com o objetivo da intervenção da OTAN no conflito.

Com efeito, importa enfatizar que o término da guerra se deveu à interferência das potências ocidentais em finais de 1995, uma vez que apenas com o auxílio das mesmas foi possível delinear todos os termos das negociações, e, desta forma, agradar a todas as partes envolvidas - bósnios muçulmanos, croatas católicos e sérvios ortodoxos - resultando na assinatura do Acordo de Dayton, que consiste, essencialmente, na Constituição da Bósnia-Herzegovina através da divisão do território em duas entidades autónomas, nomeadamente a Republika Srpska (ou República Sérvia, representando cerca de 49% do território) e a Federação da Bósnia-Herzegovina (muçulmano/croata, representado cerca de 51% do território) (Peres, 2013).

Desta forma, no dia 21 de Novembro de 1995 foi assinado o acordo marco geral da paz, na base norte-americana de Dayton, mais precisamente pelos líderes da Croácia, da República Federativa da Jugoslávia e da Bósnia-Herzegovina, o qual preconizava o compromisso de finalizar todas as controvérsias através de meios pacíficos, abstendo-se de ameaças e do uso da força. Para além da proteção dos direitos humanos e dos refugiados, o acordo em questão possibilitou o regresso dos mesmos, bem como o esclarecimento de todos os crimes de guerra e a consequente condenação por todos os massacres perpetrados (Conceição, 2006). Após a assinatura do acordo de Dayton realizou-se a Conferência de Implementação da Paz, em Londres, a qual culminou, por sua vez, na assinatura oficial do Acordo de Paz, conduzido pelo Secretário de Estado norte-americano - Warren Christopher - e assinado no dia 14 de dezembro de 1995, em Paris, pelos presidentes croata - Franjo Tudjman - sérvio - Slobodan Milosevic - e bósnio - Alija Izetbegovic -. Na sequência do acordo foram atribuídas duas tarefas, em particular, à ONU, mais precisamente a coordenação da assistência humanitária e a liderança em todas as ações relacionadas com refugiados e desalojados, bem como o auxílio a todas as partes envolvidas no cumprimento da lei (Apostolava, 1994).



Figura 3 - Picture-Alliance. (1995). *Os presidentes Milošević, da Sérvia, Izetbegović, da Bósnia-Herzegovina, Tuđman, da Croácia, e o negociador da UE, em Dayton.*

Por conseguinte, o acordo de Dayton acaba por reconhecer as nacionalidades bósnia, croata e sérvia, bem como os seus respetivos idiomas, sendo, portanto, reconhecida a diversidade étnica e cultural presente no território. As restantes minorias nacionais, ou os filhos de casamentos mistos, não são considerados como sendo membros de um grupo em específico, no entanto, os direitos sociais, culturais e políticos acabam por depender diretamente da inclusão do indivíduo numa das duas entidades estabelecidas pelo acordo em questão, motivo pelo qual, e para se ser cidadão da Bósnia-Herzegovina, é indispensável que o indivíduo possua uma nacionalidade específica e habite numa das duas entidades referidas (Peres, 2013).

Por último, no que remete ao poder político, também este foi alvo de uma divisão com o intuito de se assegurar o equilíbrio entre as etniasco-existent. De facto, ambas as entidades detêm o seu próprio governo, parlamento, bem como forças de segurança, existindo, assim, poucos órgãos do governo comum, sendo que um deles remete para a presidência rotativa formada por três integrantes distintos, os quais representam as diferentes nacionalidades. Por sua vez, os representantes das diferentes nacionalidades detêm poder de veto, mais concretamente no que diz respeito à resolução do governo central, tratando-se, portanto, de uma forma de governação tripartida (Peres,

2013). Neste sentido, a situação política na Bósnia-Herzegovina revela-se complexa, tal como é defendido por Džihana e Jusić (2008, p. 85):

“The range of power-sharing mechanisms is so far-reaching and extensive that they tend to paralyze the political system, making it extremely difficult to propose and undertake policy reforms in any area”.

Em suma, existe no território da Bósnia-Herzegovina uma co-existência entre as diversas etnias, nomeadamente sérvia, croata e bósnia, imposta pelos diversos acordos de paz celebrados desde o término da guerra, em 1995. Contudo, e paradoxalmente, a estrutura fragmentária criada aquando do Acordo de Dayton é, com efeito, responsável por uma segregação da população. Ademais, têm-se revelado bastante complexa e burocrática, prejudicando, desta forma, a política socioeconómica do país e discriminando as restantes minorias residentes no território em questão.

Seguidamente, serão descritas as missões desenvolvidas e incrementadas pela ONU, em parceria com outras instituições, no decorrer e pós-guerra da Bósnia-Herzegovina

1.2.4. Missões de paz conduzidas pela ONU

A Organização das Nações Unidas reproduziu, efetivamente, a sua maior atuação em toda a sua história na guerra da Bósnia-Herzegovina, bem como nos restantes conflitos ocorridos na região dos Balcãs, tendo sido levados a cabo diversos tipos de missão de paz, que na sua totalidade, remetem para sete (Aguilar, 2003).

Neste sentido, a intervenção em questão pode ser compreendida e dividida em três fases, nomeadamente num primeiro momento, o mandato foi exclusivamente humanitário, no qual praticamente todas as atividades giraram em torno da distribuição de ajuda; num segundo momento incluiu a proteção das áreas de segurança, a retirada de armas das áreas de exclusão e o controlo dos acordos de cessar-fogo a nível local;

num terceiro momento, foram monitorizados os acordos de cessar-fogo e realizados os procedimentos habituais num contexto pós-guerra, nomeadamente o trabalho de reconstrução do *status* jurídico e institucional dos estados afetados pelos conflitos, com o objetivo de consolidar a paz, bem como suportar e auxiliar a nova ordem institucional e financeira (Nascimento, 2007).



Figura 4 - Mikhail Evstafiev. (1992). *A United Nations peacekeeper from Norway holds his helmet as a Hercules C-130 transport plane lands at Sarajevo airport in the summer of 1992.*

Ora, as operações de paz são regidas por um conjunto de princípios e estatutos, que estabelecem de que forma o Direito Internacional Humanitário deve ser respeitado. Segundo Garcia (2004, p.150):

“Entende-se por operações de manutenção da paz e ajuda humanitária todas aquelas operações que, realizadas sob o mandato expresso do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mediante a correspondente resolução,

permitem tanto o cese como a prevenção das hostilidades, através da interposição física de uma terceira parte organizada ou a imposição de medidas coercitivas - económicas, logísticas, políticas - que permitam o estabelecimento e conseguinte manutenção da paz, e tudo isso com o único objetivo de fazer chegar ajuda humanitária às partes em conflito mais desfavorecidas.”

Desta forma, as diversas missões de paz protagonizadas pela ONU no seio dos inúmeros conflitos gerados na ex República Socialista Federativa da Jugoslávia, enumeram-se da seguinte forma:

1. UNPROFOR - A United Nations Protection Force, ou Força de Proteção das Nações Unidas, foi criada em 1992 através da Resolução 743 do CSNU, com o intuito de conceber as condições de paz e segurança necessárias para a negociação global da crise da Jugoslávia (Departamento das Nações Unidas para as Operações de Paz, 1996). Estabelecida inicialmente na Croácia, tinha como objetivo garantir a desmilitarização dos grupos que atuavam na região e a retirada das tropas do Exército do Povo da Jugoslávia, bem como levar a cabo o cessar-fogo, desenvolver a confiança entre as partes, criar condições para que uma solução permanente fosse negociada no campo político, e ainda facilitar o retorno dos refugiados (Aguilar, 2003). Ora, Em Dezembro de 1992, devido à evolução do conflito, o mandato da UNPROFOR foi ampliado aos territórios da Bósnia-Herzegovina, com a Resolução 776, e Macedónia, com a Resolução 795. Desta forma, foram atribuídas novas tarefas à força em questão pelo CSNU, nomeadamente detenção de ataques contra as denominadas “áreas de segurança”, realização de operações em pontos-chave do terreno, usoda força, em defesa própria, como resposta a bombardeamentos e incursões contra as áreas de segurança para desobstrução de vias necessárias, e ainda proteção de comboios destacados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para transportados Refugiados (ACNUR) (Departamento das Nações Unidas para as Operações de Paz, 1996).

A UNPROFOR era chefiada pelo representante especial do Secretário-Geral e possuía uma Divisão Administrativa, uma Divisão de Assuntos Cíveis, uma Força Militar e uma Divisão de Assuntos Políticos e Humanitários. As tropas - observadores militares e polícias - colocados à disposição da ONU pelos estados-membros, foram, numa fase inicial, desdobrados nas United Nations Protected Areas (UNPAs) na Croácia. Assim, foram estabelecidos os Observadores Militares. O grupo era composto por forças militares de diversas nacionalidades que deveriam agir com imparcialidade, possuir alta flexibilidade e mobilidade, viver e operar junto às comunidades locais e atuar sempre desarmados. Tais características atribuíram-lhes alta credibilidade, tanto na população como nas fações em luta (Aguilar, 2003). Desta forma, os observadores executavam missões de patrulhamento na área de operações, conduziam investigações e inspeções, reuniam com autoridades cíveis e militares, monitorizavam acordos de cessar-fogo, retiradas, desmilitarizações, troca de prisioneiros e de corpos e procediam à verificação da situação dos direitos humanos face ao grande número de refugiados em toda a região. Além dos deveres descritos, foram também incumbidos de comunicar à população as atividades da missão e os seus progressos; de monitorizar a situação dos refugiados; e ainda atuar na desmilitarização e retirada de armamento pesado das unidades sérvias e sua destruição (Aguilar, 2003).

Efetivamente, a UNPROFOR atuou durante a guerra da Bósnia-Herzegovina, tendo desempenhado um elevado número de funções sem, no entanto, receber o mandato ou os meios materiais para poder lidar de forma eficaz com o conflito em questão. Assim, foi precisamente o acúmulo de funções, bem como a ausência de meios para a sua execução, que levaram ao fracasso da UNPROFOR, nomeadamente no que remete à proteção tanto dos cíveis, quanto da própria missão de paz.

2. UNPF - A United Nations Peace Force surgiu em 1995, face à reformulação na estrutura das missões da ONU na Jugoslávia. Compreendia a UNPROFOR na Bósnia-Herzegovina; a United Nations Confidence Restoration Operation (UNCRO) na Croácia; e a United Nations Preventive Deployment Force (UNPREDEP) na Macedónia. Ora, a UNCRO tinha como principais objetivos o desenvolvimento pleno das funções contempladas no acordo de cessar-fogo; a

facilitação da aplicação de todas as resoluções do CSNU; assistência à fiscalização de subministros e armas nas fronteiras internacionais entre a República da Croácia, a República da Bósnia-Herzegovina e a República Federativa da Jugoslávia; e ainda, o supervisionamento da desmilitarização da península de Prevlaka (Departamento das Nações Unidas para as Operações de Paz, 1996). A missão UNCRO permaneceu, essencialmente, sem mudanças e os conflitos foram resolvidos através da via da negociação. Neste sentido, o mandato da UNCRO terminou a 15 de janeiro de 1996 (Aguilar, 2003). Relativamente à UNPREDEP, na Macedônia, a atuação remeteu para a prevenção. Como ressalta Hamann (2007, p.188), “A ONU desempenhou um papel relevante e inédito na sua história: tratasse do envio preventivo de tropas (...) para controlar as fronteiras norte e oeste (...), de modo a impedir a intervenção da Sérvia no país à época da sua independência.” Ora, quando os guerrilheiros albaneses pretenderam anexar o norte da Macedônia à Albânia, o governo macedônico, recém independente, pediu auxílio à ONU, a qual atuou preventivamente, tal como mencionado, de forma a evitar a conflagração do conflito. As atividades da missão na República em questão foram similares às desenvolvidas nas demais. Destaca-se a presença permanente de funcionários da organização nas fronteiras; o diálogo constante com grupos políticos, sociais e étnicos; a promoção da cooperação multiétnica e multicultural; a assistência humanitária; a cooperação com organizações regionais como a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a International Conference on the Former Yugoslavia (ICFY), em assuntos de direitos humanos; e ainda o asseguramento para construção, reparação de rodovias, sistemas de telecomunicações e de distribuição de água. De facto, foram instalados 33 postos temporários de observação e patrulhas diárias em aproximadamente 40 comunidades na fronteira entre a Albânia e a Macedônia (Departamento das Nações Unidas para as Operações de Paz, 1999).

3. UNMIBH - A United Nations Mission in Bosnia Herzegovina foi autorizada pela Resolução 1035 pelo CSNU e estabelecida após a assinatura do Acordo de Dayton. Foi implementada em concordância com os líderes da Croácia, Sérvia e Bósnia-Herzegovina. A missão foi iniciada em 1995 e concluída em 2002, de acordo com a resolução 1423 da ONU. Entre as principais tarefas a serem

desenvolvidas pela UNMIBH, destacam-se a monitorização das instalações policiais e de organizações judiciais associadas; orientação de agentes policiais e tropas; auxílio às autoridades da Bósnia-Herzegovina na organização de serviços eficazes na aplicação de leis civis; e ainda, avaliação da existência de ameaças à ordem pública, bem como, aconselhamento na capacidade das agências de aplicação de leis na construção de respostas a essas ameaças. Além das responsabilidades referidas, a missão envolveu-se na ajuda humanitária a refugiados e na questão dos direitos humanos (Aguilar, 2003). Tendo o seu mandato finalizado em 31 de dezembro de 2002, com o número de 2057 militares, a UNMIBH é considerada uma missão relativamente bem sucedida, na medida em que foram cumpridos grande parte dos seus objetivos. Segundo Kofi Annan (2002), a missão das Nações Unidas realizada na Bósnia-Herzegovina remeteu para a reforma política e para o projeto de reestruturação mais extensivo, já realizado pela organização em questão.

4. UNTAES - A United Nations Transitional Administration for Eastern Slavonia, levada a cabo na Eslavônia Oriental, entre 1996 e 1998, possuiu o intuito de devolver pacificamente a região em questão ao governo croata. A missão tinha o propósito de garantir o controlo da região ao governo da Croácia, mantendo a sua característica multiétnica e promovendo a confiança entre todos os residentes locais; permitir o retorno de todos os refugiados em segurança; organizar eleições locais livres; promover o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, assim como o desenvolvimento e a reconstrução da região. A UNTAES também foi responsável pelo auxílio na construção e patrulhamento de estradas e rodovias; no incremento do comércio; na distribuição de combustível para o funcionamento de sistemas de aquecimento no inverno e tratores, caminhões, máquinas agrícolas e geradores de energia, entre outros (Departamento das Nações Unidas para as Operações de Paz, 2003).
5. UNMOP - A United Nations Missions of Observers in Prevlaka foi criada aquando dos Acordos de Dayton, com atuação na Península de Prevlakam (fronteira entre a Croácia e Montenegro). A missão tinha como principal objetivo supervisionar a desmilitarização da Península e as zonas vizinhas situadas na Croácia e na República Federativa da Jugoslávia, além de celebrar

reuniões periódicas com as autoridades locais a fim de reduzir as tensões, bem como melhorar a segurança e fomentar a confiança entre as partes beligerantes. A Resolução 1437 do CSNU decidiu colocar termo à UNMOP, no dia 15 de Dezembro de 2002 (Departamento das Nações Unidas para as Operações de Paz, 2002).

6. UNMIK - A United Nations Mission in Kosovo foi instalada após a intervenção da OTAN na Jugoslávia, em 1999. Para esta missão foi estabelecido o Conselho Transitório do Kosovo (CTK), resultando num corpo consultivo que funcionou como um “mini” parlamento até as eleições. Foi criada também a Estrutura Administrativa Interina Conjunta (EAIC), bem como o Corpo de Protecção do Kosovo (CPK), além de seis grupos de trabalho para viabilizar a estabilidade da região (Departamento das Nações Unidas para as Operações de Paz, 2008).
7. UNPSG - A United Nations Civilian Police Support Group, foi criada de forma a substituir a UNTAES, tendo monitorizado o desempenho da polícia croata na Eslavônia Oriental, entre janeiro e outubro de 1998. O grupo UNPSG assumiu o controlo dos assuntos relativos à polícia na região, mais precisamente no que remete ao retorno de refugiados e desalojados. No dia 15 de outubro de 1998, a OSCE acabou por assumir a responsabilidade pelo controlo da polícia na região, terminado, assim, o mandato da missão em questão (Departamento das Nações Unidas para as Operações de Paz, 2003).

Consequentemente, irão ser descritas, na próxima subsecção, as diversas repercussões do conflito em questão.

1.2.5. Consequências do conflito armado

A guerra da Bósnia-Herzegovina caracterizou-se como o conflito mais longo e violento que ocorreu em território Europeu após a II Guerra Mundial. Por conseguinte, estima-se que o número de feridos, desaparecidos e vítimas mortais seja, efetivamente, bastante elevado, ainda que não exista, contudo, um consenso no que remete a um número exato devido essencialmente ao facto de as estatísticas e relatórios referentes ao conflito em questão variarem consideravelmente. Não obstante, foi criada uma base de

dados intitulada “Bosnian Book of the Dead”, cujo objetivo remete para a divulgação dos nomes de cidadãos, de diversas etnias, desaparecidos ou falecidos durante a guerra da Bósnia-Herzegovina, entre os anos de 1992 e 1995 (Rocha Almeida, 2012). Desta forma, calcula-se que o número de vítimas afetadas pelo conflito seja superior a 250 mil. Importa igualmente mencionar que a população mais afetada pelo conflito se centra nos bósnios muçulmanos (Muñiz Álvarez, 2008).

Com efeito, o conflito armado ficou marcado pelo desrespeito pelos direitos humanos, bem como pelas enormes atrocidades cometidas, tais como, tortura, a utilização de campos de concentração, violações em massa e práticas de genocídio, através de massacres e assassinatos (Mello Valença, 2006). Neste sentido, importa destacar a tentativa de “limpeza étnica” levada a cabo pelos sérvios, responsáveis pelas mais diversas práticas discriminatórias e crimes de ódio contra os bósnios muçulmanos. Segundo Brener (1996), tais atos caracterizaram-se como uma tentativa de constituição de um novo povo que possuiria na sua maioria “sangue sérvio”. Desta forma, os membros pertencentes à etnia mais afetada - os bósnios - foram obrigados a deslocar-se em massa das suas localidades, tendo sido forçados emigrar. Adicionalmente, estima-se que mais de 20 mil mulheres muçulmanas e croatas tenham sido vítimas de violação sexual por parte de soldados sérvios, tendo, muitas delas, sido mantidas em cativeiro até engravidarem e darem à luz, numa clara tentativa de controlo populacional, cujo principal objetivo remetia para a erradicação da herança familiar e cultural bósnia (Peres, 2011). Neste sentido, importa igualmente destacar o massacre ocorrido em Srebrenica. Efetivamente, apesar de considerada uma área segura, através de uma resolução aprovada pela Organização das Nações Unidas, mais precisamente no ano de 1993, cerca de 7 mil homens, jovens e crianças muçulmanas foram mantidos em cativeiro e, posteriormente, assassinados por soldados sérvios na localidade em questão (Cutileiro, 2003). Tal massacre releva-se, desta forma, como a derradeira tentativa de extermínio da população bósnio muçulmana.

A guerra foi, igualmente, responsável pela maior crise de refugiados verificada desde a II Guerra Mundial em território europeu. Efetivamente estima-se que, a partir do ano de 1991, 4,5 milhões de pessoas de origens diversas tenham fugido dos conflitos gerados no seio da ex República Socialista Federativa da Jugoslávia, sendo que tal número corresponde a $\frac{1}{4}$ da população residente nos territórios em questão (Muñiz Álvarez, 2008). De facto, entre 1992 e 1995 - os 3 anos de duração do conflito

armado na Bósnia-Herzegovina - mais de metade dos 4,4 milhões de habitantes do território em questão foram expatriados. Calcula-se ainda que 1,3 milhões de pessoas tenham sido deslocadas a nível interno. Adicionalmente, estima-se que cerca de 500 mil pessoas de diversas etnias se refugiaram em países vizinhos, ao passo que 700 mil se refugiaram em países da Europa ocidental.²

Tal como seria expectável, a economia da Bósnia-Herzegovina foi seriamente afetada, nomeadamente devido à destruição de um elevado número de infra-estruturas vitais, entre outros, destacando-se, igualmente, a vasta destruição de património histórico-cultural:

“A consequência maior da guerra foi a destruição da infra-estrutura e do parque industrial, o desemprego e a estagnação da economia. A maior parte dos homens em idade militar foi recrutada pelos exércitos ou grupos paramilitares, tendo sido desmobilizados ao final da guerra.” (Aguilar, 2003, p. 192).

² Norwegian Refugee Council/Global IDP Project: Profile of Internal Displacement: Bosnia and Herzegovina. compilation of the information available in the Global IDP Database of the Norwegian Refugee Council (as of 31 January, 2003). Consultado em: <http://www.internal-displacement.org/assets/library/Europe/Bosnia-and-Herzegovina/pdf/Bosnia+and+Herzegovina+-January+2003.pdf> a 28/04/2018



Figura 5 - Shutterstock, Inc. (2003). *Panorama da destruição da cidade de Sarajevo em março de 1996.*

Neste sentido, além da violência atroz constante, também a escassez de recursos vitais, tais como água e comida, em consequência da estagnação económica, foram responsáveis pelo número de vítimas e refugiados considerado.

Consequentemente, ainda no decorrer do conflito armado na Bósnia-Herzegovina, a Organização das Nações Unidas criou o denominado Tribunal Penal Internacional para a ex Jugoslávia, com o objetivo crucial do julgamento dos atroz crimes de guerra cometidos durante os diversos conflitos ocorridos na região dos Balcãs a partir do ano de 1990. Este foi, de facto, o primeiro tribunal penal de crimes de guerra criado pela ONU, no ano de 1993, tendo o seu mandato durado até recentemente, mais precisamente até o ano de 2017. Neste sentido, durante os seus 24 anos de existência, diversos criminosos de guerra foram julgados e condenados a duras penas prisionais, entre os quais se destacam o ex-líder bósnio sérvio, Radovan Karadžić e o ex-comandante do exército bósnio sérvio, Ratko Mladić, ambos considerados responsáveis pelo infame massacre ocorrido em Srebrenica e condenados a 40 anos de prisão, e prisão perpétua, respectivamente. Na sequência dos julgamentos levados a cabo, importa destacar que se realizou, efetivamente, o primeiro grande julgamento

relacionado exclusivamente com crimes de violência sexual contra mulheres, tendo sido vários os condenados pelo crime em questão, na sua maioria, membros das forças militares bósnio sérvias.³

Efetivamente, a criação do tribunal em questão, bem como a penalização dos suspeitos responsáveis pelos bárbaros crimes cometidos, proporcionaram às vítimas afetadas pelo conflito a oportunidade de darem voz aos horrores que testemunharam e vivenciaram, sendo, desta forma, reconhecido o Tribunal Penal Internacional para a ex Jugoslávia como um marco no que remete à lei humanitária internacional.

Ora, no capítulo seguinte será apresentada a metodologia utilizada na presente dissertação.

2. Análise da atuação da ONU e da evolução da sociedade bósnia

2.1. Metodologia

O processo metodológico inerente à análise do problema apresentado no presente trabalho de investigação estruturou-se em várias fases, tendo-se procedido a uma revisão da literatura, à análise de dados quantitativos e à realização de entrevistas, nomeadamente a um polícia destacado para as missões de paz das Nações Unidas no território bósnio e a um doutorado em questões relacionadas com a região dos Balcãs. Desta forma, atingiu-se o necessário confronto de ideias que culmina, por sua vez, na produção científica em resposta ao problema apresentado inicialmente.

A escolha de tal formato metodológico pautou-se, maioritariamente, pela necessidade de serem colocadas frente a frente opiniões diversas, fossem estas retiradas de um contexto científico e académico de conteúdo empírico, ou da abordagem direta, em formato de entrevista, com pessoas diretamente envolvidas, bem como entendidas, no conflito estudado, ainda que em posição neutral. O recurso ao indispensável acervo científico obrigou a uma necessária abordagem multidisciplinar, não só na área da geopolítica, mas igualmente, da história contemporânea, bem como das relações

³

United Nations International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia. Consultado em: <http://www.icty.org/en/about> a 28/04/2018.

internacionais, o que possibilitou a lateralização deontológica e de conhecimento de todo o processo. A extração da informação resultante do confronto de ideias e teorizações não só enriquece o produto final como contribui para o acerto de alguns pressupostos comumente generalizados.

Neste sentido, no que concerne às entrevistas efetuadas, foi elaborada uma estrutura prévia, sendo que os dois entrevistados procederam à leitura e posterior resposta a um guião de entrevista pré-definido, via *e-mail*, na medida em que não existiu disponibilidade, por parte dos entrevistados, para que fossem realizadas pessoalmente.

Para analisar a evolução da sociedade bósnia no período do pós-guerra procedeu-se, particularmente, à análise de uma multiplicidade de dados recolhidos por organizações internacionais de avaliação no terreno - nomeadamente, as Resoluções das Nações Unidas - tendo sido analisados, para o efeito, os relatórios denominados “National Human Development Report” (2007), “UN Conflict Dynamics Assessment for Bosnia and Herzegovina” (2015), e ainda o “Profile of Internal Displacement: Bosnia and Herzegovina. Compilation of the information available in the Global IDP Data base of the Norwegian Refugee Council” (2003). Importa igualmente destacar o contacto direto com um integrante das missões de paz da ONU que, por sua vez, - apesar de poder coincidir com os relatórios oficiais divulgados - consegue atribuir uma visão pessoal dos acontecimentos, o que permite analisar, conseqüentemente, certo tipo de sensibilidades no que remete à evolução da sociedade. Assim, o estudo foi conduzido de forma paralela com a subsecção respeitante ao contributo da ONU no processo de paz. No que remete a esta última subsecção, importa destacar a revisão da literatura efetuada, baseada nos contributos dos seguintes autores: Marz Mazower, Karin Oellers-Frahm, David Harland, Hazen, Stefan Oeter, Richmond & Franks, entre outros.

Com efeito, ao introduzir-se uma avaliação da eficácia das missões de paz da ONU - sendo este o problema central da dissertação - na gestão das crises emergentes e posterior processo de pacificação, processos normais no decurso de um conflito bélico de considerável monta como a guerra em questão, tornou-se passível de supor, com base na profunda e metódica análise quantitativa, estatística e comportamental, apoiada, mais precisamente na análise do relatório intitulado “Bosnia and Herzgovina 2018 Report”, elaborado pela Comissão Europeia, bem como através das entrevistas realizadas a um participante direto nas missões de paz conduzidas e a um especialista na temática -

entrevistas que se revelaram, efetivamente, fulcrais para o entendimento do quotidiano do país que se reerguia do conflito - um futuro cenário, ainda que incerto, para o território sobre o qual se debruça o trabalho de investigação em questão.

Consequentemente, todos os passos mencionados permitiram a abordagem necessária para o esclarecimento da problematização conceptual primeva ao trabalho de investigação em questão, onde se entendeu estritamente necessária, para tal, a explanação nominal de um determinado conteúdo de termos - problematizados no enquadramento teórico - nos quais se inserem as noções de pacificação, não só da sua construção, mas igualmente da sua manutenção, em consonância com todas as multitudes que estes abrangem - nomeadamente o conceito de segurança - bem como a forma como são percebidos tais conceitos, de acordo com as diversas teorias das Relações Internacionais, sendo que as diversas teorias em questão possuem, de facto, abordagens bastante diversificadas no que remete à legitimidade do processo de construção da paz. Ora, importa destacar os contributos de Mcglinchey, Walters & Gold, Sheunesu Hove, Nogueira & Messari, Alexander Wendt, Rittberger, Zangl & Kruck, entre outros, na elaboração das subsecções em questão.

Desta forma, esmiuçou-se todo o processo inerente à evolução da Bósnia-Herzegovina após o conflito armado, bem como à real eficácia do contributo das missões de paz levadas a cabo no território sob a índole das Nações Unidas, no que remete ao auxílio da redefinição social, política e económica do território, mais concretamente através da análise de dados quantitativos e estatísticos, presentes em relatórios elaborados pela própria Organização das Nações Unidas - entre outros - e cuja escolha remeteu essencialmente, para o facto de se revelarem extremamente elucidativos e claros quanto à evolução e atual estado do território estudado. Importa igualmente destacar os testemunhos fornecidos pelos dois entrevistados mencionados, e, evidentemente, a revisão da literatura e investigação efetuada acerca do estado da arte existente, baseada, por sua vez, nos contributos de diversos autores conceituados mencionados ao longo da presente dissertação e cuja escolha recaiu, fundamentalmente, pelo seu prestígio, bem como pela sua perícia na temática estudada.

Na secção e subsecções seguintes procede-se, neste sentido, à análise e discussão da evolução da sociedade bósnia pós-guerra, da eficácia do papel desempenhado pela

ONU relativamente ao processo de paz no território em questão, bem como a uma projeção do futuro da Bósnia-Herzegovina.

2.2. Análise e discussão

2.2.1. Evolução da sociedade bósnia pós-guerra

Ao compartimentar as diversas etnias co-existentes através da criação de uma estrutura fragmentária no território bósnio, que se revela bastante complexa e burocrática, prejudicando, desta forma, a política socioeconómica do país, as potências ocidentais e os mediadores dos acordos de paz, temerários que o conflito alastrasse aos países emergentes de uma nova realidade - o desmoronamento do bloco de leste - edificaram, efetivamente, uma reconstrução fracassada da Bósnia-Herzegovina. De facto, a realidade demonstra que o processo de paz resultou no fim das hostilidades bélicas, contudo, no que respeita à construção de um novo estado, tendo como bases uma paz sustentável e o desenvolvimento, não se revelou bem sucedido.

Assim, apesar do fim do conflito se ter dado, efetivamente, com os Acordos de Dayton, a realidade cristalizou-se como uma derrota da edificação interétnica, que se verifica até aos dias de hoje. De acordo com Richmond & Franks (2009, p.54), Dayton constitui nada mais do que “a formula to end the war, for conflict management rather than creating a self-sustaining form of peace (...)”. De facto, a divisão entre sérvios, croatas e bósnios, permaneceu de forma figadal, tanto social como politicamente, resultando na partilha da Federação da Bósnia-Herzegovina entre bósnios e croatas, que detêm 51% do território, e a República Sérvia, que possui os 49% restantes. Tal repartição territorial segregativa encontra-se, efetivamente, no âmago de um dos maiores impasses locais, uma vez que possibilitou o avanço da República Sérvia com a sua própria agenda de separação integral, permanecendo, por sua vez, a Federação da Bósnia-Herzegovina num impasse letárgico, bem como completamente desestruturada no que remete à unicidade política (Richmond & Franks, 2009).

Ora, a conseqüente necessidade de reabilitação e reconciliação cultural, política e religiosa permite demonstrar uma das grandes lacunas do processo que se segue à paz de Dayton. Adicionalmente, também a segurança se revelou comprometida no processo de pacificação da ex Jugoslávia. A baixa confiança nas instituições públicas e

socioeconómicas institui barreiras ao processo de criação de um clima de confiança necessário à estabilidade, assim como em relação aos mecanismos de combate à corrupção, que acabam por permitir a impunidade por parte das elites dirigentes (Hazen, 2007). A par desta falta de organicidade, na qual se pudesse apoiar a construção de um estado multiétnico, a retórica nacionalista levada a cabo pelas diversas etnias indicava que a possibilidade de miscigenação dos povos debaixo do mesmo guarda-chuva político não passaria, efetivamente, duma utopia.

Por sua vez, o reerguer de uma sociedade, bem como a base do seu tecido económico e social passam igualmente pela necessidade de existência de uma força de trabalho, e, conseqüentemente, de produtividade. Durante o conflito armado um elevado número de infra-estruturas vitais foi, de facto, destruído, tanto na capital da Bósnia-Herzegovina - Sarajevo - como em Mostar e Banja Luka, cidades que representavam os três principais pólos industriais locais. Assim, o primeiro período de reconstrução da região, entre 1996 e 2000, caracterizou-se por um elevado investimento para a reconstrução material e de infra-estruturas (Feigs, 2006). Decorrente deste processo de modernização, e conseqüente saída de uma economia regida pelo modelo socialista, pretendeu-se enveredar por uma economia de mercado, através da privatização de setores controlados pelo estado. Porém, e tal como mencionado anteriormente, a corrupção endémica, bem como a falta de confiança nas instituições públicas tornaram, assim, pouco atrativos aos investidores os setores pretendidos para entregar ao mercado privado de transação (Waller, 2015). Outro fator fundamental para o reerguer social e laboral passava pela implementação de um desenvolvimento socioeconómico sustentado que reduzisse, sobretudo, o elevado nível de desemprego, que se estabelecia na casa dos 40%, pouco depois do término da guerra. Contudo, mais uma vez, este objetivo não foi completamente alcançado, tendo sido invertida a tendência do suposto decréscimo, uma vez que, dados de 2005 - uma década após o fim dos confrontos - demonstram que os números do desemprego subiram, numa ligação direta com a fase de reconstrução interna e externa, o que implicou, desta forma, uma menor absorção de capitais e qualidade de mão-de-obra. Assim, a enorme vaga emigratória e a conseqüente falta de mão-de-obra, nomeadamente qualificada, constitui ainda hoje uma vasta lacuna no processo fundamental de reconstrução da nação, dado que quadros habilitados representariam, efetivamente, uma alavanca essencial para todo o processo de desenvolvimento pós-guerra, não se tendo, desta forma, verificado devido à falta de

atrativos (Waller, 2015). Neste sentido, atualmente, o nível de desemprego permanece bastante elevado, encontrando-se na ordem dos 36,54%, em abril de 2018, tal como se pode verificar no gráfico da figura 5.



Figura 6 - Trading Economics. (2018). *Bósnia-Herzegovina - Taxa de Desemprego*.

Já no que remete ao poder político, ambas as entidades possuem o seu próprio governo, parlamento, bem como forças de segurança, existindo desta forma, poucos órgãos do governo comum, sendo que um deles remete para a presidência rotativa formada por três integrantes distintos, os quais representam as diferentes nacionalidades. Por sua vez, os representantes das diferentes nacionalidades detêm poder de veto, mais concretamente no que diz respeito à resolução do governo central, tratando-se, portanto, de uma presidência tripartida (Peres, 2013). Neste sentido, a situação política na Bósnia-Herzegovina revela-se, com efeito, extremamente complexa e instável, não existindo, desta forma, a cooperação necessária entre os representantes das diferentes etnias para se alcançar um consenso no que remete a reformas fundamentais que conduzam, por sua vez, a melhores perspectivas futuras. Adicionalmente, o governo bósnio possui pouca autonomia no que remete à própria tomada de decisões, uma vez que essas mesmas decisões necessitam de ser aprovadas, previamente, por uma série de organizações internacionais, nomeadamente as Nações Unidas e a OTAN, ou seja, tal revela-se um processo extremamente burocrático com um parco envolvimento local (Lima, 2017).

No que concerne à área da Saúde, de acordo com o National Human Development Report (2007), os patamares encontravam-se alguns anos após o fim do conflito, bastante abaixo dos níveis verificados em países pertencentes à União Europeia, sendo que a esperança média de vida na UE rondava os 78 anos, enquanto na Bósnia-Herzegovina a média remetia para 74 anos de idade. Por sua vez, no que concerne à mortalidade infantil, a UE estimava uma média de 4.6 mortes per 1000 nascimentos, já na Bósnia-Herzegovina os números quadruplicavam, com 18 mortos por cada milhar de nascimentos (National Human Development Report, 2007).

Importa igualmente mencionar que por lei a Bósnia-Herzegovina é um estado laico. A Lei da liberdade religiosa, bem como a situação legal das Igrejas, foi adotada em 2004, sendo que prevê, desta forma, a liberdade religiosa, garantindo o estatuto legal das diversas Igrejas e comunidades religiosas e proibindo qualquer forma de discriminação contra as diversas comunidades. Neste sentido, a lei reconhece quatro Igrejas e comunidades religiosas tradicionais, nomeadamente a Comunidade Islâmica, a Igreja Ortodoxa Sérvia, a Igreja Católica e a Comunidade Judaica. Na Bósnia-Herzegovina do pós-guerra a presença da religião na vida pública é, de facto, evidente. Alguns acolheram este renascimento religioso como uma afirmação saudável de identidade, - após uma secularização de décadas durante o período comunista - já outros acreditam no aumento da ameaça a um estado politicamente frágil. O facto é que na Bósnia-Herzegovina ainda se verificam, presentemente, fortes fervores religiosos e culturais (Relatório da Liberdade Religiosa, 2016).

Por fim, entende-se no decorrer desta análise que a construção de um país dilacerado por um conflito extremamente violento, foi, com efeito, um processo que a História reconheceu como extremamente moroso e isto não somente pelo fator da ausência de infraestruturas socioeconómicas e políticas integracionistas, mas, acima de tudo, pela enorme dificuldade em sarar feridas, que se encontram profundamente enraizadas na memória dos locais pertencentes às diversas etnias que co-habitam no território da Bósnia-Herzegovina, sendo que a menor lacuna social ou educativa conduz ao sangramento e ao reacender de picardias que a memória e o tempo ainda não tiveram a capacidade de cauterizar.

Por conseguinte, na subsecção seguinte será realizada uma análise da real eficácia do papel desempenhado pela ONU relativamente ao processo de paz na Bósnia-Herzegovina.

2.2.2. Eficácia do contributo da ONU no processo de paz

Ora, como mencionado anteriormente, a queda do muro de Berlim e o consequente desmoronamento do bloco soviético, bem como, a mudança do cenário geopolítico, conduziram ao ressurgimento de nacionalismos exacerbados, com uma evidência ampla e caracterizadora de sentimentos abafados pelo regime que findava. Primeiramente, a libertação e a independência dos novos países, emergentes de uma nova realidade - pós-URSS - foram vistas no contexto de reivindicações nacionalistas, conectadas a mecanismos que existiam e estavam subjugados ao Pacto de Varsóvia, mas que deixaram, assim, de funcionar, e se tornavam vetustos. Por sua vez, tais mecanismos, para além de permitirem o controlo de alguns intentos de desvio ideológico e militarista, caracterizaram-se pelo papel fundamental no processo de apaziguamento das disputas sobre as minorias identitárias/étnicas, bem como pela permissividade face à entrada do “ocidentalismo” na Europa de Leste, até aí reduzida a níveis muito particulares (Mazower, 2014).

Assim, apesar de se sustentar na premente ascensão de nacionalismos, principalmente nos estados do Báltico e nos Balcãs, foi neste último espaço geográfico que o crepúsculo do século XX se concentrou, em termos de divergência e fracionamento social. Desta forma, a desintegração da Jugoslávia começou com a secessão da Eslovénia em 1991, tendo sido levada a cabo pacificamente, contudo, as desintegrações que se seguiram, revelaram-se, efetivamente, bastante mais tumultuosas. Neste sentido, as guerras da Croácia (1991-1995), da Bósnia (1992-1995) e do Kosovo (1998-1999) (Harland, 2017), assentam num paradigma de subalternização étnica muito acentuado, mas também de alguma ingenuidade política e diplomacia falhada. Ora, no início dos confrontos, o território da Bósnia-Herzegovina era constituído por 43% de população muçulmana, 31% de população sérvia, e 17% de população croata, sendo que o período eleitoral de 1990 não foi, de facto, capaz de eleger líderes com capacidade de criar um consenso, tendo em conta a forte ascensão de nacionalismos, o que demonstra,

desta forma, a enorme profundidade do fracionamento da sociedade bósnia. Por conseguinte, a rutura política, social e identitária dentro do território bósnio, conduziu à necessidade de afirmação sérvia, a par da forte intenção de instaurar a pureza étnica na geografia da Bósnia-Herzegovina. Tal pretensão culminou, efetivamente, num embate de conotações bastante díspares, uma vez que Slobodan Milosevic - Presidente da Sérvia - recorreu às forças armadas como método de persuasão das rebeliões, bem como para instaurar uma prática de expulsão de todos os habitantes que não pertencessem à etnia sérvia, do território bósnio, assentando numa política de espaço vital que materializou a expansão do nacionalismo obsessivo, a par de uma limpeza étnica. Consequentemente, no espaço de poucos meses, alcançou-se o número de cerca de dois milhões de refugiados (Mazower, 2014), facto a que o Ocidente se mostrava, efetivamente, um pouco insensível. Contudo, face ao forte contingente militar às ordens de Milosevic, a comunidade internacional tentou, de acordo com Mazower (2014), “conter a crise de refugiados sem abordar a sua causa fundamental e esperou uma vitória sérvia”, de modo a intervir, posteriormente, num ambiente mais favorável à diplomacia. Assim, o desconhecimento da realidade regional e cultural de resistência bósnia, induziu as organizações internacionais em erro, uma vez que, enquanto persistisse a resistência tenaz de cidades como Sarajevo, face aos bombardeamentos, a vitória teria que ser procurada ao estilo de guerra de guerrilha, em combates rua a rua - um pouco à imagem da derrota alemã em Estalinegrado - o que implicaria perdas significativas para um exército habituado à condução de uma guerra à distância, levada a cabo, sobretudo, através de bombardeamentos (Mazower, 2014).

Desta forma, o equilíbrio criado pelo impasse nos confrontos prolongou o conflito e aprofundou, consequentemente, a necessidade urgente da intervenção, rápida e eficaz, por parte dos governos, organismos, e organizações internacionais do Ocidente. Ora, ao referir o Ocidente, importa mencionar que o detentor da iniciativa principal remete para os EUA, uma vez que, tanto a Comunidade Europeia como a ONU, demonstravam alguns pudores, limitando-se à prestação de cuidados humanitários, através da concessão de comboios de auxílio que atravessavam o território bósnio, o que denotou a fraqueza efetiva dos organismos em questão, no que respeita à intervenção formal. Por conseguinte, nesta altura, a política da União Europeia foi completamente marginalizada, algo decorrente do seu estatuto de subalternidade face aos EUA, enquanto os britânicos, por sua vez, se secundavam pela

OTAN e a ONU, procurando legitimar qualquer ação que pudessem vir a realizar, não sabendo, no entanto, como agir, perante as forças internacionais que se encontravam já no terreno, sob a batuta da ONU, que não possuíam, de facto, nenhum peso efetivo (Mazower, 2014). Neste sentido, um dos motivos explicados para tal letargia, prende-se com o medo sentido pela comunidade internacional, no que remete ao alastramento do conflito às zonas circundantes dos Balcãs, tendo-se tornado, assim, a procura pela estabilidade, demasiado preciosa, do ponto de vista da intervenção externa, a par da política de não intervenção militar ocidental, vista como uma tentativa de garantir o princípio em questão, sem grande intenção de cooperação com os Estados do Leste.

Assim, primeiramente, as Nações Unidas impuseram um embargo armamentista a todas as partes envolvidas no conflito, apesar de ir de encontro à posição extrema dos vários quadrantes em combate na Bósnia-Herzegovina, bem como de interesses secundários. Importa, contudo, mencionar, que tal resolução de embargo surge após um embargo anterior, de carácter económico, contra a República Federativa da Jugoslávia (Oellers-Frahm, 2005), em reação à agressão contra o território bósnio. Todas estas sanções foram monitorizadas pelo Comité de Sanções da Organização das Nações Unidas, como uma espécie de início de tentativa - ainda que indireta - de missão em favor da paz. Porém, com o adensar do belicismo, são levadas a cabo duas novas Resoluções - a 787 (1992) e a 820 (1993) - nas quais o Conselho de Segurança das Nações Unidas autoriza a utilização da força para assegurar o cumprimento do embargo contra a República Federativa da Jugoslávia. Consequentemente, o braço militar utilizado para o encetar desta intervenção, foi delegado à OTAN e às forças navais da Europa Ocidental, no período que medeia entre novembro de 1992 e outubro de 1995. No entanto, apesar desta decisão, o CS permaneceu relutante em levar a cabo a ação militar direta contra as partes envolvidas no conflito, devido ao seu posicionamento diplomático excessivo. Ora, tal excessividade de *realpolitik* é significativa dos 50 anos precedentes, em que as colisões foram colocadas aos ombros de americanos e soviéticos, enquanto potências dominantes. Assim, em 1992, uma nova ONU poderia, efetivamente, ter renascido, mais confiante e com capacidade de liderança na resolução das disputas internacionais, contudo, tal não aconteceu. A condução de uma diplomacia falhada resultou, neste sentido, no prolongar dos conflitos e no genocídio de Srebrenica, que constituiu, consequentemente, uma espécie de ponto de viragem para a comunidade internacional e para as Nações Unidas.

Por sua vez, com os acordos negociados em Dayton - que colocaram um fim aos violentos confrontos - todo o processo de regeneração jurídica, política, legislativa, administrativa e social, foi tomado em mãos pelos governos ocidentais, organizações internacionais, bem como, ONGs.

Ora, entre 1990 e 2006, foram levadas a cabo inúmeras missões ordenadas pela ONU, tanto na Bósnia-Herzegovina, como noutras regiões dos Balcãs - missões essas que procuravam restaurar a paz e reabilitar os países -. A maioria das missões em questão integravam-se numa nova noção de paz que se relacionava, estreitamente, com a implementação de uma economia de carácter capitalista (Hazen, 2007). Efetivamente, na sua “Agenda para a Paz” (1992), o Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros Ghali, havia criado o conceito de “construção da paz a seguir ao conflito” (Hazen, 2007), sendo que tal conceito ia ao encontro da ideia de tardar, o máximo possível, a intervenção militar armada. Por outro lado, o próprio conceito de paz encontrava-se em mutação desde o final da Guerra Fria, uma vez que, na contemporaneidade, a escola dominante remete para a da paz liberal, conectada com a ideia de propagação do neoliberalismo económico. Por sua vez, esta teoria de pacificação assentava numa estrutura onde a democracia e o mercado livre serviam para encorajar os indivíduos a resolver as suas divergências, de forma pacífica, sendo este considerado o melhor fundamento para atingir o desenvolvimento de uma governação aceitável (Newman, 2009). Contudo, o principal problema da ideologia da paz liberal remete para o facto de esta ignorar os diferentes contextos locais e regionais específicos, bem como, ao apropriar-se do processo complexo de pacificação e reconciliação das comunidades divididas, procurar traçar limites exógenos e profundamente descaracterizadores das realidades culturais. No caso da Bósnia-Herzegovina, o sucesso das missões de construção e manutenção da paz dividiam-se em três indicadores: reabilitação, reconstrução e reconciliação; criação de mecanismos políticos e sócio económicos de confiança; e habilidade da intervenção externa para solidificar e estabilizar o estado pós-conflito (Newman, 2009). Por conseguinte, apesar das diretivas em questão, criadas para orientar a política intervencionista das Nações Unidas em território bósnio, a intervenção materializou-se por um comportamento relutante e de profunda hesitação (Oeter, 2000), uma vez que as medidas tomadas prenderam-se, sobretudo, com a constituição de um corpo de contenção do conflito, apesar do elevado número de restrições. Um exemplo desta refração consensual, no que toca ao passo

seguinte a ser tomado, de forma coesa, remete para a criação da Força de Proteção das Nações Unidas, que nasce sobre os auspícios da resolução 743, do CS, de 21 de fevereiro de 1992, e é de imediato limitada a um mandato de apenas um ano, no qual 100 observadores militares foram destacados para os territórios da Croácia e da Bósnia-Herzegovina, tendo, mais tarde, ficado encarregues de assegurar a inexpugnabilidade do aeroporto de Sarajevo, por onde passariam os comboios de ajuda humanitária (Oellers-Frahm, 2005). Consequentemente, demonstrando a ineficácia da ONU, bem como a sua incerteza na necessidade de uma ação territorial que estancasse os confrontos, a limpeza étnica e a elevada mortalidade, as ações em questão defendiam-se a si próprias, pelo quase estado nominal em que se quedavam, sendo que as práticas defensivas vão no seguimento da rejeição, por parte de Boutros Boutros Ghali, do projeto que forneceria armamento pesado, sob a supervisão do UNPROFOR, que, por sua vez, não possuía recursos suficientes, devido às operações de paz não terem condições para se sedimentarem no território da Bósnia-Herzegovina (Oellers-Frahm, 2005), e, também, devido à falta de recursos e condições para levar a cabo a manutenção operacional do processo de pacificação, que não existia na latitude em causa. Assim, a insuficiência do UNPROFOR, em consonância com a letargia institucional, permitiu o prolongar da contenda que culminaria nos atos perpetrados em Srebrenica, um autêntico massacre, que demonstrou não só o ódio interétnico profundamente arraigado, mas, igualmente, a completa falta de capacidade de ação efetiva da comunidade internacional.

Mediante as negociações de paz que foram levadas a cabo por atores internacionais, nomeadamente, Stoltenberg e The Lord Owen, mediadores das Nações Unidas, e Bilt, por parte da União Europeia, que constituíram o grupo de contacto composto por representantes dos Estados Unidos da América, Rússia, Reino Unido, França e Alemanha, foram mantidos os princípios dos planos de paz desenvolvidos pela Conferência Internacional para a ex Jugoslávia, nomeadamente, a divisão do território da Bósnia entre sérvios - 49% - e croatas e muçulmanos - 51% -, sendo que, através de um documento adotado em Dayton, Ohio, nos EUA, alcançou-se o acordo de colocar um ponto final na guerra da Bósnia-Herzegovina, e criou-se a estrutura legal detalhada para a implementação dos princípios básicos acordados, que, não só obrigava a uma ligação aos projetos de pacificação impostos nos Acordos de Dayton, como constituía um conjunto de mecanismos para a construção da paz, e do sistema de reforço da edificação de um novo estado, próspero, que conduziria, por sua vez, o país a integrar

um quadro político que o levaria, conseqüentemente, a entrar na rota europeísta (Harland, 2017).

Porém, ainda que as intenções fossem as melhores, os Acordos de Dayton detiveram-se num processo que não colocou, face a face, todas as partes envolvidas no conflito, uma vez que tanto os interesses como as visões, na sua generalidade, se diferenciavam. O conteúdo deste tratado, a que também pode ser atribuído o nome de Protocolo de Paris⁴, apresentava uma essência com uma substância muito pouco objetiva, podendo ser definida como uma estrutura central composta por 12 anexos, que continham acordos para a paz, sendo tais acordos, na sua maioria, pactos entre o governo da Bósnia-Herzegovina e as duas entidades constitutivas do estado, nomeadamente a Federação da Bósnia-Herzegovina e a República Srpska. Neste sentido, o conteúdo de tais anexos cristalizou-se como um dos erros fulcrais do trabalho realizado pelas Nações Unidas, no que remete à necessidade de colocar um fim ao conflito étnico. A certa altura, é referida a necessidade de erigirem duas entidades políticas, nomeadamente duas repúblicas autónomas, nas quais se aglutinariam os grupos étnicos semelhantes, numa clara tentativa política de institucionalização do nacionalismo, bem como, de lateralização do contacto interétnico, através da criação de órgãos governamentais e judiciais, com base nas diferenças étnicas. Ora, de facto, tais medidas só dão continuidade ao problema, uma vez que não é resolvida, de todo, a questão efervescente da superioridade identitária e da luta cultural (Oellers-Frahm, 2005). Efetivamente, o que se alcançou foi, nada mais, nada menos, do que um país profundamente descentralizado, no qual os seus organismos principais se encontram desprovidos de poder reformador. Conseqüentemente, como resultado de tal institucionalização do poder étnico, verificam-se, ainda nos dias de hoje, diversos confrontos violentos, tal como foi o caso de fevereiro de 2014, no qual uma manifestação em território bósnio, sem ligações políticas óbvias, se arrebentava em ideais meramente relativos à ascensão nacionalista e autopromoção identitária, sendo que, em alguns casos, estas manifestações tomaram um carácter violento, tendo a presidência sido

⁴Entrevista 1, p.1.

erodida, bem como, vários edifícios governamentais queimados, como sinal de descontentamento.⁵

Por conseguinte, este tipo de segregação comunitária e territorial constituiu imensos entraves às missões de paz das Nações Unidas, uma vez que, ainda que tivesse sido criada uma força policial sob o comando da organização internacional em questão, - a United Nations International Task Force (IPTF) - sendo esta força produto de um dos anexos dos Acordos de Dayton, a forte tensão conflituosa existente e as dificuldades em se alcançar entendimentos para as reformas necessárias à reedificação do país, constituíram um obstáculo concreto. De facto, é importante referir que o papel desta força era somente “monitorizar, observar e inspecionar atividades e instalações de aplicação da lei, incluindo organizações judiciais, estruturas e procedimentos associados”.⁶ Ora, numa das entrevistas efetuadas, nomeadamente, a um especialista em questões relacionadas com a região dos Balcãs, é descrito, pelo mesmo, de forma clara, a situação de falta de estruturas e de entendimento, decorrentes da paz *inter pares*. O principal aspeto salientado, remete, assim, para a alternância e o excesso de multidisciplinares existentes nos cargos de decisão, o que resulta em que “nenhum país consiga ser governado em regime de rotatividade”.⁷

Neste aspeto particular de transversalidade, na ausência de uma unicidade consensual, o estado central era composto pela Assembleia Parlamentar, a Presidência e o Conselho de Ministros, sendo que aqui reside a principal excepcionalidade que resulta, consequentemente, do paternalismo excessivo por parte da comunidade internacional, que, conjugado com um parco conhecimento real das reminiscências identitárias locais, constitui uma presidência tripartida, ou seja, encabeçada por três membros representantes das diferentes etnias (Richmond & Franks (a), 2009). Logo a partir de tal ponto, se depreende como a missão diplomática internacional culminou num erro crasso, dado que é amplamente perceptível que um sistema de repartição étnica somente se caracteriza pelo obstrucionismo orgânico, o que resulta numa extensa envolvimento e dependência dos atores internacionais, em claro contra-senso com o

⁵ UN Conflict Dynamics Assessment. 2015. Consultado em: http://ba.one.un.org/content/unct/bosnia_and_herzegovina/en/home/publications/un-conflict-dynamics-assessment-for-bosnia-and-herzegovina.html a 19/07/2018

⁶Entrevista 1, p.3.

⁷Entrevista 2, p.1.

pretendido, nomeadamente a instauração de uma autonomização gradual, bem como de um relacionamento saudável entre todas as partes.

Por sua vez, a tentativa de limpeza étnica perpetrada durante o conflito, deixou, efetivamente, marcas bastante profundas em ambos os lados da contenda. A certa altura é referida, numa das entrevistas realizadas, nomeadamente, a um membro integrante da Missão UNMIBH, a ocupação de casas de bósnios muçulmanos, por parte de sérvios em fuga, da Croácia, já na fase do culminar da guerra, mais precisamente, a 4 de agosto de 1995, sob o argumento de que “(...) a terra era deles e que os muçulmanos deveriam ir para a área controlada pela federação Croata-Muçulmana”.⁸ O próprio contacto das missões internacionais, fossem elas de carácter humanitário, policial ou administrativo, rebatia num muro criado pela população local, devassada ao longo de três anos de guerra e no qual as relações sociais existiam somente dentro da etnia ao qual cada um pertencia, numa espécie de gueto cultural bastante cerrado e com uma enorme carga de desconfiança, face a tudo o que é diferente.

Aos olhos da legislação internacional, o caso da administração da Bósnia-Herzegovina constituiu todo um novo paradigma a ser levado em conta. A confusa construção política, da estrutura institucional - sendo que em maio de 2002 existiam 1200 juízes e procuradores, 760 legisladores, 180 ministros, 4 governos e 3 exércitos (Oellers-Frahm, 2005) - significava um retrocesso no processo que se pretendia de unificação nacional. Assim, posteriormente, com o consentimento dos diferentes líderes étnicos, a ONU aponta um Alto Representante (AR) com a função de implementar a matéria civil presente nos acordos de paz, tendo, contudo, tal medida se corporalizado num completo pedaço de nada, por parte desta espécie de comissão para o tratamento das fraturas da nação. Assim, por esta altura, pode afirmar-se que as diversas missões levadas a cabo, destacando-se, mais precisamente, no campo administrativo e político, se revelaram ineficientes.

Ora, na tentativa de criação de um estado próspero e liberal, a União Europeia, os EUA e a ONU, ainda que atuasse como organização representativa de todos os países, nomeadamente através dos capacetes azuis, ficaram bastante aquém dos objetivos, devido, em grande parte, ao facto destas forças se encontrarem bastante

⁸Entrevista 1, p.3.

presas de movimentos, devido, por sua vez, à sobreposição de interesses dos diversos atores em palco (Richmond & Franks (a), 2009). Assim sendo, a criação do estado liberal cristalizou-se como um ato fracassado, nomeadamente no que remete à criação de uma sociedade civil, com empregabilidade, coesa e cooperante e com acesso a um estado de direito justo e imparcial. Como referido, o ponto de partida para tal frustração remete, efetivamente, para os Acordos de Dayton, não só por terem dividido e segregado a sociedade por etnias, mas, acima de tudo, porque essa mesma divisão criou uma sociedade ingovernável e enfraquecida, ao invés de um país multiétnico e pluralista. Em múltiplos casos são referidos, em relatórios de caráter diário, a ocorrência de homicídios, violência de caráter doméstico e público, detenções várias, entre outros assuntos que, num estado de direito normalizado, caberiam às forças policiais e judiciais investigar, mas que, no caso concreto aqui em análise, a United Nations International Police Task (IPTF) - operação que passou a ser conhecida como UNMIBH - procurava diluir na memória dos tempos, com intervenções bastante espaçadas e cautelosas, uma vez que temia tornar-se demasiado invasivo no campo étnico, bem como, devido ao facto de procurar que as questões judiciais fossem resolvidas pelos próprios tribunais do país, sem a sua interferência.⁹ Ora, tal como é expectável, a multiplicidade de organismos de jurisprudência somente resolvia casos de delito comum, bem como de pequena dimensão, “(...) sempre que existiam ocorrências de relevo a IPTF era informada pela polícia e fazíamos o acompanhamento da investigação sem interferências”¹⁰, o que demonstra não só a inoperância mas também alguma incapacidade, por parte da missão em questão, uma vez que um crime cometido por um membro de uma determinada etnia, só poderia ser julgado por um tribunal constituído por membros da respetiva etnia, o que derruba, conseqüentemente, a noção de imparcialidade do primado da lei, assim como constitui um impedimento, no que remete a muito casos de crimes interétnicos, de se chegar a vias de facto aquando de proclamação de sentença.

Por conseguinte, vários são os analistas que afirmam, de forma categórica, que a intervenção internacional nos Balcãs culminou num erro profundo, tendo provocado mais dano, do que beneficiado ao desenvolvimento local (Bose, 2002). Tal conclusão surge no seguimento da ideia de ruptura, levada a cabo numa sociedade acabada de sair

⁹Entrevista 1, p.4.

¹⁰Entrevista 1, p.4.

de um modelo comunista, onde o coletivismo e a economia planificada imperavam, e que, de repente, se via a braços com a intenção de aderir a um sistema de mercado livre, onde a concorrência, o individualismo e a economia liberal, paradigmática do capitalismo neoliberal que se começava a impor, procuravam assentar arraiais para a possibilidade de se desligar, de vez, a influência do ex bloco de Leste na região, começando, assim, uma nova fase de ocidentalização (Bose, 2002).

Ora, por sua vez, na sequência da mudança a nível socioeconómico, outra das funções da ONU que importa mencionar, remeteu para a reabilitação de infra-estruturas e reconstrução económica, através da Missão - já mencionada - UNMBIH. Novamente, tal veio a verificar-se pouco e, se alguma vitória foi alcançada, foi, certamente, de pequena monta, uma vez que para agir concretamente, seria necessária a autorização de outras instituições, nomeadamente o Conselho Europeu, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, bem como de várias ONGs que defendiam interesses muito particulares (Bose, 2002). Desta forma, tal era a voracidade de atores a querer participar no período de reconstrução do país, que a Bósnia-Herzegovina chegou a ser descrita como “a capital mundial do intervencionismo”. (Chandler, 2000).

Por sua vez, a falta de uma organicidade que permitisse servir de suporte para a construção de um estado multiétnico, que possibilitasse, assim, a miscigenação étnica debaixo do mesmo guarda-chuva político revelou-se, efetivamente, uma utopia idealista. Ao compartimentar identidades e com a procura da reconstrução imiscível de culturas acoçadas dos seus locais de origem, com sustentáculo na ignorância das realidades idiossincráticas de identidade, a paralisia política das instituições governativas nacionais da Bósnia-Herzegovina rebate-se nos formatos educacionais aplicados, bem com na componente religiosa, profundamente intrincada na questão de identidade nacional (Waller, 2015). Neste sentido, toda esta ausência de unicidade a nível nacional, para além de comprovar o erro e a falha dos diversos organismos e instituições internacionais, na sua demanda pela imposição de uma democracia ocidentalizada num território profundamente fracionado, refletiu-se, igualmente, nos tribunais civis - como referido anteriormente - bem como na própria necessidade de edificar e contextualizar o conceito de sociedade civil. Tal verifica-se uma vez que, a representação espacial que existe em casos onde as diferenciações étnicas estão diluídas na própria existência cívica e integradas no contexto administrativo e de jurisprudência, embateu no

pensamento neo liberal de que todas as áreas da sociedade, em estreita relação com o mercado livre, se moldam de forma liberal e se encaixam de forma a construírem uma cooperação mútua (Richmond & Franks (b), 2009). Consequentemente, o subentendimento de uma participação comunitária, bem como o envolvimento da criação de uma *civilitas*, foi levado a cabo por um organismo sociopolítico liderado pela comunidade internacional, incutido de fornecer, sob a perspetiva liberal, agendas sociais e políticas que materializassem que o edifício de sociedade civil foi concebido como um processo desenvolvido em recursos externos, com pequenas ligações a nativos locais e práticas culturais existentes (Richmond & Franks (b), 2009).

Ora, pelas descrições obtidas, consegue facilmente perceber-se que a realidade regional dificultava bastante a criação de uma situação de estabilidade política, baseada numa perspetiva liberal. Tomando como exemplo, uma situação ocorrida entre o presidente da República Srpska - Biljana Plavsice - e o seu Ministro do Interior, o entrevistado 1 demonstra, efetivamente, que a tensão identitária se entranhava nas instâncias judiciais, o que serve como prova da falha institucional e pedagógica das missões conduzidas. Sucedeu que, com a nomeação pelo Ministro do Interior, do comandante da polícia da região de Mrkonjic Grad - parte sérvia do território da Bósnia-Herzegovina - Plavsice sentiu-se profundamente inseguro, supondo que o líder das forças policiais daquela região, apenas seria “fiel” ao Ministro que o havia nomeado. Assim, um clima de tensão adensa-se, sendo que, posteriormente, surgem notícias de que uma força militarizada, leal ao presidente Plavsice, se dirigia para Mrkonjic Grad com a missão de depor o comandante e os seus homens. Consequentemente, temendo pela sua própria existência, o comandante recorre ao auxílio da IPTF, que, por sua vez, promete o envio de reforços. Por conseguinte, a continuidade do relato do entrevistado em questão, esclarece que os medos das forças policiais se revelavam credíveis, uma vez que “começavam a chegar à cidade algumas viaturas particulares que, embora trajando civilmente, deixavam transparecer sinais evidentes que caracterizam o pessoal militar.”¹¹ Ora, após um encontro com o Comandante do Batalhão Britânico da Força de Estabilização da OTAN, e com o apoio deste, carros de combate foram enviados para barrar as vias de comunicação de acesso à cidade e o edifício da polícia foi circundado por um batalhão, fortemente armado, com o objetivo de impedir qualquer tentativa de invasão. Assim, ao fim de oito horas a

¹¹Entrevista 1, p.6.

situação acalmou, tendo se recuado no que remete à nomeação do novo comandante¹² e resolvendo-se a situação de uma forma diplomática, contudo, com um carácter profundamente instável.

Apesar da forma como foi resolvido, tal relato demonstra, claramente, a forma como já findados os conflitos militarizados, se vivia uma situação de ruptura constante, sendo que a mínima decisão, e/ou ato menos ponderado, poderia despoletar um rastilho que facilmente explodia e culminava, por sua vez, em agressões entre as partes.

Desta forma, ao serem goradas as projeções idílicas de um estado democrático ao estilo ocidental, onde a transversalidade étnica e o multipartidarismo cultural seriam diluídos numa torre de confluências e consensos, verificou-se, de facto, um verdadeiro fiasco. Esse erro de análise e conhecimento por parte dos atores internacionais, sob a bandeira da ONU, e de governos com agendas particulares, cristalizou-se no tempo, tendo resultado num estado quase falhado.

Em síntese, é evidente o resultado da ineficácia operativa das missões de paz levadas a cabo pela Organização das Nações Unidas, que, apesar de atingirem determinados objetivos propostos - nomeadamente a criação de um estado e a manutenção da paz - não foram capazes de olear as peças fundamentais, necessárias ao funcionamento de um país onde a efervescência nacionalista se revela bastante característica. Conclui-se, assim, que as missões de paz da ONU, tal como demonstrado ao longo do capítulo, não se revelaram objetivamente consistentes. A parcimónia de atuação, bem como os pudores no uso da força, culminaram, primeiramente - ainda durante a guerra - num genocídio em Srebrenica, e posteriormente, numa amálgama de ações que não esclareceram até que ponto as forças no terreno poderiam agir de acordo com as funções atribuídas, sem o consentimento de atores internacionais movidos por agendas de interesse próprio, sendo que outra explicação plausível para a frustrada construção e conseqüente edificação do estado bósnio remete - segundo a análise realizada à abordagem realista das Relações Internacionais relativamente às OIs - para o facto de as organizações internacionais se caracterizarem enquanto instrumentos de poder para os estados dominantes, ou seja, a intervenção externa conduzida por parte da Comunidade Internacional - incluindo a ONU - na Bósnia-Herzegovina, revelou-se

¹²Entrevista 1, p.6

ineficaz devido, em parte, à clara sobreposição e consequente implantação de interesses superiores, sob um estado arruinado e extremamente fragmentado.

Desta forma, o futuro da Bósnia-Herzegovina é, de facto, caracterizado por uma enorme indeterminação.

2.2.3. O futuro da Bósnia-Herzegovina

Primeiramente, na sequência das descrições elaboradas em subcapítulos anteriores no que remete à situação vivenciada na Bósnia-Herzegovina pós-guerra, nomeadamente no que concerne à edificação social, económica e política da região, pode, efetivamente, afirmar-se que o futuro se revela extremamente incerto.

Ora, segundo estatísticas apresentadas no National Human Development Report (2007), passados dez anos após a implementação dos acordos de Dayton de mais de 5,1 milhões de euros investidos na reconstrução e reabilitação do estado em questão, concluiu-se que “o impacto da divisão étnica - ou ‘etnização’ - na Bósnia é muito pervasivo, serviu para enfraquecer a solidariedade social e retardou o processo de progresso social (...)”. Apesar dos números de crescimento, cerca de 1/5 da população encontrava-se abaixo do limiar de pobreza e uma larga proporção era pobre (...)”.

Consequentemente, a conjuntura socioeconómica da Bósnia-Herzegovina, revelava-se profundamente preocupante já durante a primeira década do século XXI. Com efeito, as taxas de desemprego alcançavam os 30%, sendo que mais de metade dos cidadãos com capacidade produtiva se encontrava em situação de inatividade no mercado de trabalho, bem como categorizada enquanto desempregados de longa duração (Bhas, 2006). Também a enorme vaga emigratória, e a consequente falta de mão-de-obra, nomeadamente qualificada, constitui, ainda hoje, uma vasta lacuna no processo fundamental de reconstrução da nação, dado que quadros habilitados representariam, efetivamente, uma alavanca essencial para todo o processo de desenvolvimento pós-guerra, não se tendo, desta forma, verificado devido à falta de atrativos (Waller, 2015). Assim, tal como é descrito numa das entrevistas efetuadas, “(...) em termos económicos, o principal problema é o elevado nível de desemprego,

sobretudo junto dos jovens (...).¹³ Neste sentido, atualmente, os níveis de desemprego permanecem significativamente elevados, ultrapassando mesmo os 30%, no ano de 2018.¹⁴

Já de acordo com um relatório elaborado em 2018 pela Comissão Europeia relativamente à situação atual da Bósnia-Herzegovina, concluiu-se que, efetivamente, o sistema relativo às decisões políticas permanece bastante fragmentado, sendo que existe um quadro legislativo separado no que remete ao planeamento político, mais precisamente, a nível estatal e das duas entidades. Desta forma, “There has been no progress towards a country-wide approach to policy development and coordination.” (Bosnia and Herzegovina 2018 Report, 2018, p.6). Adicionalmente, apesar da aceitação geral dos princípios fundamentais de uma economia de mercado, a alta e direta influência do estado, a falta de liderança política, bem como as disputas constantes resultaram em atrasos e interrupções de projetos de reforma acordados e, conseqüentemente, há muito esperados. Por sua vez, as estatísticas confirmam que o crescimento económico se encontra estabilizado, contudo, importa destacar que permanece, com efeito, abaixo do potencial do país (Bosnia and Herzegovina 2018 Report, 2018).

Na sequência do cenário socioeconómico e político alarmante, importa igualmente mencionar a situação relativa ao setor da Educação, que não se revela, por sua vez, nada favorável, nomeadamente devido a questões relacionadas com o idioma, cultura e política. Com efeito, cada região étnica possui uma língua oficial, o que dificulta, deste modo, a propagação da unicidade estatal e a miscigenação entre etnias: “O país tem uma divisão administrativa complexa, levando ao ponto de ter várias políticas de um mesmo sector (ex: educação) consoante a localização geográfica.”¹⁵ Adicionalmente, tanto bósnios sérvios, como bósnios croatas, rejeitam veemente a designação do idioma bósnio enquanto língua oficial do país. Ora, tal é de facto, indicativo de “uma grande separação social entre as várias etnias que compõem a sociedade na Bósnia-Herzegovina. Notando-se até na formação dos bairros (...)”¹⁶

¹³Entrevista 2, p. 2.

¹⁴Figura 5 - TradingEconomics. (2018). *Bósnia-Herzégóvina - Taxa de Desemprego*.

¹⁵Entrevista 2, p.2.

¹⁶Entrevista 2, p.2.

Por conseguinte, o desenvolvimento do país tem-se revelado parco, bem como praticamente inexistente, sendo que de acordo com o entrevistado 2 - especialista em questões relacionadas com a região dos Balcãs - a Bósnia-Herzegovina possui duros desafios pela frente, nomeadamente “encontrar uma forma de governo que agrade às três etnias presentes de forma maioritária no país.”¹⁷ uma vez que, a atual presidência tripartida, já provou ser, com efeito, totalmente inapta em termos de governação, e, conseqüentemente, insustentável. Ora, segundo o entrevistado em questão, o futuro da Bósnia-Herzegovina passa, indubitavelmente, pela continuidade do auxílio prestado por parte da União Europeia, bem como por uma possível adesão, sendo que, sem o apoio e aconselhamento da UE, a Bósnia-Herzegovina não possuirá elevadas hipóteses de ultrapassar o impasse político, bem como socioeconómico, em que se encontra desde a imposição dos Acordos de Dayton. Conseqüentemente, a Bósnia-Herzegovina já apresentou oficialmente a sua candidatura à UE, mais precisamente, no dia 15 de Fevereiro de 2016, encontrando-se, desde então, na lista de potenciais candidatos que ainda não reúnem, porém, as condições necessárias para aderir formalmente.¹⁸ No entanto, importa destacar a participação do país em questão em diversos programas da União Europeia, nomeadamente “Horizon 2020, Creative Europe, Fiscalis 2020, Customs 2020, Europe for Citizens, Erasmus +, Third Programme for the Union's action in the field of health and the COSME programme.” (Bosnia and Herzegovina 2018 Report, 2018, p.39).

Adicionalmente, a Bósnia-Herzegovina pretende desenvolver uma possível cooperação com a OTAN, não tendo ainda, no entanto, - tal como acontece com a adesão à UE - alcançado tal objetivo, devido em grande parte à falta de coesão interna, nomeadamente no que remete à questão específica da adesão, dado que os bósnios sérviosse opõem, obstinadamente, à mesma. Também a instabilidade política, a influência de fatores externos, no que diz respeito à política externa da Bósnia-Herzegovina, mais precisamente, a interferência da Sérvia e da Croácia, bem como a inexistência de reformas essenciais, nomeadamente no que concerne à área da defesa, entre outras, comprovam que a Bósnia-Herzegovina possui uma série de complexos desafios e barreiras que necessita de ultrapassar, de forma a poder pertencer, oficialmente, à Aliança Atlântica (Preljević, 2017).

¹⁷Entrevista 2, p.2.

¹⁸Site oficial da União Europeia. Consultado em: https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt a 29/07/2018.

Assim, concluí-se que o futuro da Bósnia-Herzegovina se poderá revelar, efetivamente, risonho, caso a adesão à União Europeia se concretize. Contudo, mais de vinte anos após o conflito armado o território permanece, com efeito, intrinsecamente dividido, bem como em clima de instabilidade e crise constantes, facto que dificulta, consequentemente, a previsão do seu futuro.

Conclusão

Apesar do conflito armado na Bósnia-Herzegovina ter, efetivamente, terminado com os Acordos de Dayton, são imensas as lacunas decorrentes do processo de ressurgimento estatal no território em questão. Não obstante a constante presença internacional no território bósnio, mais precisamente, da ONU e de diversas ONG's, a institucionalização da lateralização étnica impediu progressos na construção de um estado “pluri-identitário”, sendo que a estabilidade emocional da população se demonstrava, com efeito, periclitante, e a sua convivência com os atores externos, apesar de amistosa, apresentava algumas desconfianças e sinais de descredibilização.

Ora, tal ausência de interação foi resultado da ineficácia operativa das missões de paz conduzidas pela Organização das Nações Unidas em território bósnio. Efetivamente, apesar de atingirem determinados objetivos propostos - nomeadamente a criação de um estado e a manutenção da paz - não foram capazes de adaptarem a sua atuação ao funcionamento de um país onde a efervescência nacionalista se revela bastante característica, sendo que a intenção de proceder a uma separação populacional segregativa, sem a consciência de que se quebrariam laços dos mais variados tipos - familiares, amistosos e territoriais - e a criação, ao mesmo tempo, de um estado multiétnico, se materializou, conseqüentemente, numa impossibilidade.

A par da institucionalização das etnias, que constitui, indubitavelmente, o maior obstáculo através do qual se torna impossível idealizar uma nação de gente cooperante e governamentalmente progressista, as missões de paz da ONU, como demonstrado anteriormente, não se revelaram objetivamente consistentes. O sucesso das missões de construção e manutenção da paz dividia-se em três indicadores, nomeadamente a reabilitação, reconstrução e reconciliação; criação de mecanismos políticos e sócio económicos de confiança; e habilidade da intervenção externa para solidificar e estabilizar o estado pós-conflito (Newman, 2009). Por conseguinte, apesar das diretivas em questão, criadas para orientar a política intervencionista das Nações Unidas em território bósnio, a intervenção materializou-se por um comportamento relutante e de profunda hesitação (Oeter, 2000), sendo que a parcimónia de atuação e os pudores no uso da força, culminaram primeiramente - ainda durante a guerra - num genocídio em Srebrenica, e, posteriormente, numa amálgama de ações que não esclareceram até que

ponto as forças no terreno poderiam agir, sem o consentimento de outros atores internacionais com agendas de interesse próprio.

De acordo com um dos entrevistados, as instituições da ONU “estão completamente obsoletas (...)”¹⁹, facto ao qual se junta uma falta de consenso para “alterar o status quo (...)”²⁰, não só no que remete à questão da região dos Balcãs, mas, igualmente, à generalidade mundial, devendo, neste sentido, proceder-se a uma adaptação do carácter intervencionista das missões de forma a que se torne, assim, mais eficaz e despujado. Ora, tal instabilidade de intervenção das Nações Unidas permitiu, de facto, o avanço de outros atores com interesses particulares na região em questão, nomeadamente a Rússia e a China²¹, que atuam, por sua vez, através de pólos de influência que objetivam, conseqüentemente, a redefinição de poderes locais, bem como a desconexão da União Europeia desta geografia.

Neste sentido, o entendimento de um dos entrevistados conflui com a ideia conclusiva central, na medida em que seria extremamente benéfico que a ONU funcionasse, efetivamente, dentro dos parâmetros fundacionais, sendo que tal se torna, porém, praticamente impossível, devido essencialmente à sobreposição de interesses próprios dos estados dominantes que utilizam, desta forma, as organizações internacionais para atingirem os seus objetivos, tomando, conseqüentemente, a primazia dos seus interesses geopolíticos de engrandecimento particular à custa dos demais povos, tal como é preconizado pela abordagem da teoria realista das Relações Internacionais.

Tal tipo de engrandecimento serviu de veículo de transmissão para o conseqüente processo de desvirtuamento social, político e identitário da Bósnia-Herzegovina, uma vez que não contribuiu, evidentemente, para nenhum tipo de aglutinação entre as diferentes lateralidades da população, perpetuando, ao invés, as desproporções que se propagaram a vários ramos da administração pública, bem como das forças de segurança. Um exemplo ilustrativo de tal remete para a tentativa de golpe militar descrita por um dos entrevistados, apenas estancada pelo batalhão internacional destacado, sustentado com armamento de calibre altíssimo, sendo tal relato

¹⁹Entrevista 2, p.2.

²⁰Entrevista 2, p.2.

²¹Entrevista 2, p.2.

demonstrativo da forma como já findados os conflitos armados se vivia uma situação de profunda tensão, bem como de ruptura constante.

Efetivamente, é certo que os Acordos de Dayton constituíram um passo fundamental para a cessação do conflito armado no território bósnio, que já havia extravasado, em largo número, o campo da mortandade considerado “normal”, decorrente de um confronto bélico, devido, maioritariamente, à limpeza étnica baseada no nacionalismo sérvio exacerbado, prática evidente da eugenia de Slobodan Milosevic e Radovan Karadžić, que conduziu, assim, ao genocídio de grande parte da população bósnia muçulmana, numa luta pelo espaço vital para a construção da “Grande Sérvia”. Importa, neste sentido, destacar que, mesmo após o cessar dos conflitos, tais ideais de superioridade dos sérvios face às demais etnias locais não se extinguiu completamente, sendo que esse mesmo pormenor tem dificultado, intrinsecamente, a coexistência interétnica e o funcionamento judicial e político, pedras basilares do Estado de Direito. Ora, analisando tais factos, não é, com efeito, de admirar que mais de vinte anos após o término oficial da guerra da Bósnia-Herzegovina ainda exista dificuldade em sarar feridas que se encontram, assim, profundamente enraizadas na memória dos locais pertencentes às diversas etnias que co-habitam no território da Bósnia-Herzegovina.

Desta forma, conclui-se que tanto as missões de paz das Nações Unidas, como as intervenções de outros atores externos, de carácter particular, não se revelaram, efetivamente, eficazes, no que remete ao auxílio da construção de uma nova Bósnia-Herzegovina, desenvolvida e próspera, sendo que esta permanece intrinsecamente dividida, bem como em clima de instabilidade e crise constantes, facto que dificulta, conseqüentemente, a previsão do seu futuro.

As principais dificuldades inerentes à construção da presente dissertação materializaram-se, primeiramente, na restrição espacial e temporal para a construção de um documento que obriga à recolha exaustiva de dados, análise bibliográfica e quantitativa, e introspeção empírica, bem como emocional, da abordagem a tomar. Neste sentido, teria sido certamente útil realizar uma viagem à Bósnia-Herzegovina, de forma a proceder-se à recolha de informação no terreno, porém, devido à falta de financiamento, tal não se revelou, efetivamente, possível. Por outro lado, foram contactados diversos especialistas na temática em questão, não se tendo, contudo, obtido resposta, sendo que devido a limitações de tempo, não se revelou possível a

continuidade da insistência. Ainda assim, importa destacar que a análise de determinados relatórios - mencionados anteriormente - produzidos pela Organização das Nações Unidas, certamente enriqueceu o núcleo do trabalho, assim como o contacto direto com um integrante das missões de paz levadas a cabo no território bósnio, que terá, por sua vez, avaliações e pontos de vista um pouco diferentes da generalidade da academia e que transmite, assim, alguma sensibilidade e emoção à construção teórica.

A construção de uma democracia ao estilo ocidental num país como a Bósnia-Herzegovina, tendo sido ignorado o diferente contexto local e regional em questão e traçados limites exógenos e profundamente descaracterizadores da realidade cultural bósnia, assim como a conseqüente e necessária remodelação da intervenção internacional por parte da ONU, constituem aspetos que devem continuar a ser analisados. Contudo, salienta-se que o debate deve ser inclusivo à sociedade civil local, seja à que vivenciou o conflito e os seus meandros, mas também à que a ele sucedeu, uma vez que as fissões de visão do mesmo produto permitirão um encontro de um núcleo de conhecimento capaz de produzir estudos que, sem interesses velados, tragam uma aglutinação social rejuvenescida.

Referências Bibliográficas

Aguilar, S., Mathias, A. (2012). Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Campus de Marília, v. 4, n 8, p.438-454. Dezembro 2012.

Aguilar, S. (2003). *A guerra da Iugoslávia: uma década de crises nos Bálcãs*. São Paulo: Usina do Livro.

Antunes, S. & Camisão, I. (2017). *International Relations Theory*. England: E-International Relations Publishing. [em linha]. Disponível em: <http://www.e-ir.info/>. Acesso em: 14 de Maio de 2018.

Apostolava, M. E. (1994). Iugoslávia: Crônica de uma crise. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 37, 82-105.

Azambuja, M. (1995). As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva. *Estudos avançados* 9(25). [em linha]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n25/v9n25a11.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2018.

Bellamy, A. J. & Williams, P. D. (2004). Introduction: Thinking anew about peace Operations. *International Peacekeeping*, V. 11, nº 1, jan. 2004.

Bellamy, A.J. & Williams, P. D. (2011). *Understanding Peacekeeping*. 2a.ed. Cambridge: Polity.

Bellamy, A. J. & Williams, P. D. (2009). The West and contemporary peace operations. *Journal of Peace Research*, 46(1), 39-57.

Booth, K. (2001). Teorias e Práticas da Segurança no Século XX: Sequência Histórica e Mudança Radical. *Nação e Defesa - Revista Quadrimestral*, (Nº 99), 19–50.

Bose, S. (2002). “The Bosnian State a decade after Dayton”, in *International*

Peacekeeping Journal, Vol. 12, Taylor & Francis, Oxfordshire.

Boutros-Ghali, Boutros. (1992). An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, Peacemaking and Peacekeeping. Report of the Secretary-General. United Nations Document A/47/277-S/24111.

Brener, J. (1996). Os Balcãs - História e Crise. São Paulo: Ática, 1996.

Brugnolli, H. (2012). *As Operações de Peacekeeping das Nações Unidas do Século XXI Pós o Relatório Brahimi*. Trabalho de conclusão de curso, para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais apresentada à Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí.

Buergenthal, T. (1988). International Human Rights. Minnesota: West Publishing.

Calvocoressi, P. (2011). *Política Mundial a partir de 1945*. Porto Alegre: Penso. 9ª Ed.

Canesin, C. (2008). A ordem e as forças profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais – em busca de uma possível francofonia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51 (1), 123-136.

Carta das Nações Unidas. (1945). Assinada em São Francisco a 26 de Junho.

Cavalcante, F. (2010). As origens conceituais da construção da paz das Nações Unidas.

Chandler, D. (2000). *Bosnia: Faking democracy after Dayton*, Pluto Press, London.

Chaumont, C. (1992). A ONU. Oeiras: Margens.

Conceição, A. F. (2006). *Os acordos de Dayton na prática: O desafio dos sete primeiros anos de construção de um estado multiétnico dividido ao meio*. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Conteh-Morgan, E. (2005). Peacebuilding and Human Security: A Constructivist Perspective. *International Journal of Peace Studies*, 10 (1), 69-86.

Cousens, E., Cater, C. (2001). *Toward Peace in Bosnia: implementing the Dayton accords*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001.

Cutileiro, J. (2003). *Vida e morte dos outros: a comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Dai, X., Snidal, D. & Sampson, M. (2010). “International Cooperation Theory and International Institutions”, in *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*, Oxford, Oxford Press.

Dantas, A. (2014). UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA À LUZ DAS TEORIAS REALISTAS E LIBERAIS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. *SÉCULO XXI, Porto Alegre*, V. 5 (Nº1).

De Coning, C. (2018). Adaptivepeacebuilding. *International Affairs*, 94 (2). [em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iix251>. Acesso em: 14 de Maio de 2018.

De Figueiredo Summa, R. (2017). Complexificação e desafios das operações de paz no pós Guerra Fria: Uma análise do peacebuilding na Bósnia-Herzegovina. *HADES – Revista Interdisciplinar do Grupo de Pesquisa Conflitos Armados, Massacres e Genocídios na Era Contemporânea da UNIFESP*, (nº 1).

De Sousa, F., & Mendes, P. (2014). *Dicionário de relações internacionais* (Vol. 3). Porto: Edições Afrontamento.

Dwivedi, S. S. (2012). “International Organizations And Global Governance”, in *International Journal of Social Science & Interdisciplinary Research*, Vol. 1, Issue 12, Delhi, University of Dehli Press.

Drebes, J. S. (2012). A Disputa sobre o Nome da Macedônia: a oposição da Grécia ao reconhecimento do nome constitucional da República da Macedônia. *Justiça & História*, Vol. 10(n. 19 e 20), 75.

Džihana, A. & Jusić, T. (2008). Bosnia and Herzegovina. In S. Bašić-Hrvatini, M. Thompson, & T. Jusić (Ed.), *Divided they fall: public service broadcasting in multiethnic states*. Sarajevo: Mediacycenter, pp. 81-118.

European Commission. (2018). Bosnia and Herzegovina 2018 Report. [em linha]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/20180417-bosnia-and-herzegovina-report.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

Feigs, F. (2006). *Post-Conflict Development in Bosnia and Herzegovina The hindrances to local socio-economic development in Mostar*. Tese de Mestrado em Geografia Humana, apresentada à Universidade de Joensuu, Joensuu.

Fernandes, A. (2011). *Conflitos e Paz Mundial. A importância da ONU*. Lisboa: Quid Editora.

Fisas, V. (1998). *Cultura de paz y gestión de conflictos*. Barcelona: Icaria.

Frederking, B. & Diehl, P. F. (2015). *The Politics of Global Governance: International Organizations in an Interdependent World*. Lynne Rienner Publishers, Colorado.

Galtung, Johan. (1976). Three approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, and peacebuilding. In: GALTUNG, Johan (Ed.). *Peace, war and defence: essays in peace*

research. Copenhagen: Christian Ejlertsen.

García, A. (2004). *Otra Mirada sobre Yugoslavia: Memoria e Historia de la Participación de las Fuerzas Armadas Españolas en Bosnia-Herzegovina*. Tese de doutoramento apresentada à Facultad de Letras de la Universidad de Murcia, Múrcia.

Gold, D. & Mcglinchey, S.(2017). *International Relations*. England: E-International Relations Publishing. Disponível em: <http://www.e-ir.info/>. Acesso em: 14 de Maio de 2018.

Gouveia, J. (2013). *Direito Internacional da Segurança*, Almedina.

Hamman, E. P. (2007). *O papel de atores internacionais na prevenção de conflitos violentos: silêncio no Kosovo, vozes na Macedônia (1989-2001)*. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio, Rio de Janeiro.

Harland, D. (2017). *Never Again: International Intervention in Bosnia and Herzegovina*, Centre for Humanitarian Dialogue, Geneva. p.4. [em linha]. Disponível em: <https://www.hdcentre.org/publications/never-again-international-intervention-in-bosnia-and-herzegovina/>. Acesso em: 18 de Julho de 2018.

Hazen, J. M. (2007). “Can Peacekeepers Be Peacebuilders?” in *International Peacekeeping*, Vol. 14, no. 3, Oxfordshire, Taylor & Francis, p. 323-338.

Herz, M. & Hoffman, A. R. (2004). *Organizações Internacionais: história e práticas*, Rio de Janeiro, Elsevier.

Hove, S. (2018). *Understanding Contemporary Peacebuilding Theory and Praxis*. [em linha]. Disponível em: https://www.academia.edu/7188823/Understanding_Contemporary_Peacebuilding_Theory_and_Praxis. Acesso em: 14 de Maio de 2018.

Johnstone, D. (2005). *Cruzada de cegos – Jugoslávia, a primeira guerra da globalização*. Lisboa: Editorial Caminho.

Jönsson, C. (2013). Theoretical Approaches to International Organization. In *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. Oxford, Oxford University Press.

Kissinger, H. (1994). *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva.

Kissinger, H. (1995). *Strategic Trends Towards the 21st Century: Economic and Political Challenges*. USA: Penguin Books.

Kofi A. (2002). "The Man To Save The World?". *Saga Magazine*

Lima, T. (2017). A Guerra na Bósnia e o Acordo de Dayton: a reformulação do Sistema de Segurança Europeu. *NEARI EM REVISTA*, v.3 (n.3).ISSN: 2447-2646.

MacQueen, B. (2016). Peacebuilding, international intervention and debating the Responsibility to Protect. *Australian Journal of Political Science*, 51 (3), 598-611.

Martins Branco, C. (2003). As Nações Unidas e as Operações de Paz: uma Perspectiva Organizacional. *Nação e Defesa - Revista Quadrimestral*, (N.º 104), 97–147.

Mazower, M. (2014). *O Continente das Trevas*, Edições 70, Lisboa.

McGlinchey, S., Walters, R., Gold, D. (2017). *International Relations Theory*. England: E-International Relations Publishing. Disponível em: <http://www.e-ir.info/>. Acesso em: 14 de Maio de 2018.

Mello Valença, M. (2006). *A Questão da Segurança nas Novas Operações de Paz da ONU: os casos de Serra Leoa e da Bósnia-Herzegovina*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio, Rio de Janeiro.

Muñiz Álvarez, A. (2008). *A Atuação da ONU no Conflito dos Bálcãs (1991 – 1995) -O Institucionalismo, somente uma promessa? -*. Monografia apresentada ao Centro Universitário de Belo Horizonte UNI-BH como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, Belo Horizonte.

Nascimento, B. F. (2007). *Solução de Controvérsias Internacionais. Revisão do papel da ONU como Pilar da Segurança Internacional*. Curitiba: Juruá.

National Human Development Report.(2007). Social Inclusion in Bosnia and Herzegovina. [em linha]. Disponível em: http://www.ba.undp.org/content/bosnia_and_herzegovina/en/home/library/nhdr/nhdr-2007.html. Acesso em: 20 de Julho de 2018.

Newman, E. (2009). “Liberal peacebuilding debates”, in *New Perspectives on Liberal Peacebuilding*, Roland Paris, Tokyo, United Nation University Press.

Nogueira, J., P. & Messari, N. (2005). *Teorias das Relações Internacionais: correntes e debates*. Elsevier Editora. São Paulo, Brasil.

Oellers-Frahm, K. (2005). “Restructuring Bosnia-Herzegovina: A Model With Pit-Falls”, in *Max Planck Yearbook of United Nations Law Online*, Vol. 9, Bilden, p. 186.

Oeter, S. (2000). “Yugoslavia, Dissolution”, in *EPIL* 4.

Schäfer, P. J. (2013). *Human and Water Security in Israel and Jordan*, SpringerBriefs in Environment, Security, Development and Peace 3, DOI: 10.1007/978-3-642-29299-6_2, © The Author(s).

Pal, M. (2017). Marxism. In S. Mcglinchey, R. Walters & C. Scheinpflugn (eds), *International Relations Theory* (pp. 42-48). Bristol, England: E-International Relations Publishing.

Peacebuilding Support Office. (2010). *UN Peacebuilding: an Orientation*. ©Copyright United Nations, 2010.

Peres, A. C. S. (2011). Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia. *Cadernos Pagu*, (37), 117-162. [em linha]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200005>. Acesso em: 08 de abril de 2018.

Peres, A. C. S. (2013). O debate sobre a representação da diferença e o significado da guerra na Bósnia-Herzegovina. *Horizontes Antropológicos*, 19(40), 423-450.

Pires, C. (2016). *A Educação dos Neocolonizadores: A Escola Colonial e a Investigação do Ultramar no Império Português (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.

Polachek, S. W. (2010). – «Current research and future directions in peace economics: trade gone awry». In *Peace Economics, Peace Science and Public Policy*, vol. 16, n.º 2.

Preljević, H. (2017). Unsatisfied? The Rocky Path to NATO Membership – Bosnia and Herzegovina: A New Approach in Understanding the Challenges, *CIRR XXIII* (80), 33-59 ISSN 1848-5782.

Proudhon, P. (2002). *A guerra e a paz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Rados, M. (1999). *Quem matou a Jugoslávia?*. Porto: Campo das Letras - Editores, S.A.

Relatório da Liberdade Religiosa 2016. [em linha]. Disponível em: <https://www.acn.org.br/images/stories/RLRM2016/pDFs/RLRM-2016-BosniaHerzegovina.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2018.

Richmond, O. (2008). *Peace in International Relations*. Oxon, UK: Routledge.

Richmond, O. & Franks, J. (2009). *Liberal Peace Transitions: Between Statebuilding and Peacebuilding*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Richmond, P. & Franks, J. (a). (2009). Between Partition and Pluralism: the Bosnian jigsaw and an ‘ambivalent peace’, in *Southeast European and Black Sea Studies*, Centre for Peace and Conflict Studies, Vol. 9, Nº 1-2, University of St. Andrews.

Richmond, P. & Franks, J. (b). (2009). *Liberal Peace Transitions: Between Statebuilding and Peacebuilding*, Edinburgh, Edinburgh University Press.

Ribeiro, M. (1998). *A Organização das Nações Unidas*. Coimbra: Almedina.

Rittberger V., Zangl, B. & Kruck, A. (2012). *International Organization*. 2nd ed. Palgrave Macmillan. New York.

Rocha Almeida, A. (2012). *A posição dos partidos políticos portugueses face à guerra da Bósnia Herzegovina (1992-1995)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Saraiva, M., Roque, S., Kowalski, M., Rocha, L. & Nascimento, D. (2013). O Conselho de Segurança da ONU. *Revista Quadrimestral Nação e Defesa*. Nº 135 – 5ª Série. Instituto da Defesa Nacional. [em linha]. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD135.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2018.

Scremin, R. & Santos, F. (s/d). A Paz e o Marxismo: aproximações da cultura da paz com o materialismo histórico dialético. [em linha]. Disponível em: https://www.academia.edu/12367167/A_Paz_e_o_Marxismo_aproxima%C3%A7%C3%B5es_da_cultura_da_paz_com_o_materialismo_hist%C3%B3rico_dial%C3%A9tico. Acesso em: 6 de agosto de 2018.

SIMUNA – Simulação de Relações Internacionais do Colégio Nacional (2015).

Conferência de Paris. [em linha]. Disponível em: <https://www.nacionalnet.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Guia-de-Estudos-Confer%C3%Aancia-de-Paris-.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2018.

Stivachtis, Y. (2017). The English School. In S. Mcglinchey, R. Walters & C. Scheinpflug (Eds), *International Relations Theory* (pp. 28-35). Bristol, England: E-International Relations Publishing.

Tenembaum, Y. (2012). Conceptual Framework: Democratic Peace Theory from The Perspective of the English School Theory of International Relations. [em linha]. Disponível em: <https://blog.politics.ox.ac.uk/conceptual-framework-democratic-peace-theory-from-the-perspective-of-the-english-school-theory-of-international-relations/>. Acesso em: 6 de agosto de 2018.

The United Nations Development Programme. (1994). *HUMAN DEVELOPMENT REPORT 1994*. New York Oxford, Oxford University Press, 226.

Theys, R. (2017). Constructivism. In S. Mcglinchey, R. Walters & C. Scheinpflug (Eds), *International Relations Theory* (pp. 36-41). Bristol, England: E-International Relations Publishing.

Vaisse, M. (1996). *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70.

Waller, H., M. (2015). *Post-Conflict Peacebuilding in Bosnia-Herzegovina*, New Hampshire, New Hampshire Scholars' Repository.

Wendt, A. (1999). Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. IN: VIOTTI, Paul. KAUPPI, Mark. *International Relations Theory*. p. 434-458.

Website do Departamento das Nações Unidas para as Operações de Paz. [em linha]. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/list-of-past-peacekeeping-operations>. Acesso em: 26 abril 2018.

Wolfers, A. (1962). "National Security as an Ambiguous Symbol", in: Wolfers, Arnold (Ed.): *Discord and Collaboration. Essays on International Politics* (Baltimore: John Hopkins University Press): 147–165.

Xavier, A., Rodrigues, A., Oliveira, F., Oliveira, G., Coelho, I., Coutinho, I. & Matos, S. (2007). *A Organização das Nações Unidas*. Coimbra: Publicações Humanas.

Zehfuss, M. (2001). "Constructivism in International Relations: Wendt, Onuf, and Kratochwil", in Karin Fierke e Knud Erik Jorgensen (eds), *Constructing International Relations. The Next Generation*, M.E. Sharpe, New York/London. p. 54-75.

Anexos

Guião de Entrevista

(Entrevista 1)

18/06/2018

Missão: UNMIBH - United Nations Mission in Bosnia and Herzegovina

Posto: 1.º Subchefe da PSP (quando integrei a Missão em 1996)

Função: Police Monitor/CID Team Leader/Deputy Station Commander

Local: Bosanska Gradiska/Mrkonic Grad

Incorporado em: 01/05/1996

Desmobilizado em: 06/08/1997

Questões:

1. Qual a denominação da missão para a qual foi destacado?

“Em 21 de dezembro de 1995, o Conselho de Segurança, através da resolução 1035 (1995) estabeleceu, por um período inicial de um ano, a United Nations International Police Task Force (IPTF) e um escritório civil das Nações Unidas na Bósnia e Herzegovina. A resolução foi tomada em concordância com o Acordo de Paz assinado pelos líderes da Bósnia e Herzegovina, Croácia e República Federativa da Jugoslávia em 14 de dezembro de 1995. A operação passou a ser conhecida como a Missão das Nações Unidas na Bósnia e Herzegovina (UNMIBH)”.

2. Qual foi a sua primeira impressão relativamente ao estado da região/país, onde esteve destacado?

“Antes de mais gostaria de enquadrar a minha Missão na Bósnia para um melhor entendimento do que vier a dizer posteriormente.

“O Quadro Geral para a Paz na Bósnia e Herzegovina, também conhecido como Acordo de Dayton ou Protocolo de Paris é o acordo a que se chegou

na Base Aérea Wright-Patterson, perto de Dayton, no estado norte-americano do Ohio, em Novembro de 1995 e formalmente assinado em Paris a 14 de Dezembro desse mesmo ano. Este acordo pôs fim ao conflito de três anos e meio na Bósnia e Herzegovina.

O tratado estipulava a formação de duas entidades territoriais na Bósnia, tornando-a um Estado dividido. De um lado, foi criada a Federação Croata-Muçulmana, controlada por bósnios croatas e bósnios muçulmanos e, de outro, a República Srpska, governada por sérvios.”

Eu integrei a Missão em 28 de Maio de 1996, ou seja, 5 meses após o Acordo de Dayton, 5 meses após o fim de uma guerra de três anos e meio.

Posto isto, quando cheguei à Bósnia apresentei-me no Comando Regional de Banja Luka da IPTF, inserido na Republica Srpska e fui colocado numa esquadra da IPTF recém-estabelecida na cidade de Bosanska Gradiska (Distrito de Prijedor), que fazia fronteira com a Croácia. O Rio Sava era a fronteira natural entre os dois países e a minha primeira impressão foi a de que estava numa cidade sob forte tensão. A população agia com a naturalidade possível, contudo sentia-se no ar uma ameaça constante, havia cortes imensos no fornecimento de energia eléctrica, muitos bens escasseavam, as instituições públicas faziam o que podiam para se manterem à tona e a vida corria numa normalidade aparente”.

3. De uma forma detalhada, descreva as funções que lhe foram atribuídas e que executou, durante a missão.

“Como elemento recém-chegado à esquadra e de acordo com as minhas competências e experiência prévia, o comandante atribuiu-me a função de receber e recolher os testemunhos das muitas pessoas que diariamente se dirigiam à Esquadra da UN Police para participarem as suas queixas.

A maioria das queixas eram apresentadas por muçulmanos bósnios e estavam relacionadas com despejos e ou ocupação de casas. Os sérvios que foram expulsos da Croácia após o lançamento da “Operação Tempestade” por parte das tropas croatas em 4 de Agosto de 1995, fugiram para a vizinha Bósnia, mais exactamente para áreas controladas por sérvios - Republica Srpska da Bósnia.

Desesperados e revoltados, ocupavam à força as casas de muçulmanos bósnios, com o argumento de que a terra era deles e que os muçulmanos deveriam ir para a área controlada pela federação Croata-Muçulmana.

As autoridades locais faziam o que podiam, contudo era notório que não davam muita atenção às queixas desse âmbito apresentadas contra sérvios.

O mandato da IPTF era claro e incidia em monitorizar, observar e inspecionar atividades e instalações de aplicação da lei, incluindo organizações judiciais, estruturas e procedimentos associados.

Assim e para tentar perceber o que se passava envidei esforços no sentido de falar com o comandante da polícia local. Não foi fácil no início, contudo e após vencer a inércia e a relutância em darem explicações sobre o que quer que fosse, consegui uma primeira reunião na qual me apresentei devidamente bem como de forma tranquila tentei explicar o mandato da IPTF bem como a obrigação de cooperação por parte do meu interlocutor na qualidade de comandante da polícia.

A reunião correu muito bem e ficou decidido que haveria uma reunião diária pelas 10:00 no sentido de haver uma maior aproximação entre a Polícia e a IPTF.

Paulatinamente e com a preciosa ajuda da intérprete que me acompanhava fui granjeando a confiança do Comandante da Polícia e em poucos dias por minha solicitação começaram a fornecer-me o relatório das atividades policiais das últimas 24 horas. Na posse desses dados comecei a ter a percepção do quadro geral em termos criminais e de infrações menores à lei na nossa área de responsabilidade.

Comecei finalmente a questionar o problema da ocupação ilegal de casas e que medidas estava a tomar a polícia para resolver esse problema. Houve esquivas várias e mencionavam que estavam a cumprir a Lei existente, contudo e como já existia um certo grau de confiança foi-me prometido que iriam começar a investigar seriamente o que se passava. O que passou a acontecer mormente porque lhes pedi que me providenciassem uma cópia dessa mesma Lei.

Na posse da lei original a qual estava escrita em Sérvio e naturalmente com caracteres cirílicos, dividi as páginas da mesma de forma mais ou menos igual e solicitei à intérprete que geralmente me acompanhava e a outros dois ao serviço da IPTF em Gradiska que fizessem um esforço no sentido de a traduzirem para

inglês.

Na posse da tradução e depois de a interpretar fiquei munido da ferramenta necessária para questionar o porquê de alguns processos que eu tinha em mãos.

Os relatórios diários que me eram facultados descreviam por vezes homicídios, violência doméstica, detenções várias e outros assuntos que seriam do interesse da IPTF investigar em paralelo no sentido de apurar os métodos utilizados bem como aferir dos direitos dos detidos, tempo de detenção sem serem presentes a juiz e outros assuntos de cariz policial e ou judicial.

Neste contexto e após reunião com o Comandante da Esquadra da IPTF e devida autorização do Comandante Distrital foi decidido criar na nossa Esquadra um CID Team, ou seja, uma equipa de investigação criminal.

Liderei essa equipa e sempre que existiam ocorrências de relevo a IPTF era informada pela polícia e fazíamos o acompanhamento da investigação sem interferências. Contudo sempre que existiam anomalias, as mesmas eram devidamente reportadas para o nível superior.

Após um curto período de férias que aproveitei para vir a Portugal, quando regresssei e mercê do trabalho desempenhado recebi a notificação de que tinha sido nomeado segundo comandante da esquadra da IPTF em MrkonicGrad. MrkonicGrad estava também na RepublikaSrpska contudo distava cerca de 100 Kms de Gradiska e situava-se na montanha.

No Domingo de Páscoa de 1997 um colega Português transportou-me de BosanskaGradiska para o meu novo posto e função.

MrkonicGrad é uma cidade na montanha, e a pela sua área passava e continua a passar a principal ligação rodoviária entre Bihac e Sarajevo. Estas duas cidades eram parte integrante da federação Croata/Muçulmana o que levava os viajantes a pensarem duas vezes antes de entrarem em zona da Republika Srpska. Na altura (não sei se hoje ainda é assim, mas acredito que seja) as duas primeiras letras da matrícula dos automóveis definiam a cidade onde haviam sido registados, logo, era muito fácil para os polícias locais saberem exatamente quem deveriam abordar. Vejamos a título de exemplo, um muçulmano ou croata decidia viajar de Bihac para Sarajevo, tinha duas opções, ou arriscava atravessar zona sérvia pois era por onde passava a estrada principal ou via-se forçado a contornar toda a montanha por estradas sinuosas e com um traçado difícil de modo a estar sempre em território da federação croata-muçulmana.

No início não me apercebi dessa situação, mas com o tempo e com as informações que me iam chegando através dos relatórios das “minhas” patrulhas da IPTF constatei que alguns polícias sérvios que serviam na esquadra e comando de Mrkonic Grad, nas suas horas de folga, fardavam-se e iam para a mencionada Estrada fazer operações STOP com o intuito de extorquir quem por lá passava e que não fosse sérvio.

Na posse dessas informações constatei “in loco” a veracidade do relatado e pedi uma reunião com o comandante da polícia local ao qual lhe expus a situação e disse que a mesma não poderia continuar. Não obstante o comandante me ter dito que iria colocar travão ao que se estava a passar, em reunião de Comandantes da IPTF em Banja Luka recebi a aprovação para colocar duas patrulhas minhas a percorrer a estrada no sentido de identificar todo e qualquer polícia sérvio que lá estivesse sem ser por razões de serviço efectivo.

Com esta determinação a situação ficou resolvida, se bem que me forçava a empenhar muitos meios humanos e materiais.

Uma das situações mais sensíveis e complicadas com que tive que lidar teve lugar num período em que estava a comandar a Esquadra da IPTF, pois o 1.º Comandante estava de férias e vou tentar descrevê-la sumariamente. Na altura existia uma forte tensão entre a Presidente da Republica Srpska, BiljanaPlavšiće o seu ministro do interior. O comandanteda polícia de Mrkonic Grad havia sido nomeado pelo ministro do interior o que fazia todo o sentido, contudo a Biljana Plavšićachava que o mesmo não lhe era fiel e que só respondia ao ministro do interior e decidiu colocar lá um comandante da sua confiança. Esta decisão, criou um clima de tensão enorme e o Comandante da polícia enviou-me um pedido de ajuda através de um dos seus elementos de confiança.

Desloquei-me então ao gabinete do comandante no edifício do comando da polícia servia de Mrkonic Grad, onde o mesmo me colocou a par da situação, dizendo temer pela sua vida e dos seus homens uma vez que tinha informações de que unidades especiais de polícia leais à presidente e ao novo comandante nomeado por esta se estavam a dirigir para a cidade com o intuito de o depor pela força se isso fosse necessário.

Fiquei de facto preocupado com o que me estava a relatar e prometi que iria tentar fazer o melhor possível para evitar qualquer tipo de confronto.

Regressei à esquadra da IPTF e informei o Comando Regional em Banja Luka que me prometeu enviar reforços e me pediu para aguentar a situação de melhor forma possível.

O tempo escasseava e começavam a chegar à cidade algumas viaturas particulares com homens que embora trajando civilmente deixavam transparecer sinais evidentes que caracterizam o pessoal militar.

Pedi então uma reunião com o Comandante do Batalhão Britânico da SFOR (Stabilisation Force/NATO) que se encontrava sediado perto da entrada da cidade. Na reunião e depois de explicada a situação, o Comandante Britânico concordou em dar o seu apoio à IPTF enviando carros de combate para barrar os acessos à cidade e vários veículos militares fortemente armados e equipados com autometralhadoras cercaram o edifício de comando da polícia com o intuito de impedir qualquer tentativa de invasão do mesmo.

Ao fim de cerca 8 horas desde o início das medidas tomadas, foi recebida a informação de que tinha havido um recuo na nomeação do novo comandante e que a situação estava resolvida.

Foi um alívio para mim e para todos os intervenientes, bem como para a cidade que temia que algo grave viesse a ocorrer.

Em Mrkonj Grad e na qualidade de segundo comandante desempenhei as tarefas inerentes ao cargo, tendo sob a minha orientação 35 polícias internacionais da UN, 10 intérpretes locais e 2 funcionários locais de apoio geral”.

4. Em que operações participou exatamente?

“O termo “operações” remete-nos inevitavelmente para operações militares. Eu não estive na Bósnia como militar, mas sim como Polícia Civil da UN desarmado.

Cada dia era uma operação, contudo e enquanto estive em Gradiska posso destacar o suporte dado às eleições gerais que tiveram lugar no dia 14 de Setembro de 1996, à evacuação a que o pessoal da IPTF de Bosanska Gradiska foi submetido e à inspeção ao armeiro da Polícia local onde foram apreendidas várias armas de guerra, granadas, morteiros, lança morteiros e explosivos que de acordo com as normas internacionais não podem ser utilizadas pela polícia civil.

Em Mrkonj Grad trabalhei em colaboração com a OSCE na preparação para as eleições municipais de 13 e 14 de Setembro de 1997, as quais decorreram já depois de eu ter terminado a minha missão”.

5. Como descreve o seu dia-a-dia, durante o tempo em que esteve destacado para a missão?

“Os polícias civis da UN e diferentemente dos militares, não têm um quartel ou base militar onde ficar.

A ideia é integrarem-se na sociedade e viverem o mesmo dia-a-dia, sofrendo as mesmas privações e problemas que a população local, estabelecendo desta forma uma maior aproximação e sentimento respeito e estima recíprocos.

Assim, quando chegam ao local onde foram colocados e vão exercer a sua função, tentam junto da população local arrendar uma casa ou parte de uma casa para viverem. Em Gradiska e inicialmente arrendei o primeiro andar de uma casa de família que se organizou de forma a poderem viver todos no rés-do-chão da moradia no sentido de alugarem a parte de cima e desta forma ganhar também algum dinheiro extra.

O meu dia-a-dia era passado sobretudo no exercício das minhas funções e quando em período de folga remetia-me à minha residência onde confeccionava as minhas refeições e convivia com a família que me acolhera.

Com o tempo a dona da casa começou a convidar-me para jantar com a família contribuindo eu com a compra de géneros sobretudo os adquiridos no Pleso Camp em Zagreb. O Pleso Camp era um espaço delimitado e controlado pela UN, que tinha por objectivo fazer a recepção aos elementos que chegavam à missão, testá-los ao nível da língua inglesa, fazer exame de condução e depois de passados estes testes proporcionar-lhes uma formação de uma semana de forma a prepará-los para a missão. Depois de tudo concluído cada elemento recebia um “Ration Card” que poderia utilizar no “supermercado” do Campo e adquirir bens que não estavam disponíveis na Bósnia.

Os cortes de energia eléctrica por vezes estendiam-se por vários dias, o que naturalmente reduzia as possibilidades de sair de casa. Por vezes ia a um ou outro café/bar que tinham electricidade proporcionada por grupos geradores.

Mais tarde e juntamente com um colega Português que estava também na esquadra da IPTF de Gradiska, alugamos uma casa independente onde vivi até ser transferido para Mrkonic Grad.

Chegado à cidade de Mrkonic e com a ajuda dos intérpretes locais, arrendei uma casa e a situação pouco diferia da vivida em Bosanska Gradiska”.

6. Por sua vez, como descreveria o dia-a-dia da população civil, da região/país, onde esteve destacado?

“Como disse no início, a população respirava finalmente de alívio com a paz alcançada e tentava reorganizar a vida da melhor maneira, contudo pairava no ar a ameaça constante de que algo poderia despoletar a guerra novamente. A guerra durou três anos e meio e por muito mal que as coisas estivessem notava-se que tudo era preferível a uma situação de guerra, por isso a população local tentava recuperar aos poucos a sua estabilidade emocional e viver em paz”.

7. Como caracteriza a convivência entre as forças de manutenção de paz das Nações Unidas e a população civil da região/país em questão?

“As relações entre a população e as forças de manutenção de paz eram amistosas e pacíficas. Eu trabalhei sempre com sérvios pois estive sempre em território da Republica Srpska e só posso falar desse mesmo povo.

Contudo e pelas informações recolhidas através de colegas portugueses e de outras nacionalidades, creio que na Federação Croata-Muçulmana se passava o mesmo, ou seja, a população via com bons olhos as forças de manutenção de paz.

Independentemente do mandado da UN, quer seja um força de interposição, de manutenção ou de estabilização da paz, um dos objectivos igualmente é injectar dinheiro nos territórios alvo das missões através do aluguer de imóveis para instalar os seus serviços, na contratação de elementos locais paravariadas funções bem como pelo estímulo do comércio local através do consumo de bens e serviços pelos elementos afectos à missão”.

8. Na sua opinião, considera que a missão em questão foi, efetivamente, eficaz, no que remete ao auxílio humanitário, bem como, relativamente à restauração e manutenção da paz?

“Eu não diria que foi eficaz, diria antes que conseguiu atingir resultados que levaram a que fosse considerada uma missão bem-sucedida. Ninguém sabe tudo nem consegue prever imponderáveis, contudo e valendo-me da minha experiência adquirida em 4 missões da UN e uma da OSCE, considero que a UNMIBH foi bem delineada e que com os ajustes necessários aqui e ali, foi uma missão dotada de um bom nível de organizacional, bem estruturada e constituída por excelentes profissionais”.

9. Como foi, para si, trabalhar numa organização como a Organização das Nações Unidas, que possui uma estrutura tão vasta e colaboradores de todo o mundo?

“A missão de que estamos a falar, foi a segunda missão da UN em que participei, e foi para mim gratificante servir de novo sob a égide da UN e poder trabalhar com pessoas oriundas de quase todo o mundo. No meu ponto de vista, creio que este tipo de missões para uns são extremamente penosas, e para outros são um desafio constante e uma forma única de aprender e expandir os seus conhecimentos em diversas vertentes.

Mentiria se dissesse que foi um mar de rosas, porque não foi de todo. Passei por momentos difíceis, complicados e perigosos mas temos a tendência para esquecer o que de mau aconteceu e dar mais ênfase ao positivo, eu pelo menos tento fazê-lo e a prova de que ignorei os maus momentos foi que após a UNMIBH participei em mais três missões”.

10. No seu ponto de vista, considera que os principais órgãos da ONU, nomeadamente, Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Secretariado, e Tribunal Internacional de Justiça, possuem um funcionamento eficaz?

“A ONU é uma organização imensa que tem uma miríade de organismos e que abraça quase todos os campos do desenvolvimento humano.

Não disponho de informação e conhecimento suficiente para me pronunciar de forma assertiva sobre o solicitado.

Com mais de 70 anos de existência, a ONU vive do dinheiro dos países membros que são igualmente os seus contribuintes e tornou-se num organismo muito pesado, que dificilmente será bem gerido.

O Conselho de Segurança foi criado há mais de 70 anos e sua constituição fazia sentido naquela altura, atualmente e na minha opinião está já obsoleto e carece de renovação da sua constituição, particularmente no que diz respeito aos 5 membros permanentes com poder de veto”.

11. A ONU é a maior organização internacional do mundo e a plataforma, por excelência, do multilateralismo. Como vê o papel da ONU, nomeadamente, pela sua capacidade multilateral, na conjuntura mundial pós-guerra fria?

“A política internacional é algo de muito complexo, ardiloso e por geralmente obscuro. Não está ao alcance do cidadão comum ter a percepção do que efectivamente se passa, pois os jogos de interesses e manobras de distração são constantes.

Muito haveria para dizer sobre a matéria, contudo e mais uma vez prefiro deixar os meus pensamentos e a minha perspectiva de fora desta entrevista”.

12. Por último, quais são, na sua opinião, os grandes desafios que a ONU enfrenta no futuro próximo?

“O futuro é algo que também não me atrevo a prever, de qualquer forma acho que o controle do excesso de natalidade nos países muçulmanos, sobretudo nos mais pobres e menos educados, o problema do aquecimento global que está já a submergir parte do Bangladesh e as migrações massivas de refugiados já são e continuarão a ser alguns dos maiores desafios”.

Muito obrigada pelo seu tempo, disponibilidade, partilha, bem como, contributo!

Guião de Entrevista

(Entrevista 2)

05/07/2018

Entrevista realizada a um doutorado em questões relacionadas com a região dos Balcãs.

Questões:

- 1. Desde o início da guerra da Bósnia-Herzegovina, a ONU tentou alcançar uma solução diplomática viável para a crise em causa, tendo protagonizado diversas tentativas políticas, em conjunto com a Comunidade Europeia, não se tendo, contudo, alcançado um consenso. Na sua opinião, considera que a missão de paz, conduzida pela ONU, durante o conflito, nomeadamente, a United Nations Protection Force, se revelou eficaz no que remete à proteção, tanto dos civis, como dos direitos humanos?**

“É óbvio que a missão de paz não foi eficaz, basta ver a situação em que se desenvolveu o massacre de Srebrenica. Nada foi feito para o impedir. Pelo contrário, há quem acuse as Nações Unidas de ter criado as condições para que o massacre acontecesse”.

- 2. Posteriormente, foi levada a cabo denominada United Nations Mission in Bosnia-Herzegovina, estabelecida após a assinatura do Acordo de Dayton, que colocou fim ao conflito. Considera que a missão em questão foi, efetivamente, eficaz, no que remete ao auxílio humanitário, bem como, relativamente à restauração e manutenção da paz?**

“Esta missão foi importante no primeiro apoio à população, contudo, nesta questão de restauração e manutenção da paz, a OSCE foi ainda mais importante, nomeadamente, na questão do desarmamento (porta a porta, aldeia a aldeia) junto da população civil. O desarmamento só ficou terminado vários anos depois do conflito”.

3. Como descreve a situação social, económica, e política, vivenciada na Bósnia do pós-guerra?

“País completamente destruído. Era suposto os Acordos de Dayton serem temporários. Nenhum país consegue ser governando em regime de rotatividade. Não há estabilidade política suficiente para dar andamento a projetos, reformas... Em termos económicos, o principal problema é o elevado nível de desemprego, sobretudo junto dos jovens. Aliás, isto é comum em todos os países daquela região. Há ainda uma grande separação social entre as várias etnias que compõem a sociedade na BH. Isso nota-se até na formação dos bairros (a população sérvia está separada dos Bósnios e dos Croatas)”.

4. Quais são, de acordo com a sua perspectiva, os grandes desafios que a sociedade bósnia enfrenta atualmente?

“Encontrar uma forma de governo que agrade às 3 etnias presentes de forma majoritária no país. Como não se consegue arranjar algo melhor que Dayton, este vai mantendo-se no tempo. Isto tem grandes consequências para o desenvolvimento do país. O país tem uma divisão administrativa complexa, levando ao ponto de ter várias políticas de um mesmo sector (Ex: educação) consoante a localização geográfica”.

5. Como projetaria o futuro da Bósnia-Herzegovina?

“O futuro passa por continuar na dependência da comunidade externa, leia-se União Europeia. Sem os apoios, ajuda e aconselhamento da EU o país não tem qualquer hipótese de sobreviver. O mesmo se passa com o Kosovo. Há um grande esforço nacional de aproximação à EU (futura adesão) como única alternativa para o país”.

6. No seu ponto de vista, considera que os principais órgãos da ONU, nomeadamente, Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Secretariado, e Tribunal Internacional de Justiça, possuem um funcionamento eficaz?

“Em relação aos Balcãs? Ou em geral? Na segunda hipótese, estas instituições estão completamente obsoletas. Contudo, não há consenso em alterar o status quo. Enquanto não o houver, nada se fará.

Em relação aos Balcãs, também não há consenso. Nos últimos anos sente-se de forma mais forte a influência da Rússia e até da China na Bósnia e na Sérvia, dois países com população Sérvia. Essa influência é exercida com vista à manutenção de uma relação privilegiada (histórica, cultural, económica...), tentando tirar proveito de alguma tensão relativamente ao Ocidente (EU e NATO)”.

7. A ONU é a maior organização internacional do mundo e a plataforma, por excelência, do multilateralismo. Como vê o papel da ONU, nomeadamente, pela sua capacidade multilateral, na conjuntura mundial pós-guerra fria?

“Era bom que a ONU fosse e funcionasse da forma como os seus fundadores tinham desejado. Infelizmente, a hipocrisia das relações internacionais e a forma como os Estados se comportam no sistema torna difícil que uma organização deste género faça de facto a diferença em termos de paz e segurança no mundo (visão muito realista). Contudo, acredito que este e outros fóruns multilaterais que existem no sistema internacional ajudam a que a situação não seja tão má como poderia ser. Numa visão de Interdependência complexa e liberal, acredito que o papel do multilateralismo deveria ser reforçado como uma forma de melhorar a situação atual das relações internacionais”.

8. Por último, quais são, na sua opinião, os grandes desafios que a ONU enfrenta no futuro próximo?

“- Cumprir os objetivos do milénio;

- Evitar o agudizar das relações entre os Estados que podem levar a um novo conflito (regional ou mundial);

- garantir a proteção dos direitos humanos (migrações, refugiados, tráfico, escravatura,);

Entre muito outros.....é um mundo complexo”.

Muito obrigada pelo seu tempo, disponibilidade, partilha, bem como, contributo!